

BUNKYO EMPRESARIAL

Editado pela Comissão de Relações Empresariais

Nº 16 julho 2019

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de enviar o Boletim Empresarial edição Nº 16, de julho de 2019, coordenado pela Comissão de Relações Empresarial - gestão 2017/19, que apresenta duas entrevistas e 4 artigos. As Notas Diversas apresentam notícias do Brasil, do Japão e internacionais. No Anexo Estatístico são apresentados dados atualizados da conjuntura brasileira e japonesa.

Gostaríamos de agradecer ao professor Akihiro Ikeda e demais integrantes da Comissão de Relações Empresariais, que na gestão 2017/19 estiveram brilhantemente em sua liderança.

Gioji Okuhara, presidente da Comissão de Relações Empresariais – gestão 2019/21

Sumário

ENTREVISTA com WALTER TOSHIO SAITO - em 8 de março, o empresário Walter Toshio Saito fez uma palestra no Bunkyo, em evento organizado pelas Comissões Bunkyo Rural, Prêmio Kiyoshi Yamamoto e de Relações Empresariais. **2**

ENTREVISTA com AKIHIRO IKEDA - em abril de 2019, o Bunkyo Empresarial entrevistou o economista e professor Akihiro Ikeda que atuou em importantes áreas do país e nas entidades nikkeis. **5**

AMEAÇAS AO SETOR DE SAÚDE BRASILEIRO - Milton Osaki especialista em administração em saúde faz importante avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS), modelo público de saúde brasileiro, onde aponta os principais problemas e desafios que deverão ser enfrentados e faz várias sugestões para o seu aperfeiçoamento. O autor salienta o gigantismo do sistema e o envelhecimento da população brasileira como os principais problemas a serem enfrentados no futuro. **15**

CHINA e EUA - Guerra Comercial e Contexto - o texto de Patrícia Stefani traz o assunto que recentemente domina a mídia e causa preocupação na economia mundial. A autora analisa os efeitos na economia das recentes medidas tarifárias imposta pelos EUA à China e a razão das relações de disputa para a guerra comercial entre os dois países que causam efeitos negativos para ambos, bem como na economia mundial. Seria para os EUA obter um acordo vantajoso diante do avanço tecnológico chinês ou apenas uma atitude populista ausente de uma estratégia de longo prazo. **24**

Tratado de Parceria do Pacífico (TPP) - Silvio Y. M. Miyazaki, em seu artigo, faz uma apresentação dos 11 países que compõem o Tratado de Parceria do Pacífico (TPP) apresentando dados estatísticos e sócio-

econômicos dos países integrantes deste acordo comercial. A principal característica apresentada são as disparidades geográficas e econômicas existentes entre os 11 países. O tratado foi concluído em março de 2018. 32

JAPÃO: Competição Estrangeira e Inovação - Japão beneficiou do desenvolvimento da China como o principal parceiro, atualmente está sentindo a forte competição dos produtos de tecnologia, comenta o autor do texto prof. Akihiro Ikeda. O autor resenha e comenta o estudo dos professores Nobuyaki Yamashita do Royal Melbourne Institute of Technology e do Isamu Yamauti do Meiji Gakuin University. Eles apontam no estudo alguns efeitos da competição das exportações chinesas sobre as empresas manufactureiras japonesas principalmente para a política de inovações. Os pesquisadores concentraram os seus estudos na utilização das patentes pelas empresas. 38

NOTAS DIVERSAS 41

Notícias do Brasil..... 41

Notícias do Japão 46

Notícias Internacionais 52

Conjuntura brasileira..... 55

ANEXO ESTATÍSTICO..... 61

Períodos da história do Japão..... 68



ENTREVISTA com WALTER TOSHIO SAITO

Walter Toshio Saito, natural de Terra Boa e crescido em Londrina estado de Paraná, tornou se empresário de sucesso no Japão e é conhecido como “O Rei da Cebolinha”. A sua empresa TS Group atua em diversos setores como: agricultura, importação e exportação, recursos humanos, imobiliária, escola e nas atividades voluntárias com a criação da Fundação TS que financia bolsas de estudo para o ingresso a universidades.

Nesta entrevista, concedida ao “Bunkyo Empresarial” da Comissão de Relações Empresariais. conta a sua trajetória empresarial e relata como tem transformado momentos de crise em sucessos, a sua preocupação com a perda de espaços dos brasileiros no mercado japonês para os asiáticos, a questão do envelhecimento dos trabalhadores brasileiros que não contribuíram para a previdência social no Japão, o uso das máquinas e tecnologia nas agriculturas familiares e a importância da educação, dentre outras.

1. BOLETIM EMPRESARIAL: O senhor foi como trabalhador para o Japão e depois de alguns anos tornou-se empresário. Como isso aconteceu? Foi por mero acaso ou foi programado?

Toshio Saito: Fui para Japão em 1990. Sete anos depois fundamos a nossa empresa. Tornar-me empresário aconteceu devido aos trabalhos voluntários que eu fazia, acompanhando meus amigos que iam fazer

entrevistas para trabalhar, e como eles não falavam japonês, pediam-me para ir junto. Com isso conheci vários empresários e um deles me incentivou a constituir uma empresa porque os brasileiros que vinham confiavam na minha pessoa. Esse empresário achou que seria um bom propósito criar uma empresa de recrutamento de mão de obra.

2. BOLETIM EMPRESARIAL: Suas empresas estão em várias atividades.

Poderia descrever resumidamente essas atividades? Como conseguiu contornar alguns fracassos para atingir o sucesso?

Toshio Saito: Na realidade, quando fui para o Japão eu não me programei. Foi, mais ou menos, como se estivesse indo para casa. Na empresa trabalhamos em vários segmentos e para ela funcionar fazemos o seguinte: solidificamos o projeto e em seguida passamos para um responsável gerenciar, por exemplo, a escola, a imobiliária, o recrutamento, a agricultura, todos tem seus respectivos diretores. O que na realidade nós precisamos é de colaboradores que “vestem a camisa” e ajudam a construir e crescer. As dificuldades que nós temos é sempre pensar em como inovar trazendo alguma coisa de novo. Por exemplo, quando tivemos a crise da “bolha americana” em 2008 nós iniciamos a atividade na área agrícola e na área de importação e exportação. Sempre nas dificuldades nós tentamos inovar e modificar, pois entendemos que essa é a hora oportuna para tentar alguma coisa nova. Se já estamos na dificuldade e se para tentar sanar essa situação ficarmos de braços cruzados não chegaremos a lugar algum. Portanto, o objetivo é o seguinte, quando a água bater na canela já tem que começar a se preparar para nadar. É isso, nós executamos e mesmo quando as dificuldades são grandes tentamos inovar e supera-las com as ideias de todos os colaboradores e até mesmo novas ideias que nos surgem.

3. BOLETIM EMPRESARIAL: Entre as suas atividades, qual é considerada a principal? Naturalmente depende do critério que se adota. Por exemplo, em termos de resultado econômico?

Toshio Saito: Na realidade nós não temos uma atividade principal porque uma depende da outra. Se pensarmos financeiramente em montante de dinheiro, onde se movimenta mais dinheiro é na área de recursos humanos, mas se pensarmos em lucro é na agricultura e educação.

4. BOLETIM EMPRESARIAL: Na palestra que o senhor fez no Bunkyo ficou claro que a sua principal produção agrícola, a cebolinha, é realizada de maneira empresarial. Tem escala que suporta investimentos em tecnologias modernas. Deixou de ser uma atividade familiar que é predominante no Japão. No Brasil, grãos como soja, milho e algodão são

cultivados em extensas áreas e utilizam o que de melhor existe em tecnologia. Três perguntas:

a) Crê que a tendência da agricultura no Japão é tornar-se, com o tempo, em uma produção empresarial em substituição à prática familiar?

b) Os produtos agrícolas cultivados no Japão devem sofrer certa concorrência dos países vizinhos que provavelmente conseguem produzir com custos menores. Como o setor tem enfrentado essa situação? Já teve algum caso assim?

c) Na sua opinião, o que ocorrerá com os atuais agricultores que já tem elevada idade e não tem sucessores? Se a resposta à pergunta a) for positiva, pode a agricultura empresarial substituir toda a produção familiar? Ou pode haver maior importação dos países vizinhos?

Toshio Saito: a) Eu acho que se a agricultura japonesa não se tornar empresarial provavelmente vai passar por um problema muito sério, porque cada vez mais o número de produtores vem diminuindo em razão do rápido envelhecimento da população desse país.

b) Quanto aos produtos cultivados em países vizinhos, nós temos no Japão uma coisa que é muito boa. O consumidor japonês dá muito valor para o alimento que é produzido no país. É lógico que nós temos alguns casos de empresas industriais que compram verduras de outros países, mas eu acho que no nosso caso não temos problema com esses legumes que vem do exterior, porque o japonês é muito fiel ao consumo do seu produto.

c) Se toda produção vai se tornar empresarial é difícil prevermos, mas se isso não acontecer provavelmente teremos uma dificuldade muito grande, como falei anteriormente. Garantir que futuramente vai se tornar tudo empresarial eu não posso, mas caso não ocorra, repito, nós vamos ter uma dificuldade muito grande para produzir produtos no Japão.

5. BOLETIM EMPRESARIAL: A TV japonesa vem apresentando exemplos de jovens e aposentados que se mudam para o interior para se dedicarem à agricultura. Para os aposentados pode ser um hobby, mas para os jovens, sem familiaridade com o setor, o início de uma nova atividade pode ser problemática. O governo local oferece alguma assistência para incentivar essas mudanças, não somente para o aprendizado da nova profissão, mas também para as

necessidades de investimento e de acomodação da família?

Toshio Saito: Eu posso afirmar que na minha região não temos nada de incentivo na agricultura, tanto para o jovem como para o idoso. Na região de Niigata, parece que o governo da província oferece subsídio para o jovem que quer começar a trabalhar na agricultura. Pode ser que eu não esteja ciente do que vem ocorrendo no interior do Japão em geral. Sabemos das coisas daqui da minha província que é Saitama; sobre as outras províncias não posso dar informações porque não estou a par.

6. BOLETIM EMPRESARIAL: No Brasil produção de verduras, legumes, flores e frutas é uma atividade familiar. Enfrentam uma série de problemas: falta de crédito, de assistência técnica, de inovação tecnológica e de comercialização. A experiência japonesa teria algo a ensinar para aprimorar a qualidade e a produtividade?

Toshio Saito: É difícil eu falar sobre alguma experiência japonesa que poderia auxiliar na melhora da qualidade e da produtividade no Brasil. Eu visitei algumas plantações de legumes nesta recente visita ao Brasil e fiquei realmente muito assustado com a forma como é plantada. Tudo ainda é manual, com isso há um desperdício muito grande de muda, gasta-se muito tempo e muita mão de obra. Eu acho que para aprimorar só com a tecnologia usando máquinas. Por exemplo, começa no plantio e em todo o sistema de produção. Eu estive em algumas produções e falaram “olha não dá para usar essa máquina porque as “camas” têm tamanho diferente”. Ou seja, muda o tamanho das “camas” e se adapta às máquinas japonesas ou continua a produzir de uma forma arcaica, manualmente despendendo mais horas. O resultado será qualidade inferior e custo mais elevado. Portanto, eu acredito que para melhorar essa situação teria que mudar muita coisa na agricultura do Brasil, principalmente nas agriculturas familiares.

7. BOLETIM EMPRESARIAL: Os japoneses incentivam e valorizam plantar legumes e verduras para consumo próprio, desde criança e em pequenos espaços e depois os adultos dão continuidade. Na sua opinião, como seria possível introduzir esse costume no Brasil?

Toshio Saito: Nós utilizamos a nossa escola para dar iniciação à agricultura e aí a criança começa a aprender a gostar do cultivo. Ela semeia, faz a muda, planta, colhe e finalmente consome na merenda escolar ou vende. Eu acho que no Brasil poderia aplicar a iniciação da agricultura nas escolas públicas ou até mesmo nas escolas particulares.

8. BOLETIM EMPRESARIAL: Teve grande repercussão no Japão o socorro que o senhor prestou por ocasião da tragédia do “tsunami”. Poderia relatar, de maneira sucinta, alguns fatos marcantes que o senhor lembra?

Toshio Saito: Na época do tsunami realmente nós tivemos vários problemas para prestar o necessário socorro. Lotamos o ônibus escolar de arroz e seguimos até o local do desastre por estradas secundárias que davam muitas voltas. Foi mais de 400 quilômetros de Saitama até Miyagi. O primeiro problema que enfrentamos na ocasião foi a falta de combustível, cada pessoa tinha direito apenas a 20 litros. Os postos de gasolina apoiaram muito a gente quando explicamos o objetivo da viagem. Chegando ao destino deparamos com uma imagem muito triste e assustadora com cenas que jamais imaginávamos que acontecesse: carros em cima de corpos, crianças à procura de comida em frente das lojas de conveniência, pessoas andando sem rumo etc.

9. BOLETIM EMPRESARIAL: Qual a sua visão sobre o futuro dos brasileiros que estão no Japão, principalmente das famílias que já se encontram há muito tempo? Acredita que os filhos estarão prontos para se integrarem à sociedade japonesa? Gostaria de deixar alguma recomendação?

Toshio Saito: Na minha visão a comunidade brasileira no Japão está envelhecendo e muitos não pagaram a previdência nesse país. É um aspecto que nos preocupa bastante. Outro aspecto é na área da educação. No início as crianças brasileiras, ou seja, as crianças estrangeiras não eram obrigadas a frequentar a escola. Assim, muitas deixaram de ir. Hoje essa situação diminuiu bastante. O índice de crianças que não frequentam a escola reduziu muito. E se pensar em termos de trabalho a minha preocupação é que nossos companheiros brasileiros estão sendo substituídos por asiáticos porque eles apesar não serem

descendentes de japoneses já chegam ao Japão falando a língua japonesa e normalmente com uma formação na área em que irão trabalhar. Então eu vejo que, daqui para frente, se nós brasileiros não nos prepararmos

adequadamente para vir para o Japão, ou mesmo os brasileiros que já estão no Japão não aprenderem a falar a língua japonesa e algo mais, cada vez mais nós vamos perder espaços para a comunidade asiática.



ENTREVISTA com AKIHIRO IKEDA

Colegas da Comissão de Relações Empresariais tem insistido em entrevistar Akihiro Ikeda como economista para o boletim de sua edição, BUNKYO EMPRESARIAL. Embora um pouco constrangido por ser o presidente da Comissão ele decidiu contar algumas passagens de sua vida.

BUNKYO EMPRESARIAL: Quais as lembranças de sua infância?

IKEDA: De 1935 a 1945 meus pais foram agricultores na zona rural de Presidente Prudente, distante 20 quilômetros da sede, 18 de Álvares Machado e 10 de Pirapozinho. Era um sítio de 10 alqueires próximo a um pequeno vilarejo de uns 500 habitantes, Coronel Goulart. Os principais instrumentos de trabalho eram a mula e o arado. O pasto, a produção do milho para alimentar os animais e a tulha eram complementos indispensáveis. A propriedade era parte de uma colonização que abrigava cerca de 20 famílias de imigrantes japoneses, pequenos agricultores. Distantes menos de 10 quilômetros existiam outros núcleos parecidos.

Anésio, filho do seu Agostinho e da dona Mariquinha que ajudavam meus pais na lavoura, tinha dois anos a mais que eu. Quando completei sete anos ensinou-me os segredos do estilingue. Escolher a forquilha, secar no fogo e moldar num bom formato, trabalhar a argila e secar a pelota na sombra para ter maior resistência no impacto. Atirar com precisão era questão de jeito e de treino. Com o estilingue no bolso a gente se sentia mais seguro. Caçar passarinho não era fácil, constituía um desafio. Procuravam-se os de maior porte como os juritis, jacus, nhambus, codornas e lebres. Jacu tem o tamanho de um frango e a lebre pesa em torno de dois quilos. Para o Anésio era uma tarefa importante, poderia complementar o jantar da numerosa família.

O porco foi essencial para os imigrantes. A banha o produto mais importante, a base de energia, e a carne fonte de proteína. Com o restante fazia-se sabão, forte com bastante soda cáustica. Embora sem linhagem definida,

porco bem tratado atingia seis arrobas, o chamado porco-banha. Escolhia-se um domingo para o abate. Seu Epaminondas e dona Laura formavam um jovem casal mineiro que morava no sítio. De madrugada papai e Epaminondas sangravam o animal, colhiam o sangue, tiravam o pelo com água fervente e levavam para ser limpo no riacho. Depois era destrinchado em pedaços menores separando-se a banha, a carne e os miúdos. Banha e carne eram fervedas separadamente em grandes tachos de ferro. Ossos, torresmos e sobras estavam em outro tacho para o sabão. Mamãe ficava com fígado e coração. Dona Laura, com sangue, cabeça e restante dos miúdos. As mineiras são cozinheiras de mão cheia quando se trata de porco. Dona Laura não fugia à regra, preparava pratos saborosos, entre eles o chouriço.

Antes dos oito anos comecei a frequentar a escola municipal. Não havia carteira disponível e papai teve que improvisar uma mesa conjugada com cadeira. No primeiro ano adoeci com alguma gravidade. Não havia médico no vilarejo. Seu Arlindo Nogueira, um farmacêutico prático de muita experiência, atendia a comunidade. A farmácia era acanhada, mas contava com um laboratório bem equipado para pequenos procedimentos e preparo de alguns medicamentos. A maioria das situações seu Arlindo resolvia. Quando percebia que o problema era grave telefonava para o médico em Presidente Prudente. Foi o que aconteceu no meu caso. Seu Arlindo tarde da noite ligou para Dr. José, um pediatra conceituado. Às cinco da madrugada ele chegou no táxi que sempre utilizava, do japonês Ban que conhecia bem o caminho. Faltei às aulas cerca de um mês. Admirável era a dedicação das professoras. Professora Efigênia, do segundo ano, morava numa fazenda que distava dois

quilômetros do vilarejo. Com chuva, frio ou ventania ela nunca deixou de dar as aulas que começavam às oito da manhã. Elas eram respeitadas e obedecidas pelos alunos. Eram outros tempos.

A escola municipal ia até o terceiro primário. Perdi um ano esperando a inauguração do grupo escolar que oferecia o quarto ano. No início do ano letivo de 1947 o prédio e as instalações estavam prontos. Chegaram o diretor e os professores, menos as carteiras. As primeiras aulas foram nos bancos da igreja. Papai confeccionou uma bandeira brasileira para a escola. Bordar o lema e as estrelas exigiu alguma arte, mas o resultado foi aplaudido. Ele tinha aprendido alguma coisa de bordado quando criança com sua mãe (minha avó) que no Japão foi bordadeira profissional em tecido de seda. Um acontecimento marcante daquele ano foi o eclipse total do sol que serviu para aguçar a curiosidade das crianças e motivou a fundação do jornalzinho da escola “O Eclipse”. Além de divulgar notícias da região, do vilarejo e da escola, publicava os melhores artigos dos alunos. Ainda lembro os temas que os professores selecionaram para as duas primeiras edições: “Por que o jornal se chama O Eclipse?” e “Mensagem para colegas do Grupo Escolar de Álvares Machado”.

No meio do ano o nosso professor informou que organizaria, com a colaboração do professor do terceiro ano, aulas preparatórias de Matemática, Português, História e Geografia, para os exames de admissão ao ginásio. Cinco candidatos se prontificaram. Uma pequena sala que restou da escola municipal foi cedida para a gente. Na parede de madeira os professores conseguiram desenhar um detalhado mapa-múndi para as aulas de Geografia. Prestamos no Ginásio São Paulo de Presidente Prudente. O resultado não foi surpresa: aprovados em ótimas classificações porque o preparo foi excelente.

BUNKYO EMPRESARIAL: Por que veio para São Paulo?

IKEDA: Cheguei em São Paulo no início de 1955. Depois de terminar o curso de contabilidade em Presidente Prudente fiz o caminho natural. Vir para a Capital, trabalhar e tentar a faculdade. Ao passar pela matriz do Banco América do Sul, na Rua Senador Feijó, encontrei Kozo Massuda, veterano na instituição, ex-colega de internato em

Presidente Prudente. Massuda cursava Economia na Álvares Penteado. Encontrei ainda Keizo Uehara, colega também de internato que tinha vindo para São Paulo após o ginásio que cursamos juntos. Convenceram-me que o banco era um bom lugar. Horário do meio dia às seis da tarde, conveniente para quem vai fazer cursinho. Pura ilusão. Ao acumular horas extras para ter um pequeno ganho adicional o funcionário era logo nomeado para um cargo simbólico, e o expediente começava mais cedo, às nove da manhã.

Foi nessa época que conheci Ruy de Oliveira Pereira (texto publicado no Bunkyo Empresarial no. 15). Ele estava de saída para fazer o curso de Direito fora da Capital. Fui designado para a sua vaga. Em poucas horas ensinou-me tudo que precisava para a tarefa. De vez em quando o Ruy brinca: “se não fosse a minha saída o Ikeda estava desempregado”. Os colegas que o Ruy lembra com carinho no seu artigo, Roberto Takuma, Nobaru Arakaki, Ivo Doth e Cesar Lunardi, eram gente de primeira, amigos fiéis para qualquer situação. Andavam sempre juntos. Tinham sido conquistados pela magia do futebol. Jogavam no “esquadrão” do banco. Kohei Denda, que mais tarde seria presidente do banco, era também do time. Um excelente centro médio, dava ritmo e muita estabilidade.

Keizo Uehara morava na pensão de estudantes da senhora Michiko Aiba. Em meados de 1955 mudei para lá. Ficava na Rua Dr. Netto de Araújo, 186, um antigo sobrado na Vila Mariana. A senhora Michiko era irmã do Minato Toya, colega do banco. Minato cursava o clássico no Colégio Brasília Machado. Quando visitava a família no interior trazia alho curtido em “misso” preparado por sua mãe. Permanecia bom por muitos anos. Comer dois ou três dentes era um santo remédio para tudo, resfriado, infecção, cansaço e até mau olhado. Na Rua Vergueiro perto do pensionado havia uma padaria onde jogadores do Santos depois da partida faziam uma pausa antes de prosseguirem viagem. O time já contava com um ataque infernal: Tite, Jair da Rosa Pinto, Pagão, Del Vecchio e Pepe. Não era superior ao do campeão do IV Centenário, insistiam Keizo e Denda, corintianos moderados que usavam mais a razão do que a paixão. Com efeito, o Corinthians tinha uma linha avançada de respeito: Cláudio, Luizinho, Baltazar, Rafael e Simão. Com Pelé e Coutinho que surgiram depois a linha santista era uma covardia.

Na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (atual FEA/USP) Denda formava com Hilton Pezzoni, da minha turma, provavelmente o melhor meio campo da USP. Ingressamos no mesmo ano na FEA, Denda em Contábeis e Atuariais eu em Economia e Administração. Um ano depois tivemos a companhia de Keizo Uehara. A rotina era sair do Banco às seis horas, comer um sanduiche nas proximidades e andar até a escola na Rua Dr. Vila Nova, Vila Buarque. Havia uma importante concentração de escolas nas imediações. FEA, Universidade Mackenzie, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e Escola de Sociologia e Política.

Funcionário de banco vestia terno, camisa branca e gravata. Despesa puxada para pouco ganho. Tínhamos alguma facilidade para comprar sapato na Casa Clark da Rua Quintino Bocaiúva, por força de um convênio. Duráveis e bonitos. Na Rua Riachuelo ficava a Camisaria Central que oferecia bons preços. As roupas da elegante Casa Kosmos da Rua Direita eram as melhores da região, mas com preços menos acessíveis. No sábado o pessoal com salários mais elevados saboreava a excelente feijoada do Corso, do Campestre ou do Itamarati. Uma alternativa mais em conta era a feijoada da bandeirão do SESC da Riachuelo, boa por sinal. Penoso era enfrentar depois de uma feijoada quatro aulas, sendo as duas primeiras de Matemática. Corria o ano de 1956.

Referências importantes da cidade dos anos cinquenta que faziam parte do cotidiano desapareceram para sempre: a saudosa garoa, o som inconfundível dos bondes em movimento, o “trim trim” dos cobradores, a boa segurança nas ruas à noite e o elevado padrão das escolas públicas. Colégios São Paulo, Roosevelt, Paes Leme e Brasília Machado eram respeitados e temidos pelos alunos. O Colégio Bandeirantes era a única instituição particular que competia em condições de igualdade. Falavam muito dos melhores cursos de preparação para o vestibular, Anglo Latino para Engenharia, Brigadeiro para Medicina e Camões para Direito. Os cinemas voltados para a comunidade Nikkei estavam em alta. Filmes de Ozu, Naruse, Kurozawa, Inagaki e Mizoguchi, para citar os mais conhecidos, atraíam fila para entrar. Contavam-se ainda as semanas à espera do seriado romântico “Kono Yo no Hana” com a música inesquecível de Shimakura Tiyoko. Se você passar pela Praça João Mendes vai notar que pouca coisa resistiu ao

tempo. A outrora charmosa Confeitaria Santa Teresa e o ônibus elétrico 16, Machado de Assis, teimosamente sobrevivem ao lado da triste deterioração dessa região. A praça foi tomada pelo barulho ensurdecido dos veículos e pela poluição.

Há pouco mais de 20 anos funcionava na Praça João Mendes, no lado oposto da Igreja de São Gonçalo, uma farmácia antiga que, além de medicamentos, trabalhava com ervas. Incomodava-me um esporão calcâneo, deformação óssea no calcanhar, visível no raio-X, que às vezes surge com a idade. Dificulta o caminhar por causa da dor. Depois de tentar analgésicos e palmilhas recomendaram-me o “kit esporão”. Você não perde nada por experimentar, disse-me um amigo. Uma senhora idosa, que parecia fazer parte do acervo da farmácia atendeu-me de maneira muito gentil. “A senhora tem o kit esporão”? “Tenho sim senhor. Vou lhe dar um litro de álcool de milho, um punhado de cânfora, cascas e folhas secas de árvores e ervas. Coloque tudo no álcool e depois de 15 dias comece a passar antes de dormir no pé que está doendo e envolva bem com um pano. Repita o procedimento todas as noites”. Depois de 45 dias passando o estranho líquido a dor simplesmente desapareceu.

No tempo do ginásio, Keizo era um leitor assíduo da revista X-9, uma publicação mensal de histórias policiais. Trazia contos memoráveis do Detetive Fantasma, Morcego Negro e Dan Fowler além da história em quadrinhos de Phil Corrigan. Era encontrada na Livraria Imperial da Rua Tenente Nicolau Maffei. A sua leitura era deliciosa, uma brisa para compensar a incompreensível História Geral da Antiguidade, as infundáveis conjugações de verbos em francês e a árida declinação do Latim.

O Banco América do Sul foi importante para a comunidade. Um símbolo da capacidade de empreendimento de um grupo de imigrantes. Agricultores, pequenos comerciantes e industriais, empresas incipientes, entidades culturais e assistenciais e estudantes que vinham do interior, encontravam nele uma garantia de apoio. Exemplo: o banco garantiu o capital de giro nos tempos difíceis do Hospital Santa Cruz. Foi ainda o maior doador entre as empresas privadas para a reforma e modernização da instituição na década de 1990. Deu ainda importante apoio político e administrativo. Fujio Tachibana exerceu a

presidência do Conselho Deliberativo do Santa Cruz e Kohei Denda foi diretor tesoureiro e depois vice-presidente (Fujio Tachibana era presidente honorário do Conselho de Administração e Kohei Denda diretor-presidente do banco). Trabalhei no banco por seis anos. Foi uma fase romântica, meio irresponsável, de muito aprendizado e de sonhos que não se realizariam. Guardo boas lembranças que não se extinguem com o tempo. Depois de tantos anos ainda convivo com colegas desse passado longínquo.

BUNKYO EMPRESARIAL: Trabalhar na FEA/USP foi difícil?

IKEDA: Professor Luiz de Freitas Bueno, catedrático da Cadeira III (Estatística Econômica, Econometria) levou-me para trabalhar nessa área em 1965. Essas disciplinas exigiam cuidados com metodologia e didática. Os alunos sentiam muita dificuldade para absorverem a lógica do método estatístico. Gente conhecida passou pela Cadeira: Delfim Netto, Flávio Manzoli, Affonso Celso Pastores, Carlos Antônio Rocca, Cecília Gitelman (hoje Cecília Cukierman), José Tiacci Kirsten, Guilherme da Silva Leite, Paolo Zaghen e Seiti Kaneko Endo. A FEA era um lugar propício para estudar, pensar e aprender. Aprendi muito. Reproduzo trecho do depoimento que o professor Delfim Netto concedeu ao BUNKYO EMPRESARIAL, número 2 de janeiro de 2016, que ilustra bem o clima da escola nas décadas de cinquenta e sessenta:

“Foi um período muito produtivo. Devemos ao professor inglês Wilfred Leslie Stevens, grande estatístico, o avanço nessa área entre os docentes da USP. Todos se beneficiaram. O curso de economia nas décadas de cinquenta e sessenta tinha uma concentração em microeconomia. A área de macroeconomia, embora já tivesse passado vários anos da publicação da “Teoria Geral” de Keynes, ainda não estava consolidada. O livro de Gardner Ackley (1962) “Macroeconomic Theory” abriu um novo horizonte. Também a ida de professores para pós-graduação no exterior ajudou a dar nova estrutura aos cursos de macro. No início dos anos sessenta coordenei uma série de seminários. A participação era livre, aberta a todos. Repetimos por três vezes os exercícios do excepcional livro de R.G.D. Allen “Mathematical Analysis for Economists”. Detalhe: às 7 da manhã. Na hora do almoço,

uma vez por semana, era a vez do livro editado por Agarwala e Singh “Problems of Under Development”. Cada participante fazia a exposição de um artigo previamente selecionado. Nas tardes das sextas feitas as reuniões contavam com a participação de outros professores. Temas livres”.

É importante mencionar que a grande prioridade na FEA era o desenvolvimento econômico, principalmente o caso do Brasil. Pesquisa empírica obrigatória. A posição da FEA em relação à agricultura, por exemplo, era oposta ao pensamento pessimista dominante em boa parte do país por influência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), órgão das Nações Unidas para a América Latina. Estávamos convencidos de que a nossa agricultura não era arcaica nem insensível aos movimentos de preços, embora muitos agricultores fossem iletrados. As nossas análises mostravam que o setor agrícola atendia o que dele se exigia: supria alimento e matérias-primas, angariava receita cambial, liberava mão de obra e fornecia capital para o setor urbano. Só não fazia mais porque não lhe davam condições de enfrentar as adversidades da natureza e de uma estrutura de mercado desfavorável”.

Delfim Netto foi nomeado Secretário da Fazenda no segundo semestre de 1966 e Ministro da Fazenda em março de 1967. Recrutou vários colegas da FEA. A escola teve que se reorganizar. Os seminários deixaram de existir e as discussões sobre os problemas da economia brasileira se escassearam. Ocorreu uma sensível mudança. Porém, continuou no corredor da escola uma placa de madeira onde se lia em letras garrafais: “O milagre se faz na hora, o impossível demora um pouco”.

BUNKYO EMPRESARIAL: O senhor trabalhou no Governo. Poderia tecer alguns comentários?

IKEDA: Estive duas vezes no governo, próximo de pessoas que detinham poder de decisão na área econômica. Na primeira vez a economia estava em alta, crescendo 10% ao ano, inflação em queda e sem problemas no balanço de pagamentos. Na segunda o país encontrava-se economicamente acuado. A inflação estava fugindo do controle, a dívida externa era gigantesca e os serviços da dívida não poderiam ser honrados por muito tempo.

PARTE I

Em dezembro de 1970 Delfim Netto, então ministro da Fazenda, indicou-me para substituir Carlos Antônio Rocca, secretário-executivo do Conselho de Política Aduaneira (CPA). Ele tinha sido convidado pelo governador Laudo Natel para assumir a Secretaria da Fazenda do Estado. Rocca explicou-me que o CPA era um conselho de ministros presidido pelo ministro da Fazenda. Tinha por tarefa cuidar da política de importação. A tarifa aduaneira deveria ser o principal instrumento de controle, mas era preciso administrar outros mecanismos não tarifários (pauta de valor mínimo, preço de referência, lei do similar nacional, etc) que existiam na época. Fiquei preocupado porque conhecia apenas de maneira rudimentar a teoria da tarifa, um assunto complexo e intrincado. O CPA participava ainda das negociações comerciais no âmbito do GATT (General Agreements on Tariffs and Trade) e da ALALC. Era animador, no entanto, atuar num dos braços do comércio exterior, fator fundamental do desenvolvimento econômico de um país. A política econômica havia iniciado importantes mudanças de orientação, entre outras, de pura substituição de importação para um sistema mais aberto com as exportações desempenhando papel preponderante.

Delfim Netto também me nomeou para representar o Ministério da Fazenda no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), núcleo da política industrial, sob a presidência do ministro da Indústria e do Comércio. Os projetos que buscavam algum incentivo, como depreciação acelerada dos equipamentos para redução do imposto de renda, financiamento do BNDE ou proteção tarifária adicional passavam por esse Conselho. O CDI era um instrumento para ajustar a política industrial às mudanças da política econômica. Procurava-se alterar não apenas o comportamento e a perspectiva dos empresários, mas também dos burocratas do governo. Na substituição de importação a empresa selecionada para fabricar um determinado produto detinha, além de monopólio de produção, uma proteção infinita contra a importação uma vez que ela não era permitida. Na exportação a empresa não tem como se acomodar, tem que aprimorar seus conhecimentos, abrir mercado, cuidar da tecnologia e praticar custos competitivos para concorrer com os produtores internacionais. Algumas pessoas vão lembrar da frase: “exportar é a solução”, uma espécie de refrão que refletia uma importante prioridade.

A agricultura havia iniciado uma grande transformação. Segundo alguns críticos, era um setor atrasado que não respondia aos estímulos de mercado. Era responsável pela inflação. No entanto, foi só retirar as amarras que a prendiam (falta de crédito, de pesquisa, de assistência técnica, de um mínimo de proteção contra as intempéries da natureza, etc.) para o setor se modernizar e competir no mercado mundial. A revolução da soja talvez seja o melhor exemplo. Por muitos anos o café, dada a sua importância nas exportações, afetava fortemente a taxa de câmbio e os rumos da economia do País. Um dos objetivos da política econômica era retirar do café esse papel, não pela imposição de restrições à sua produção ou à sua exportação, mas estimulando a expansão dos demais setores a taxas vigorosas. No triênio 1964-66 a exportação do café representou 47% do total exportado pelo Brasil; sete anos mais tarde 23%, participação que cairia gradualmente nos anos seguintes.

A tabela 1 contém alguns dados da agricultura. Tratores estão expressos em unidades, fertilizantes em mil toneladas de nutrientes, exportações em milhões de dólares e as variações se referem ao período de 7 anos.

Tabela 1. Médias anuais do triênio 1964-66 e do triênio 1971-73

	1964-66	1971-73	Varição (%)
Tratores produzidos	9.575	20.546	115
Consumo de fertilizante*			
<i>Nitrogênio</i>	63	349	454
<i>Fosfato</i>	124	738	496
<i>Potássio</i>	87	446	413
Exportação			
<i>Café em grão</i>	743	1.002	35
<i>Açúcar</i>	57	372	553
<i>Algodão</i>	105	181	72
<i>Cacau e torta</i>	38	76	100
<i>Fumo</i>	26	48	85
<i>Suco de laranja</i>	4	47	1.075
<i>Soja e farelo</i>	13	430	3.208
<i>Carne bovina congelada</i>	14	128	814
Exportação total	1.589	4.365	175
Exportação de café/total (%)	47	23	-51

Fonte: IBGE; Araújo, P.F.C., Barros, A.L.M., Barros, J.R.M., Shirota, R., Revista de Política Agrícola, out/dez 2007; (*) mil toneladas de nutrientes

A expansão da indústria de transformação foi notável. A modernização do setor têxtil, de calçados e de mobiliário permitiu o rápido aumento da exportação de manufaturados nos anos iniciais do período. Produção de mão de obra intensiva, gerava muito emprego e trazia a moeda escassa. No início da década de setenta foram criadas condições para uma ampla exportação de bens tecnologicamente atualizados, inicialmente da indústria automobilística no contexto do carro mundial, e posteriormente para outros setores. Foi o programa BEFIEX. As empresas participantes comprometiam-se a: (I) aportar recursos na forma de capital para o empreendimento que deveria ser grande o suficiente para gerar um montante substancial de exportação pelo menos por 10 anos; (II) utilizar tecnologia atualizada e (III) garantir mercado externo para os bens a serem produzidos. A tabela 2 mostra a evolução das exportações desse programa.

Tabela 2. Exportações associadas ao BEFIEX

	US\$ milhões
1972	77,0
1973	91,0
1974	191,0
1975	322,0
1976	380,0
1977	503,0

Fonte: IBGE, Banco Mundial.

A insistência por muito tempo no controle de preços através do CIP, Conselho Interministerial de Preços, não produziu os resultados desejados, tornando-se nos últimos anos um instrumento pouco recomendado. Delfim Netto reconhece o erro. Diz “um equívoco do período foi o controle de preços, principalmente dos monopólios e oligopólios, que acompanhava a política de rendas expressa na lei salarial. No início a ideia era de um simples acompanhamento dos custos de produção, a fim de antecipar o surgimento de choques de oferta que geravam pressões sobre custos e preços. Com o passar do tempo, tornou-se um mecanismo automático de reajuste, desviando-se do intuito inicial e facilitando a oligopolização de preços da indústria. Esta é uma importante lição que deve ser lembrada”,

em “Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa” (publicado pela Câmara dos Deputados, 2004, artigo II do livro Reencontro com o Desenvolvimento Esquecido).

A tabela 3 mostra a evolução no período 1966/1973 dos principais indicadores econômicos.

Tabela 3. Brasil, indicadores macroeconômicos

	1966	1973	Variação anual
PIB real (1966 = 100)			
Total	100,0	196,4	10,1%
Indústria de transformação	100,0	215,9	11,6%
Agricultura	100,0	137,4	4,6%
Exportação, US\$ bilhões	1,74	6,20	19,9%
Importação, US\$ bilhões	1,30	6,19	24,9%
Dívida externa líquida/exportação	1,92	1,36	-
Inflação			
IGP-DI (FGV)	39,1	15,5	-
IPC (FIPE/USP)	46,3	14,0	-

Foi sem dúvida uma fase de grandes transformações na sociedade com o crescimento econômico acelerado. Alguns fatores que a meu ver contribuíram para esse desempenho foram: 1) reformas estruturais efetuadas pelo governo Castello Branco; 2) prioridade máxima para o crescimento econômico; 3) ênfase na exportação para enfrentar a crescente demanda por importação; 4) uso da política fiscal para despertar as vantagens comparativas; e 5) razoável coordenação da política econômica.

Ao deixar o governo no início de 1974 estava seguro de que o Brasil em pouco mais de uma geração seria um país desenvolvido. Infelizmente foi um equívoco e tanto!

PARTE II

Em 1979 aconteceu o retorno à administração federal, no Ministério da Agricultura. Esse ministério não parecia fazer parte do governo. Ao contrário, o governo era o adversário que limitava os recursos para plantio e para investimento, construía menos estradas e armazéns do que o necessário, o seguro de financiamento não era para todos e os preços mínimos às vezes não cobriam os custos de produção. “Plante que o João Garante” foi o refrão mais divulgado nas regiões agrícolas.

Em agosto desse ano, com a saída de Mário Henrique Simonsen, nos transferimos para a Secretaria de Planejamento, um órgão da Presidência da República. A situação econômica do país era muito grave, principalmente a externa em virtude da escalada dos preços do petróleo. Costuma-se atribuir à escalada todas as dificuldades que o país começava a enfrentar, e com razão. Recordar-se, no entanto, que o Brasil não se esforçou de maneira suficiente para aumentar a sua produção quando o cartel já estava em ação efetiva como também não reajustou os preços internos dos derivados de petróleo para controlar o consumo. A tabela abaixo resume a deterioração que ocorreu nas constas externas de 1973 a 1979.

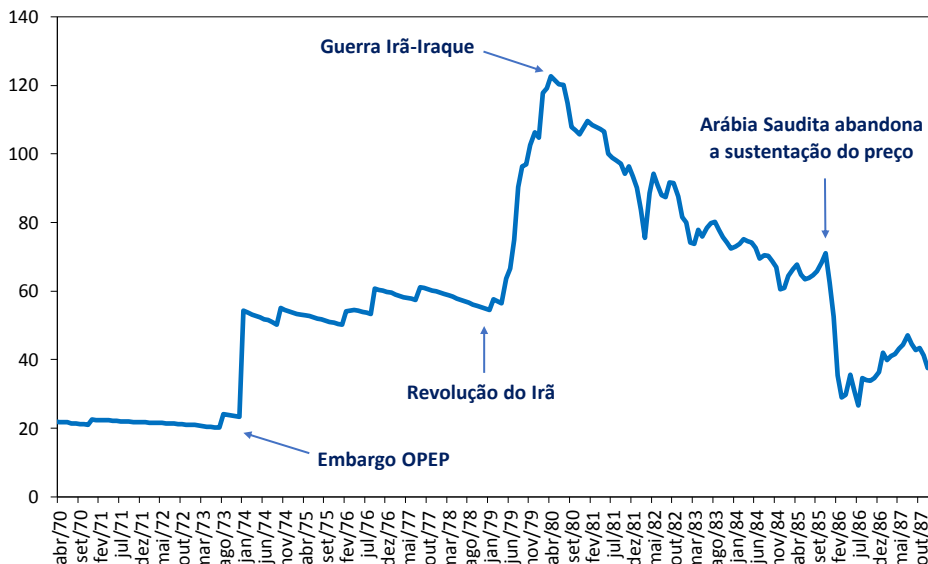
Tabela 4. Brasil, deterioração da situação externa

	1973	1979
Dívida externa líquida, US\$ bilhões	8,40	46,10
Exportações, US\$ bilhões	6,20	15,20
Razão (dívida externa líquida)/(exportação)	1,36	3,02
Déficit em transações correntes, US\$ bilhões	2,10	10,70

Os gráficos que se seguem mostram: (1) a evolução dos preços mundiais do petróleo, (2) o consumo, a produção e a importação pelo Brasil, e (3) os gastos com a importação do petróleo como percentual das exportações. Pode-se notar a semelhança entre os gráficos 1 e 3. Em termos de dólar constante (julho

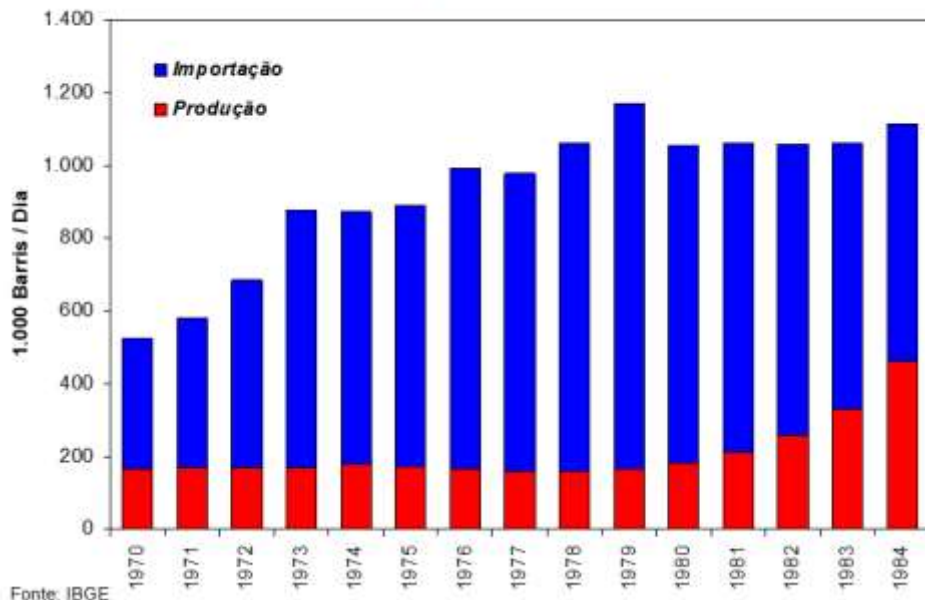
de 2018) o preço do petróleo passou de US\$20 no início da década de setenta para US\$120 em 1979, um aumento de 5 vezes. De acordo com o IBGE, em 1970 o país produzia 9.534 mil metros cúbicos e em 1979 praticamente a mesma quantidade de 9.661 mil metros cúbicos, enquanto o consumo aparente passava de 27.675 mil metros cúbicos em 1970 para 67.514 mil metros cúbicos, um aumento médio anual de 10,4%. A importação que em 1970 era de 18.220 mil metros cúbicos atingia 57.853 mil metros cúbicos em 1979, uma expansão de 13,7% ao ano; correspondia quase 45% das exportações brasileiras.

Gráfico 1: Preço real do petróleo (US\$ de jul/2018)



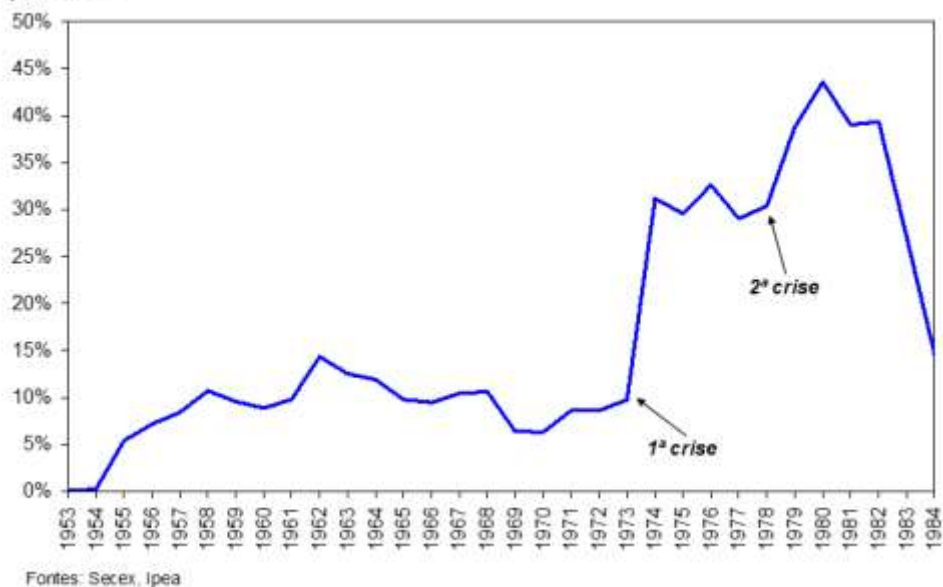
Fonte: FRED

Gráfico 2: Consumo aparente, produção e importação de petróleo



Fonte: IBGE

Gráfico 3: Parcela das exportações gasta com a importação de petróleo



A solução era:

- 1) Aumentar a produção de petróleo e de outros combustíveis substitutos;
- 2) Reajustar os preços dos derivados de petróleo; e
- 3) Alterar os preços relativos em favor dos bens exportáveis.

A crise do México em 1982 cortou o acesso dos países em desenvolvimento, importadores de petróleo, ao crédito internacional. No início de 1983 Brasil foi ao Fundo Monetário Internacional e iniciou um vigoroso programa de ajuste de sua economia. Os resultados apareceram rapidamente. Nesse mesmo ano (1983), o saldo comercial que no ano anterior tinha sido de US\$0,8 bilhões saltou para US\$6,5 bilhões e atingiu US\$13,1 bilhões em 1984. O saldo em transações correntes negativo em US\$16,3 bilhões em 1982 reduziu-se para menos US\$6,8 bilhões em 1983 e em 1984 apresentou um superávit de US\$0,9 bilhões. As expansões da produção de petróleo (gráfico 1) e do álcool carburante (tabela 3) contribuíram decisivamente para esse ajuste. Depois de uma forte recessão em 1981 (PIB -4,1%) e em 1983 (PIB -2,9%), em 1984 a economia se recuperou mostrando crescimento de 5,4% e voltando a crescer mais forte nos anos seguintes.

Tabela 5. Ajuste no balanço de pagamentos (US\$ bilhões)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Saldo comercial	-2,8	1,2	0,8	6,5	13,1	12,5	8,3
Saldo em transações correntes	-12,7	-11,7	-16,3	-6,8	0,9	-0,2	-5,3
PIB (% ao ano)	9,2	-4,1	0,8	-2,9	5,4	7,8	7,5

Os esforços para aumentar a produção de álcool carburante contribuíram para o ajuste do balanço de pagamentos, os necessários ajustes tecnológicos e a expansão do uso de um combustível menos poluente do que a gasolina.

Tabela 6. Produção de álcool combustível médias anuais

	Milhões de litros
1977-1979	1.542
1982-1984	5.949
Aumento	286%

Fonte: Datagro

A crise cambial deixou, além da recessão, um efeito colateral muito desagradável. A inflação que em 1982 era de 99,7% saltou para 223,8% em 1984.

BUNKYO EMPRESARIAL: Como foi a sua participação nos projetos de alumínio e de alumina da Vale do Rio Doce em sociedade com o Japão?

IKEDA: Em 1976 Eduardo Pereira de Carvalho, colega da FEA/USP e do Ministério da Fazenda, era vice-presidente da Vale do Rio Doce que tinha entre as suas atribuições a área de alumínio, convidou-me para fazer parte da equipe. O Japão, país pobre em energia e dependente da importação de alumínio, estava preocupado com a escala dos preços do petróleo. Fazia bastante sentido investimentos conjuntos com o Brasil que possuía abundância de matéria prima (bauxita) e de energia elétrica. Estavam no início das discussões que antecedem a construção propriamente dita: estudo de viabilidade econômica, acordo de acionistas, estatutos sociais, condições de “take” de alumínio pelos sócios japoneses etc. Discussões longas e difíceis porque a parte japonesa era composta pelo governo, representado pela OECF – Overseas Economic Cooperation Fund, e por 32 empresas privadas. Tinha ainda que levar em consideração as exigências do EXIMBANK. Eram muitas cabeças pensantes e diferentes. Em 1977 conseguiu-se formalizar as empresas ALBRAS – Alumínio Brasileiro e ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil. Eduardo foi eleito presidente da ALBRAS eu presidente da ALUNORTE. Eram empreendimentos de elevados investimentos, de grande relevância regional. A decisão final dos sócios para construir as fábricas somente ocorreu em 1980 quando Delfim Netto, ministro chefe da Secretaria do Planejamento, esteve no Japão. A ALBRAS continua a produzir com a mesma escala inicial de 330 mil toneladas anuais apesar das dificuldades com o reajuste dos preços de energia, da taxa de câmbio valorizada e dos créditos que não consegue receber do governo. A ALUNORTE se expandiu enormemente. É atualmente a maior unidade no mundo.

O texto “ALUMINIO NA AMAZONIA, UM EMPREENDIMENTO OUSADO” foi publicado no BUNKYO EMPRESARIAL 7, de abril de 2017. O texto mostra a exata dimensão dos projetos e de seu significado regional.

BUNKYO EMPRESARIAL: Poderia contar a sua experiência como presidente da Diretoria Executiva do Hospital Santa Cruz nos primeiros anos de administração compartilhada com os antigos dirigentes?

IKEDA: Em meados de 1992 por insistência de alguns amigos fui colaborar como voluntário. Paulo Yokota, presidente da Diretoria, designou-me para fazer um estudo preliminar da reforma e modernização do hospital. Em 1994 houve forte insistência para que aceitasse a Presidência em substituição ao Paulo que iria para a Presidência do Conselho Deliberativo. Pedi para reduzir o mandato de quatro para três anos. De nada adiantou porque acabei ficando seis anos. Não tinha ideia de como funcionava um hospital. Sabia que as grandes prioridades eram: (a) executar a reforma que tinha dado os primeiros passos no ano anterior, (b) recuperar as finanças e (c) melhorar as condições operacionais.

Creio que tivemos sorte:

I) Pacientes, acompanhantes, médicos, demais profissionais e funcionários viram na reforma um sinônimo de progresso. Enfrentaram da melhor forma possível a deterioração do atendimento e a piora das condições operacionais com a interdição de espaços, barulho, poeira e presença de um sem número de operários;

II) O engenheiro Mamoru Sanomiya com expediente apenas de meio período realizou praticamente sozinho a reforma, Não contratou nenhuma empresa especializada. Isto foi fundamental para manter os custos dos investimentos em níveis reduzidos. Contou com a inestimável colaboração dos engenheiros Keitaro Yaguinuma, da Tetraeng, e Seiti Sacay, Vice Presidente do Hospital Nipo Brasileiro;

III) A campanha de doação iniciada em 1993 por Paulo Yokota superou as expectativas. Delfim Netto, deputado federal, Fujio Tachibana, presidente honorário do Conselho de Administração do Banco América do Sul, Tsutomu Nakamura, presidente da Mitsui Brasileira e Teruo Wakabayashi,

presidente da Yakult, são lembrados pelo papel decisivo que desempenharam na campanha;

IV) O Plano Real, instituído em 1994, trouxe efeitos favoráveis:

a) a valorização da taxa de câmbio facilitou a importação de equipamentos;

b) a queda da inflação, as melhorias propiciadas pelo andar da reforma e a maior quantidade de procedimentos médico-hospitalares contribuíram para a elevação da receita líquida real (uma “proxy” do valor adicionado). No período de quatro anos, do biênio 1994/1995 ao biênio 1998/1999, ela subiu 122% suplantando em 21% o aumento de 84% da folha de salário real. Como o número de funcionários foi ampliado em 34%, o salário real médio subiu 37,3%. Foi um bom benefício para o pessoal.

c) a introdução de novos equipamentos, o controle do custo de pessoal e a queda da inflação elevaram a

produtividade da mão de obra (no conceito usual) no período em $65,7\% = (2,22/1,34 - 1)\%$,

Em 1999 houve uma alegria geral na reunião da Diretoria quando o gerente financeiro Hideto Nitta anunciou que todas as dívidas, internas e externas, tinham sido devidamente saldadas. Contava ainda com uma aplicação financeira em montante não desprezível no América do Sul. Kohei Denda foi quem se mostrou mais aliviado, pois se sentia duplamente responsável. Perante a Diretoria da instituição porque era quem cuidava das finanças e perante a Diretoria do Banco porque havia aprovado todos os empréstimos. Encerrada a reforma em março de 2000 os registros mostravam um total de investimentos de US\$14 milhões, sendo US\$8 milhões provenientes de doação e US\$6 milhões de recursos próprios gerados pelas melhorias ao longo da reforma. Para mim foi uma experiência e tanto, um grande aprendizado.

Obs: entrevistado no mês de abril/2019



AMEAÇAS AO SETOR DE SAÚDE BRASILEIRO

(*) *Milton Osaki*

Introdução

Em 2017, o déficit da Previdência foi de R\$ 268 bilhões. Um déficit que vem crescendo ano após ano, de maneira muito rápida, colocando em risco a boa gestão das contas públicas e, principalmente, reduzindo a capacidade de investimento do governo. Assim, áreas como a saúde, educação, segurança têm menos recursos devido a Previdência representar expressivo volume de despesas do governo ⁽¹⁾.

Em busca do equilíbrio das contas públicas, no mês de fevereiro de 2019, o governo brasileiro encaminhou proposta da reforma da previdência na qual se deseja economia de cerca de 1 trilhão de reais em dez anos. Espera-se assim, tornar possível a existência de recursos para investimentos governamentais.

Entretanto, imaginar que a melhoria do setor de saúde brasileiro passa apenas pelo aumento de investimentos pode proporcionar frustrações. Este setor enfrenta desafios que preocupam quando se projeta não apenas a melhoria da assistência à saúde, como também a própria viabilidade. A velocidade de crescimento dos custos da assistência à saúde é assustadora e necessita rápida atuação para permitir a continuidade funcional.

O setor de saúde público brasileiro é representado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1988.

Esta entidade é, por definição constitucional, um sistema público de saúde nacional e de caráter universal, baseado na concepção de saúde como direito de cidadania, na noção de unicidade e ao mesmo tempo nas diretrizes organizativas de: descentralização, com comando único em cada esfera de governo; integralidade do atendimento e participação da comunidade ⁽²⁾.

O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo e garante, constitucionalmente, assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população ⁽³⁾.

No final de 2018, este sistema contava com 7.815 hospitais, públicos, filantrópicos e privados, com um total de 575.115 leitos, onde são realizadas em média cerca de 1 milhão de internações por mês ⁽⁴⁾.

As Unidades Básicas de Saúde são cerca de 51.200, cobrindo aproximadamente 55,35% da população brasileira ⁽⁵⁾.

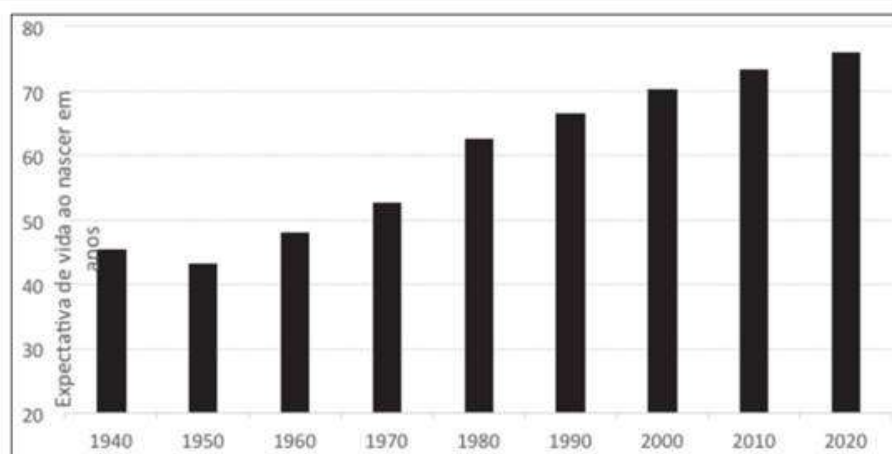
Estão vinculados diretamente ao SUS 290.155 médicos, 60.458 cirurgiões dentistas e 885.307 profissionais de enfermagem ⁽⁴⁾.

O financiamento do SUS é uma responsabilidade comum dos três níveis de governo. Desde setembro de 2000, data da aprovação da Emenda Constitucional 29 (EC-29), ocorre a vinculação de receitas dos três níveis: federal, estadual e municipal ⁽²⁾.

O setor de saúde privado é regulado através da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta entidade é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde. A ANS tem a missão de promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive nas suas relações com prestadores e consumidores ⁽²⁾.

Pode-se creditar ao SUS importantes conquistas como o aumento contínuo da expectativa de vida ao nascer, a redução das taxas de mortalidade infantil e da mortalidade materna. Graças ao SUS, contamos com um sistema nacional de transplantes, sistema de hemocentros, resgate de emergências e atendimento pré-hospitalar em situações de acidentes, tratamento da SIDA (síndrome da imunodeficiência adquirida), distribuição de medicamentos para o controle de doenças crônicas não transmissíveis (como hipertensão e diabetes), sistemas de vacinação de grande amplitude, produção nacional de vacinas para as doenças negligenciadas ou emergentes e um exemplar programa de saúde da família ⁽³⁾.

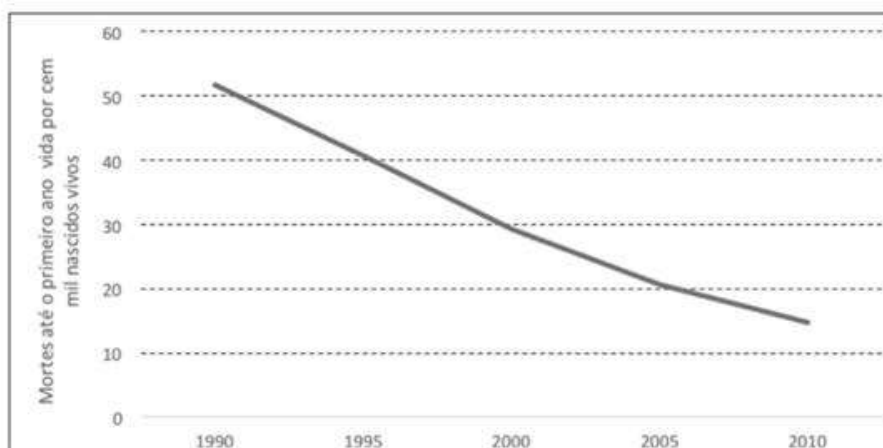
O aumento da expectativa de vida ao nascer dos brasileiros pode ser observado na Figura 1, abaixo:



Fonte: IBGE (2018)

Figura 1. Variação da expectativa de vida no Brasil ao nascer desde 1940. Projeção de expectativa de vida para 2020.

Importante conquista proporcionada pelo SUS foi também a redução dos coeficientes de mortalidade infantil decorrentes da expansão da assistência pré-natal e cuidados perinatais conforme mostra a Fig 2.



Fonte: IBGE (2018)

Figura 2. Variação da mortalidade infantil no Brasil (mortes até um ano de vida/ 100.000 nascidos vivos).

O SUS, consequência da Constituição de 1988, tem em princípio o objetivo de reduzir as desigualdades de acesso à saúde e promover a melhoria das condições de vida de nossa população. Preocupa, em momentos atuais, alguns aspectos que podem ameaçar o seu financiamento ao envolver perspectivas de melhoria e viabilidade do setor como veremos a seguir.

Envelhecimento Populacional

Do ponto de vista demográfico, o Brasil vive uma transição demográfica acelerada. A população brasileira, apesar de baixas taxas de fecundidade, continuará crescendo nas próximas décadas decorrente ainda aos padrões de fecundidade anteriores. O percentual de pessoas idosas maiores de 65 anos, que era de 2,7% em 1960, passou para 5,4% em 2000 e alcançará 19% em 2050, superando o número de jovens. Em 2042, segundo projeção do IBGE a população brasileira alcançará 232,5 milhões de habitantes, sendo 57 milhões de idosos (24,5%)^(6,7).

Este envelhecimento populacional significará incremento relativo das condições crônicas com conseqüente maior número de doentes com patologias como a hipertensão, diabetes, hipercolesterolemia e afecções relacionadas à idade. Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE de 2008 mostram que 79,1% dos brasileiros de mais de 65 anos de idade relataram ser portadores de, pelo menos, uma doença crônica⁽⁷⁾.

O aumento do número de idosos, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o conseqüente incremento de doentes crônicos projeta considerável aumento das despesas assistenciais devido às doenças crônico-degenerativas.

Saneamento básico insuficiente

A cobertura de tratamento de esgoto não chega a 50% da população na maioria das regiões do país propiciando dificuldades para o controle das doenças infectocontagiosas⁽²⁾. Na região Norte cerca de 90% dos brasileiros vivem sem saneamento básico. No Sudeste, 17% da população não contam com água encanada e esgoto⁽⁷⁾.

Nosso país tem investido uma média anual de R\$ 10 bilhões em ações de saneamento básico. Este valor representa menos da metade que seriam necessários para garantir a consecução do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) que prevê para 2033 uma rede de cobertura nacional de água e esgoto⁽⁸⁾.

A falta de saneamento básico predispõe a população que não conta com este recurso a problemas corriqueiros como diarreia e doenças dermatológicas, porém a falta de água tratada e coleta/tratamento de esgotos propiciam desenvolvimento de doenças como a febre tifoide e leptospirose. Importante registrar que o descaso com o saneamento permite o aumento da proliferação do mosquito responsável pela dengue, chikungunya e zika.

Programas de prevenção de doenças e promoção à saúde ineficazes

O Programa Nacional de Imunização (PNI) já foi referência mundial. O Brasil foi pioneiro na incorporação de diversas vacinas no calendário do SUS e é um dos poucos países no mundo que oferta de maneira universal um rol extenso e abrangente de vacinas. Porém, a alta taxa de cobertura, que sempre foi sua principal característica, vem caindo nos últimos anos, conforme demonstra a Figura 3⁽⁹⁾.

Proporção de municípios com coberturas vacinais adequadas por tipo de vacinas (Homogeneidade de coberturas vacinais), Brasil, 2011 a 2016

Imunobiológicos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
BCG	53,7	47,4	40,1	46,2	54,9	44,5
Poliomielite	71,2	57,5	44,7	51,2	60,4	43,1
DTP/Hib/HB	70,4	54,8	59,9	49,7	64,0	50,5
Rotavírus	58,0	52,7	44,7	50,6	71,0	59,9
Pneumocócica	47,0	49,3	56,8	48,8	60,7	59,5
Meningococo C	72,4	52,2	64,1	50,0	65,5	54,3
Triplice Viral	65,0	61,4	75,1	55,2	58,8	58,9

Fonte: MS/SVS/DEVIT/CGPNI/Sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações (<http://pni.datasus.gov.br>)

Figura 3. Variação da proporção de municípios com cobertura vacinal adequada entre 2011 a 2016.

O desserviço proporcionado pelas “fake news”, informações falsas veiculadas pelas redes sociais, tem causado impacto no processo vacinal. Boatos de que reações às vacinas poderiam causar outras doenças fizeram muitos deixar de se vacinar. Este fenômeno pode ser observado na vacinação contra a febre amarela. Esta doença, no período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, teve confirmação de 1.376 casos com 483 óbitos. No período de 1º de janeiro a 8 de novembro de 2018 foram confirmados 1.311 casos de febre amarela no país e 450 óbitos. No mesmo período do ano de 2017 foram confirmados 736 casos e 230 mortes. Desde o surto registrado em dezembro de 2017, a vacinação para febre amarela foi ampliada para 4.469 municípios, com inclusão de 940 cidades localizadas principalmente nas proximidades das capitais e áreas metropolitanas das regiões Sudeste e Sul do Brasil, onde houve evidência da circulação viral o que não ocorria até então. Porém observou-se que a cobertura vacinal não atingiu 95% da população, índice desejado para a eficácia do processo vacinal⁽¹⁰⁾.

Ao se analisar o sarampo, doença que em 2016 o Brasil recebeu o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo pela OMS, verifica-se que no período de 06 de fevereiro de 2018 a 21 de janeiro de 2019, foram notificados 11.398 casos, e destes 9.803 (86%) foram confirmados⁽¹¹⁾.

Além do aumento de doenças como a febre amarela e sarampo que são passíveis de controle através da prevenção pela vacinação, verifica-se que a gestão das epidemias sazonais não está sendo eficaz. A taxa de ocorrência da dengue em 2019 apresentou incremento de 149% em relação ao mesmo período do ano anterior. Até o dia 02 de fevereiro, foram confirmados 54.777 casos da doença contra 21.992 no mesmo período do ano anterior⁽¹²⁾.

Em relação às doenças passíveis de controle pelo desenvolvimento de programas de promoção à saúde, a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) de 2017, do Ministério da Saúde, mostra que quase 1 em cada 5 (18,9%) são

obesos e que mais da metade da população das capitais brasileiras (54,0%) está com excesso de peso. Esta pesquisa mostrou também que em dez anos, houve o crescimento de 110% no número de pessoas de 18 a 24 anos que sofrem com obesidade, quase o dobro do aumento em todas as faixas etárias (60%). Nas faixas de 25 a 34 anos, houve alta de 69,0%; de 35 a 44 anos (23,0%); 45 a 54 anos (14,0%); de 55 a 64 anos (16,0%); e nos idosos acima de 65 anos houve crescimento de 2,0%. Quando falamos em excesso de peso, o crescimento foi de 56%. Assim como a obesidade, o excesso de peso também cresceu entre as faixas etárias da população brasileira. De 25 a 34 anos houve alta de 33,0%; de 35 a 44 anos (25,0%); 45 a 54 anos (12,0%); de 55 a 64 anos (8,0%) e nos idosos acima de 65 anos houve crescimento de 14,0%. O dado geral mostra que 54% da população brasileira sofre com excesso de peso ⁽¹³⁾.

Considerando-se que a obesidade e o sobrepeso são portas de entrada para doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, preocupa o possível incremento destes tipos de patologia. Registre-se que, no período compreendido entre 2006 a 2014, aumentou em 18% a população brasileira com hipertensão arterial ⁽⁷⁾.

Outro fator preocupante para os custos da assistência à saúde é o consumo excessivo de álcool pelos brasileiros que no período de 2006 a 2014 aumentou em cerca de 23% ⁽⁷⁾.

Os gráficos da Figura 4 mostram a evolução do consumo excessivo de álcool, o aumento da hipertensão e da obesidade no período de 2006 a 2014 ⁽⁷⁾.



Figura 4. Variação do percentual de população maior de 18 anos, entre 2006 a 2014, que apresentaram consumo excessivo de álcool: 23% (gráfico superior); Variação dos percentual de população maior de 18 anos, entre 2006 a 2014, que apresentaram hipertensão: 18% (gráfico meio); Variação dos percentual de população com IMC: índice de massa corpórea maior que 30 Kg/m², entre 2006 a 2014: 57%.

Evolução epidemiológica alarmante (tripla carga de doenças)

Sob o aspecto epidemiológico nosso país vivencia uma forma de transição singular, que difere da transição observada nos países desenvolvidos ⁽⁷⁾.

A atual evolução epidemiológica brasileira tem recebido a denominação de tripla carga de doenças e traz enorme preocupação porque envolve, ao mesmo tempo, uma perspectiva de evolução das doenças

infecciosas em conjunto com o crescimento das doenças crônicas, acrescido ainda do forte incremento de doenças e mortes por causas externas exemplificadas por acidentes de trânsito e violência.

No Brasil, 75% da carga de doenças são determinados por condições crônicas, 14,7% são por doenças infecciosas, parasitárias e desnutrição, e 10,2% por causas externas ⁽¹⁴⁾.

A concomitância para a organização e funcionamento dos sistemas de atenção à saúde das doenças de condições agudas junto das condições crônicas exige enorme dispêndio de recursos.

Integração de dados

Nosso sistema de saúde possui várias limitações quanto à integração de dados de saúde. Pesquisas e estudos mostram que uma maior integração e inteligência no uso de dados poderiam resultar em ganhos de até 35% para o setor da saúde ⁽⁷⁾.

Segundo estes estudos existe um grande potencial para maior uso de dados e inovação em três áreas-chave apresentadas a seguir.

1. Integração e interoperabilidade de dados: a maior integração de dados torna o sistema mais eficiente, com ganhos que podem chegar a 15% de aumento de eficácia por leito hospitalar ⁽⁷⁾.

2. *Big data* e *advanced analytics*: o uso de dados pode resultar em reduções nos custos com saúde sendo as principais aplicações:

a) suporte a decisões clínicas a partir de evidências: agrega dados individuais e de pesquisa para recomendar tratamentos ideais com base nas melhores evidências clínicas;

b) modelos preditivos baseados em *insights*: avalia doenças, resultados e riscos entre pacientes e populações com análise de alternativas de tratamento e resultados a fim de determinar procedimentos ideais;

c) análise em tempo real de grandes bases de dados: análise em tempo real de *big data* de genoma e métricas de desempenho de forma eficaz ⁽⁷⁾.

3. Modelos inovadores de atendimento: as tecnologias digitais permitem atender e monitorar os pacientes em formatos mais eficientes, tais como:

a) agendamento de atendimento: portais *on-line* proporcionam transparência sobre a disponibilidade dos médicos e agendamento em qualquer momento; aumenta a utilização dos médicos e o fluxo de pacientes nos hospitais;

b) telemedicina: interface para permitir a interação remota entre médicos e pacientes por meio de compartilhamento de dados via vídeo; aumenta o alcance geográfico do provedor e reduz custos, facilitando o acesso dos pacientes ao atendimento;

c) monitoramento remoto: dispositivos para monitorar os sinais vitais dos pacientes fora das unidades de saúde; permite intervenções preventivas e fornece dados para análise;

d) adesão ao uso de medicamentos: dispositivos para monitorar e promover a adesão dos pacientes ao uso dos medicamentos prescritos; aumenta a eficácia dos medicamentos e fornece dados para aprimorar pesquisas;

e) suporte ao bem-estar: dispositivos e aplicativos para monitorar a alimentação e a prática de exercícios, assim como ensinar e conectar os pacientes; aprimora a dieta, os exercícios, a educação e o aspecto emocional ⁽⁷⁾.

Em nosso país existe longo caminho a percorrer para a integração de dados. Inexiste definição clara quanto a integração de dados, se por região de saúde, nível estadual ou municipal ou por nível de atenção em saúde, atenção básica/primária ou secundária. O DataSUS, portal do Ministério da Saúde para acesso aos dados coletados pelo sistema, apresenta inúmeras dificuldades de acesso para o cidadão, tais como interface pouco amigável, termos excessivamente técnicos, instabilidade do site, falta de informações relevantes como, por exemplo, tempo de espera. Apesar dos avanços recentes com a proposta de um cartão unificado (Cartão SUS), a aprovação do Conjunto Mínimo de Dados e o e-SUS Atenção Básica, o Brasil ainda está muito longe do desejado ⁽⁷⁾.

Ter um prontuário eletrônico universal é um dos principais avanços necessários para melhoria da qualidade assistencial do sistema de saúde brasileiro e para a diminuição dos custos da assistência à saúde. A integração de dados dentro de um sistema de saúde facilita o usuário participar da gestão de seu estado de saúde. A ausência de integração de dados faz com que o cidadão e o médico assistente não tenham controle sobre exames realizados e terapêuticas utilizadas. Sem informações torna-se difícil o paciente exercer seu dever de cuidar da própria saúde encarecendo os custos de assistência à saúde.

Pouca conscientização do usuário dos custos de assistência

Talvez provocado pelo jargão de que a saúde é um direito do cidadão, a população brasileira parece carecer de entendimento do real valor da assistência à saúde. Infelizmente, no nosso país, os custos incidentes na saúde não são entendidos como um “dever de todos”. A maioria da população não se preocupa em poupar recursos envolvidos na assistência.

Uma consequência deste jargão é a judicialização, termo cunhado para exemplificar as manifestações judiciais que obrigam o sistema de saúde a fazer procedimentos ou adquirir remédios para pacientes específicos em virtude da complexidade e altos custos tratamento. No geral, há boa intenção do juiz, mas há também exemplos de notável despreparo do judiciário. A obrigatoriedade de fornecimento de um medicamento ineficaz (a fosfoetanolamina para o tratamento do câncer) ou exigir, por exemplo, a realização de um transplante de coração em 24 horas (esquecendo-se, por exemplo, de que é necessário haver um doador compatível), mostra que o desconhecimento também permeia muitas dessas decisões.

A judicialização já custa cerca de R\$ 7 bilhões/ano ao país, sendo que isso representa apenas a parte do gasto que nos é visível. De acordo com levantamento do Governo do Estado de São Paulo, em 2015 existiam aproximadamente 18.000 demandas de ações judiciais envolvendo a assistência à saúde ⁽⁷⁾.

Pelo lado do judiciário denota-se que os magistrados têm uma visão microindividual do processo e assim como qualquer profissional de saúde este profissional também não quer ter em sua consciência a culpa por um óbito. Pode-se entender que existe por parte do judiciário incompleta compreensão do sistema de saúde brasileiro, sobretudo a macrovisão do SUS ⁽¹⁵⁾.

Para que a judicialização não inviabilize o sistema, torna-se necessário que os magistrados tenham informações mais precisas em relação aos pedidos de medicamentos ou atendimentos permitindo assim diminuir o gasto da judicialização. A judicialização precisa ser discutida definitivamente ainda de forma clara e transparente sob o aspecto de vista constitucional de forma a reduzir os custos e melhorar a gestão do sistema.

Baixo investimento em pesquisa

O investimento em pesquisa e desenvolvimento é importante para garantir que essas tecnologias sejam desenvolvidas. Entretanto, atualmente há pouco investimento e há lentidão nas aprovações e incorporações, reduzindo a taxa de conversão de pesquisas acadêmicas em novas tecnologias. No Brasil, existem sistemas que fomentam o crescimento das pesquisas por meio de polos estratégicos de inovação, mas o país ainda está aquém da maioria dos países emergentes nesse quesito ⁽⁷⁾.

Para viabilizar modelos inovadores de atendimento e agilizar o processo de inovação é necessário haver eficiência regulatória. No Brasil, existe grande oportunidade de melhoria para a agilização do processo de aprovação de patentes e de novas tecnologias ⁽⁷⁾.

Modelo de gestão com oportunidades de melhoria

Governança diz respeito ao gerenciamento do relacionamento entre as várias partes envolvidas incluindo governo, usuários, famílias, comunidades, empresas, organizações não governamentais e outras entidades que tenham a responsabilidade de financiar, monitorar, prestar e usar serviços de saúde.

O modelo de gestão do SUS evidencia oportunidades de melhoria ao se constatar a baixa capacidade local para gerenciar responsabilidades descentralizadas. O processo de descentralização provocou a municipalização do sistema. Lamentavelmente, observa-se que muitos municípios não apresentam capacidade financeira e tampouco capacidade de gestão a este desafio ⁽¹⁶⁾.

Percebe-se ainda que o modelo de gestão utilizado na administração do SUS não oferece incentivos para que os provedores aumentem a eficácia no uso dos recursos disponíveis e melhorem o desempenho. O modelo de pagamento utilizado gera incentivos errados para o sistema.

O atual modelo de gestão está na contramão da boa gestão de recursos. Atualmente nosso país gasta mais com a assistência de média e alta complexidade do que os países desenvolvidos. Cerca de 67% do orçamento total são gastos com esses níveis de atenção, enquanto a média dos países desenvolvidos (OCDE) é de 55%. Prioritário seria direcionar recursos em maiores montantes para a atenção básica e ambulatorial. A atenção primária é fundamental para evitar internações desnecessárias ^(7, 16).

Apesar de existência de marco regulador proporcionado pelo SUS para a atuação do setor privado, a coordenação entre os dois setores permanece muito deficiente e as inconsistências da legislação básica do SUS permitem a existência de um setor privado forte e dinâmico. Consequente à garantia constitucional de acesso irrestrito, a capacidade operacional do SUS sempre está completa, fato que contribui para o crescimento dos planos privados de saúde proporcionando quebra das metas de universalidade e equidade previstas na elaboração do SUS ^(7, 16).

- O Brasil tem 1 médico de família por 10.000 habitantes enquanto a média da OCDE é de 10/10.000 habitantes.

- O Brasil tem 5 geriatras por 100.000 habitantes em comparação a 20/100.000 nos Estados Unidos e 10/100.000 no Reino Unido ⁽⁷⁾.

A viabilidade do sistema de saúde brasileiro passa pelo inevitável investimento em saneamento básico. O Brasil necessita investir mais que R\$ 10 bilhões/ano, montante previsto para dispêndio em 2019, em ações de saneamento básico. Caso mantido este patamar de investimento, apenas em 2060 se atingirá a meta prevista pelo Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB.

A expansão e fortalecimento de ações de prevenção de doenças e promoção à saúde trata-se também de ação primária e fundamental. Campanhas governamentais para a redução do consumo do álcool, incentivo à alimentação saudável, incremento da prática de atividade física seriam o início da batalha em busca da diminuição de custos da saúde e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

O Brasil necessita trabalhar também em alguns caminhos como a integração de dados do paciente. O impacto do acesso à informação é imenso, refletindo-se na conscientização do paciente, por meio da disponibilização de informações comparáveis referentes a qualidade das instituições prestadoras de atenção, na possibilidade da tomada de decisões mais fundamentadas e no maior engajamento do cidadão na cobrança do sistema. Neste processo, as informações disponibilizadas ao paciente contribuirão para a percepção por ele do montante de custos gerados.

É necessário expandir a utilização de ferramentas analíticas para mapear grupos de risco e prevenir que suas doenças piorem, já que grupo de 10% da população gera 44% das hospitalizações.

Investir na melhoria da governança é necessidade fundamental. A governança atual do sistema de saúde brasileiro possui elos da cadeia que atuam de forma independente e não aproveitam oportunidades de sinergias com uma maior cooperação, seja ela entre público e privado. A alternativa de organizar o sistema por regiões de saúde pode efetivar a descentralização e melhorar os resultados. Porém a melhoria da governança passa pela prática de um modelo de gestão que utilize indicadores de desempenho, sobretudo para custos, qualidade e desfecho. O modelo de gestão não poderá prescindir da utilização de indicadores para responsabilização e promoção da transparência buscando reduzir riscos e fraudes.

Referências

- 1) Brasil. Ministério da Previdência Social. Ministro do planejamento explica importância da reforma da previdência. Acesso em: 22 fev. 2019. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2018/02/ministro-do-planejamento-explica-importancia-da-reforma-da-previdencia>
- 2) Brasil. Ministério da Saúde. O sistema público de saúde brasileiro. (acesso em 23/02/2019). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude.pdf
- 3) Brasil. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. Acesso em: 24 fev. 2019. Disponível em : <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>
- 4) Brasil. Ministério da Saúde. Informações de saúde. (acesso em 24/02/2019). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nruf.def>
- 5) Brasil. Ministério da Saúde. Sala de apoio estratégico à saúde. (acesso em 24/02/2019). Disponível em: <http://sage.saude.gov.br/#>
- 6) Kalache A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. (acesso em 25/02/2019). Cad. Saúde Pública vol. 3 no. 3 Rio de Janeiro. July/Sept.1987. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1987000300001>
- 7) Coalizão Saúde Brasil: uma agenda para transformar o Sistema de Saúde. Acesso em: 26/02/2019. Disponível em: <http://icos.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Relato%CC%81rioNet.pdf>
- 8) Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Acesso em: 26 fev. 2019. Disponível em http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1446465969_Brasil-PlanoNacionalDeSaneamentoB%C3%A1sico-2013.pdf
- 9) Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). A queda da imunização no Brasil. Edição 25. Saúde em Foco. (acesso em 26/02/2019). Disponível em: <https://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil>
- 10) Brasil. Ministério da Saúde. Febre amarela: risco se aproxima e Ministério alerta para a vacinação. Últimas notícias. (acesso em 21/02/2019). Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44661-febre-amarela-risco-se-aproxima-e-ministerio-alerta-para-a-vacinacao>)
- 11) Brasil. Ministério da Saúde. Sarampo: informe nº 36 24 DE JANEIRO DE 2019. Acesso em 23 fev. 2019. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/janeiro/28/Informe-Sarampo-n36-24jan19aed.pdf>

12) Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde alerta para aumento de 149% dos casos de dengue no país. Acesso em 23/02/2019. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45257-ministerio-da-saude-alerta-para-aumento-de-149-dos-casos-de-dengue-no-pais>

13) Brasil. Ministério da Saúde. Apesar da obesidade em alta, pesquisa mostra brasileiros mais saudáveis. Acesso em 23/03/2019. Disponível em : <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43604-apesar-de-obesidade-em-alta-pesquisa-mostra-brasileiros-mais-saudaveis>

14) Mendes EV. As redes de atenção à saúde. (acesso em 25/02/2019). Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2010.v15n5/2297-2305>

15) Brasil. Conass. Judicialização na Saúde. Acesso em 25/02/2019. Disponível em: <https://www.conass.org.br/consensus/judicializacao-na-saude/>

16) Rizzotto, MLF; Campos, GWS. O Banco Mundial e o Sistema Único de Saúde brasileiro no início do século XXI. Acesso em 26/02/2019. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000200263

(*) **Milton Osaki** - Presidente da Sociedade Paulista de Medicina Preventiva e Administração em Saúde-SOMPAS e médico especialista em administração de sistemas de saúde.



CHINA e EUA - Guerra Comercial e Contexto¹

(*) **Patricia Stefani**

Desde a campanha presidencial de 2016 nos Estados Unidos, o agora presidente, Donald Trump, anunciava que seria duro com a China. Em suas palavras, a política comercial chinesa estava “estuprando” a economia americana, no “maior assalto da história mundial”, e sustentou que sua administração estaria pronta para tornar as medidas necessárias para redesenhar as relações comerciais entre os dois países. Este texto procura avaliar os efeitos econômicos das medidas tarifárias americanas e o contexto global sob o qual ocorre a disputa entre EUA e China.

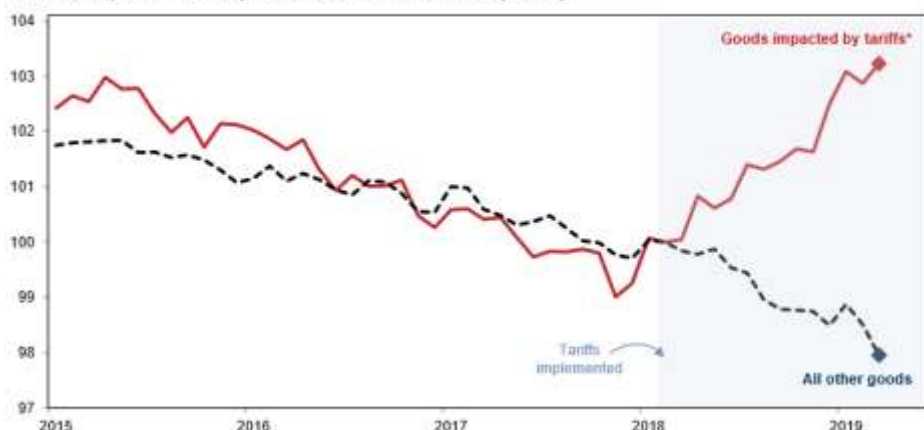
1) Os efeitos do ponto de vista econômico

Uma tarifa de importação nada mais é do que um imposto sobre o bem importado. No curto prazo, eleva o preço doméstico daquele bem, reduz a quantidade consumida e distorce, portanto, as decisões de consumo e investimento dos agentes, gerando ineficiências. Os produtores internos recebem mais pelo que ofertam e o governo arrecada com o imposto de importação.² Um gráfico recente produzido pela equipe do banco Goldman Sachs ilustra bem o impacto sobre os preços dos bens sujeitos às tarifas:

¹ Preparado com as informações disponíveis até o dia 15/05.

² O efeito final da tarifa depende da elasticidade-preço das curvas de oferta e demanda, isto é, de quão sensíveis elas são a variações de preço.

Gráfico 1: Núcleo de inflação (PCE) nos EUA - bens afetados pelas tarifas (vermelho) e todos os demais (azul)



Fonte: Goldman Sachs, "What's Top of Mind in Macro Research: Trade, trade, and more trade", 15/05/2019.

Alguns artigos recentes têm tentado mensurar por diferentes ângulos o custo associado à Guerra tarifária iniciada pelos EUA³. Dentre eles, destacamos⁴:

(i) *"The impact of the 2018 trade war on U.S. prices and welfare"*

Esse estudo mensura os impactos sobre preços e bem-estar da imposição de tarifas de importação sobre produtos chineses em 2018. Houve aumento de preço tanto de bens finais quanto de bens intermediários, afetando as cadeias de produção americanas. Segundo os cálculos apresentados:

- US\$ 3 bilhões/mês em custos tarifários adicionais para empresas e consumidores;
- US\$ 1,4 bilhões/mês em "peso morto" (aquilo que o consumidor doméstico perde com a imposição da tarifa e que não é "ganho" de ninguém, apenas perda de eficiência)
- Olhando para o preço dos produtos afetados, quase 100% das tarifas foram repassadas aos preços ao consumidor;
- O impacto total estimado sobre as importações e as exportações americanas, levando-se em conta as medidas retaliatórias dos outros países e que afetaram as cadeias globais de produção, é de US\$ 165 bilhões/ano em comércio redirecionado para evitar as tarifas.

(ii) *"The return to protectionism"*⁵

O estudo mensura os impactos sobre preços, exportações e importações das tarifas impostas:

- Houve redução média de 31,5% na importação dos produtos alvo e de 11% nas exportações americanas dos produtos retaliados pelas nações afetadas;
- 100% de repasse aos preços domésticos dos afetados, ou seja, os consumidores domésticos arcaram com o custo das tarifas;

³ A tarifa média de importação mais do que dobrou desde 2018.

⁴ Todas as referências aqui utilizadas e mencionadas se encontram ao final do texto.

⁵ Ainda sobre o impacto sobre os preços domésticos, um estudo do Fed de Nova Iorque indica que as tarifas são rapidamente repassadas aos preços (cerca de três meses após o anúncio) e que se propagam pela economia através das ligações insumo-produto. Calcula-se que os preços aos consumidores e produtores tenha sido cerca de 0,3 p.p. mais elevado por conta das medidas tarifária.

- Custo estimado aos consumidores e produtores da ordem de US\$ 68,8 bilhões anuais;
- Descontando-se os ganhos aos produtores domésticos dos bens afetados e a receita adicional do governo, estima-se uma perda agregada de bem-estar de US\$7,8 bilhões.
- A perda agregada, embora pequena, esconde a heterogeneidade dos efeitos sobre as localidades escolhidas pelos demais países para retaliar os EUA. Houve redução no salário médio no setor de bens transacionáveis nos condados onde as retaliações externas foram direcionadas. O padrão tarifário escolhido pelos EUA tentou proteger os setores mais concentrados em condados eleitoralmente mais competitivos em 2016, mas as retaliações comerciais atingiram em cheio as localidades majoritariamente Republicanas, onde os trabalhadores dos setores de bens transacionáveis afetados experimentaram as maiores perdas. As perdas salariais nestes condados foram 58% maiores em relação às perdas nos condados mais Democratas (que têm 85-95% de eleitores do partido). Assim, ainda que o efeito agregado tenha sido pequeno, os efeitos distributivos foram bastante relevantes.

(iii) *“Tariffs and politics: evidence from Trump’s trade wars”*

O artigo tenta capturar a dimensão política das retaliações praticadas por China, União Europeia, México e Canadá às medidas tarifárias impostas pelos EUA. Isto é, o objetivo é verificar empiricamente se o tipo de retaliação escolhida tentou deliberadamente erodir a base de apoio do presidente americano e se isso teve algum impacto eleitoral para o partido republicano nas chamadas *“midterm elections”* – as eleições para o Congresso que ocorrem no meio do mandato presidencial – em 2018. No caso da UE, a “regra era clara”, já que existe uma resolução⁶ sobre os objetivos de medidas de política comercial no contexto de disputas comerciais. Elas devem mirar alterar o comportamento do país adversário e minimizar os danos domésticos. Os principais resultados mostram que:

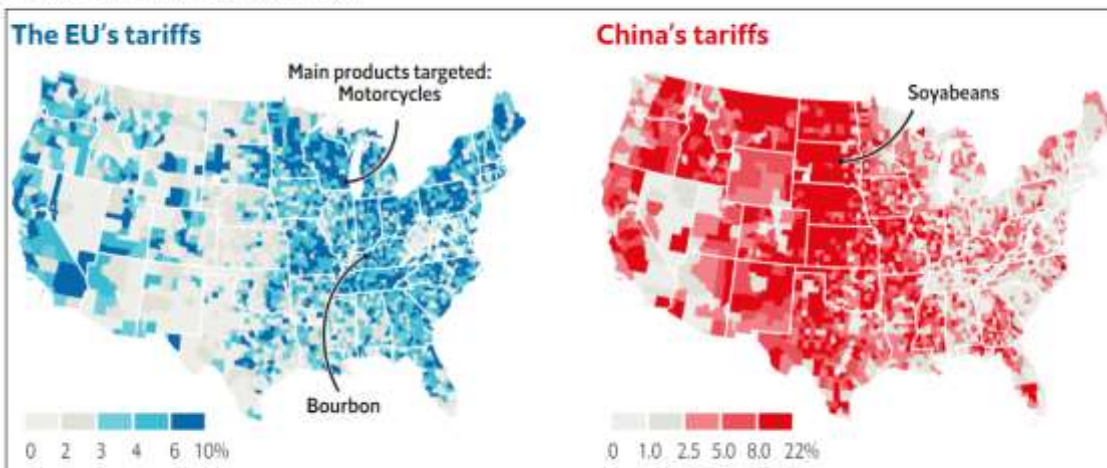
- Os condados com maior proporção de voto republicano em 2016 foram os maiores alvos de retaliação comercial, especialmente aqueles que viraram fortemente “trumpistas” na eleição de 2016 (em relação ao padrão de votação de 2012). O alvo parece ser explicitamente Trump, já que a retaliação não aparece tão fortemente nos condados que se tornaram mais “Republicanos” em 2016 (em relação à votação de 2012) nas eleições para a Câmara ou para o Senado;

Claro que esse efeito poderia simplesmente estar refletindo um resultado acidental, isto é, o país só pode retaliar produtos que já importa dos EUA, e pode calhar destes produtos estarem justamente em condados que votaram fortemente em Trump. Os autores então comparam a cesta de produtos escolhida para serem retaliados com aquelas cestas que poderiam ter sido escolhidas – simulam cerca de 1.000 cestas hipotéticas aleatoriamente e com o mesmo valor que a implementada. Além disso, avaliam se a construção da cesta (escolha de produtos) é afetada pela motivação de minimizar o impacto doméstico. Os resultados apontam que:

- A retaliação da China foi deliberadamente direcionada contra a base de apoio de Trump, ainda que isso significasse maior prejuízo à economia doméstica. A cesta escolhida pela China impactou mais a base eleitoral do Presidente americano do que 99% das simulações possíveis, ainda que tenha prejudicado a economia doméstica mais do que em 99% das alternativas.
- A UE buscou conciliar as diretrizes da regulação mencionada anteriormente. A cesta escolhida protegeu mais os consumidores domésticos do que 99% das simulações possíveis, tendo um impacto eleitoral sobre a base de Trump maior do que em 87% das alternativas.

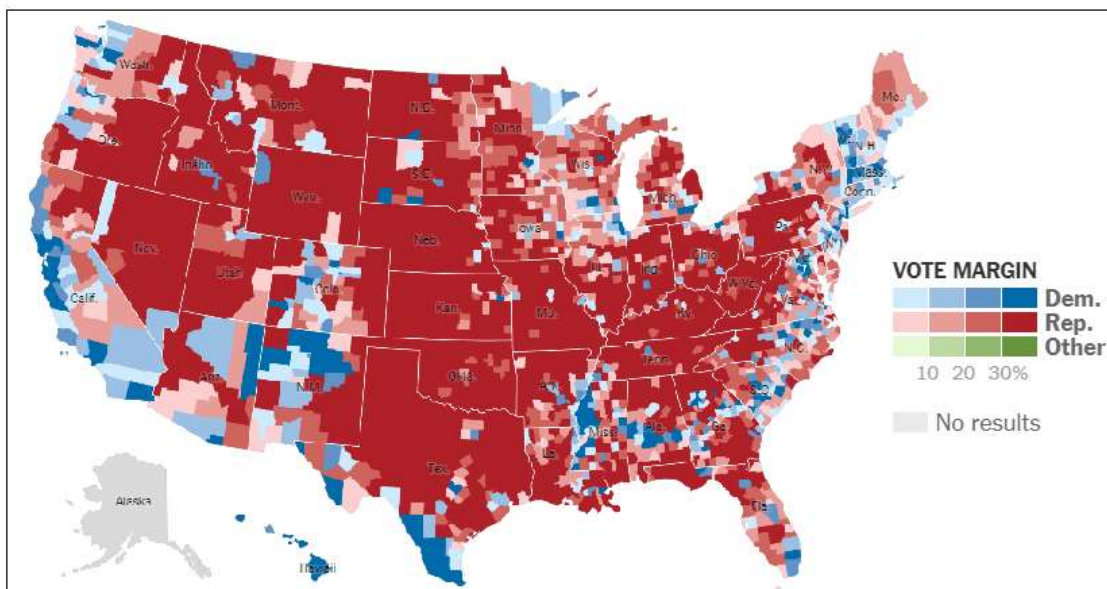
⁶ Regulation 654, 2014.

Gráfico 2: Fração das exportações dos condados afetadas pelas retaliações da UE (azul) e da China (vermelho)



Fonte: The Economist, "Why you should never start a trade war with an autocracy", 27/04/2019.

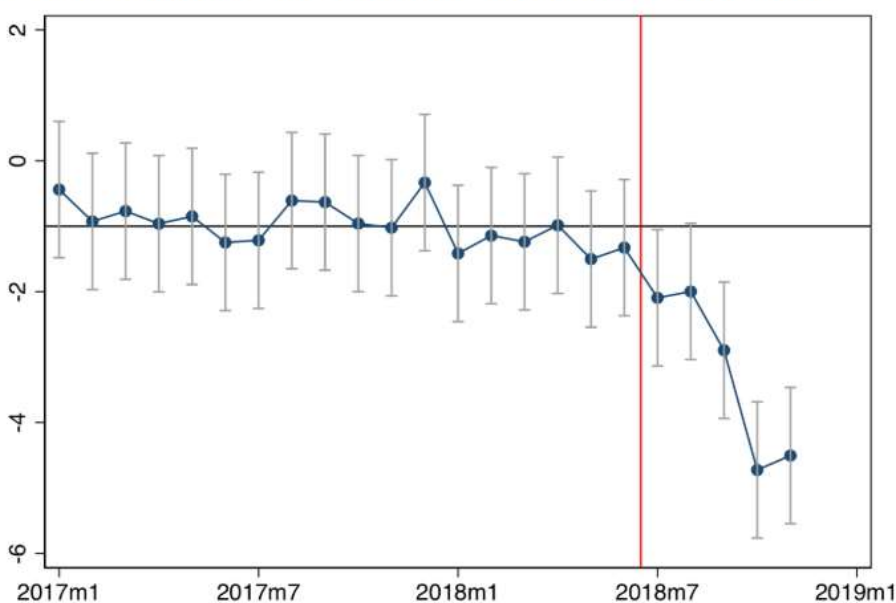
Gráfico 3: Mapa eleitoral da eleição para presidente nos EUA em 2016.



Fonte: The New York Times, <https://www.nytimes.com/elections/2016/results/president>.

- Além dos impactos sobre os preços nos EUA discutidos nos outros artigos, os autores calculam que as exportações sujeitas à retaliação externa caíram em relação às demais, desviando cerca de U\$S 2,55 bilhões/mês em exportações.

Gáfico 4: Impacto das tarifas nas exportações americanas



Fonte: Fetzer, T. e Carlo Schwarz. “Tariffs and politics: evidence from Trump’s trade war”, VoxEu.org, abr/2019.

- Com relação ao impacto eleitoral da “guerra comercial” sobre as eleições de 2018, as evidências sugerem que os candidatos Republicanos tiveram um desempenho cerca de 1,4-2,7 p. p. pior nos condados mais expostos à retaliação.

2) O jogo político e a “razão” para guerra comercial

O pano de fundo para a “guerra comercial” de hoje é o apoio chave dos EUA para a entrada da China na OMC, tido pelo então presidente Bill Clinton como seu grande legado em política externa. Em 2000, assinou o *US-China Relations Act*, que garantia à China o fim do tratamento comercial discriminatório, isto é, a remoção das restrições comerciais que vigoravam há vinte anos entre os dois países. No ano seguinte, a China ingressaria na OMC com o apoio americano.

Além da abertura do mercado para o comércio entre os dois países, os EUA viam a consolidação da China como potência na Ásia como sendo importante na mediação de conflitos com países como a Coreia do Norte, o Sudão e o Irã. Além disso, achavam que as regras da OMC e a abertura comercial seriam suficientes para tornar a economia chinesa cada vez mais “capitalista” e, assim, promover a erosão gradual do regime comunista e a maior proximidade aos valores Ocidentais. Nas palavras de Clinton, “*ao ingressar na OMC, a China não está simplesmente concordando em importar mais de nossos produtos; está concordando em importar um dos mais estimados valores da democracia: a liberdade econômica. Quanto mais a China liberalizar a sua economia, mais integralmente ela libertará o potencial de seu povo – sua iniciativa, sua imaginação, seu notável espírito empreendedor. E quando os indivíduos têm o poder não apenas de sonhar, mas de realizar seus sonhos, eles vão exigir ter mais voz*”.⁷

Como se viu desde então – e como alguns países alertam há tempos – a China tinha outros planos e sempre trabalhou na zona “cinzenta” das regras do comércio global, aproveitando intensamente de suas vantagens.

O protecionismo em áreas tidas como chave, os maciços subsídios às empresas estatais e o controle cambial foram alvos de críticas e de representações na OMC, com muito pouco efeito e sob vistas

⁷ https://www.iatp.org/sites/default/files/Full_Text_of Clintons_Speech_on_China_Trade_Bi.htm

grossas dos países mais relevantes dentro de sua estrutura, como os EUA, que são quem têm o poder efetivo de liderar o *enforcement* das regras comerciais.

Hoje a China é uma potência global que rivaliza com os EUA em termos econômicos (deve ultrapassar os EUA e se tornar a maior economia do mundo em breve), com um poderio militar que cresce e se moderniza rapidamente. É líder em diversos segmentos de tecnologia, inclusive em inteligência artificial – com implicações para os setores de defesa e segurança nacional.

Nas últimas duas décadas, a economia chinesa se modernizou e passou a produzir e exportar cada vez mais produtos de alta intensidade tecnológica. Utilizou o comércio e os volumosos investimentos estrangeiros no país para ‘absorver’ novas tecnologias/propriedade intelectual, e aumentar a produtividade das firmas domésticas. Hoje há evidências de que, ao contrário da tendência global⁸, a China vem experimentando um aumento no conteúdo doméstico de suas exportações e isso se deu justamente pela competição induzida por sua política liberalizante nas tarifas de importação de insumos de produção no começo da década de 2000. Não só permitiu que os produtores chineses tivessem acesso a insumos melhores e mais baratos, como induziu a competição no mercado doméstico dos mesmos, levando, gradualmente, à maior qualidade e variedade, o que tornou os insumos importados prescindíveis ao longo do tempo.

Com a “guerra comercial” atual os EUA chegam, portanto, atrasados à festa e tentam recuperar o tempo perdido. Acusam a China de práticas comerciais ilegais e roubo de propriedade intelectual. Apostam que impor custos econômicos através de medidas tarifárias como instrumentos de política externa (em vez de liderar um movimento global de coerção para que se cumpra as regras da OMC) serão eficazes em alterar o comportamento chinês sob os ângulos descritos anteriormente. Nas palavras do representante comercial dos EUA sobre o papel do livre comércio nos dias de hoje, “*será que ele (o livre comércio) não está simplesmente fortalecendo nossos adversários a criar um mundo onde países que abusam o sistema – como a China – estão caminhando para a dominância econômica e militar?*”⁹

Acontece que, como vimos anteriormente, o governo chinês está disposto a infligir danos políticos ao americano, ainda que às custas de perdas para a economia doméstica. O tabuleiro onde se joga a batalha comercial entre dois países democráticos é certamente diferente daquele entre uma democracia e uma autocracia. No último caso, além do governo estar disposto a maiores perdas no curto prazo para atingir seu adversário, a pressão popular não é uma variável relevante e o término do mandato do Presidente Xi está em aberto. Ademais, a análise sob a ótica ocidental da hierarquia dos valores que importa para os orientais é sempre muito perigosa. A valoração das liberdades individuais é diferente e a cultura confucionista preza não só a hierarquia familiar, como a disciplina. Nas democracias, com eleições regulares, o custo econômico de curto prazo tende a importar para o padrão de votação do incumbente nas eleições subsequentes¹⁰.

Além disso, há uma questão adicional que às vezes fica à margem das discussões. Como salienta o analista de comércio do *Council on Foreign Relations*, Brad Sester, a grande presença de estatais ao longo da cadeia de produção na China é relevante nesse processo. Uma coisa é taxar um produto que afeta empresas privadas domésticas e toda a pressão sob o governo adversário que isso traz. Outra

⁸ A redução das barreiras comerciais, dos custos de transação e a evolução da tecnologia de informação levou os países a se especializarem cada vez mais em etapas da produção de partes da cadeia produtiva. Com isso, ainda que os países experimentem elevação nos volumes individuais de exportação, há uma tendência de declínio do conteúdo produzido domesticamente no total exportado (medido como a razão entre o valor adicionado domesticamente e as exportações brutas).

⁹ Opinião expressa em artigo escrito para o *Washington Times* em 2011:

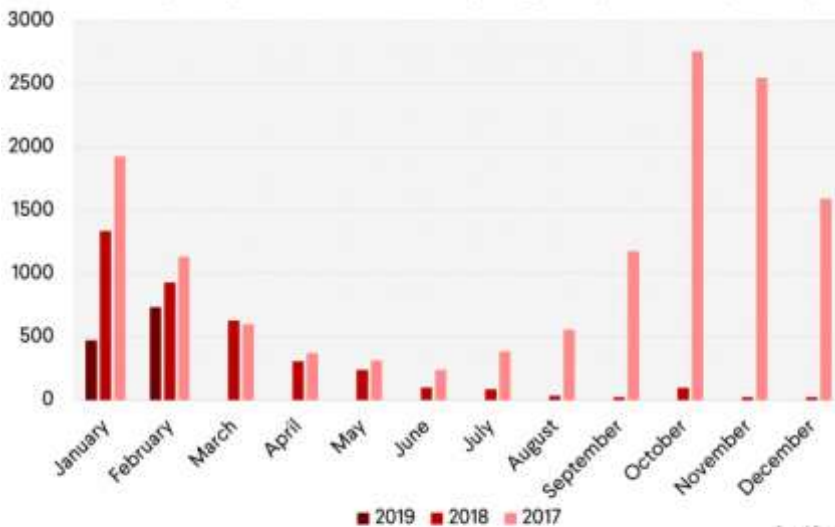
<https://www.washingtontimes.com/news/2011/may/9/donald-trump-is-no-liberal-on-trade/>, via Dalio (2018).

¹⁰ A China, ainda, pode, para contrabalançar os efeitos das tarifas americanas, voltar a manipular a taxa de câmbio, como fez por muitos anos até recentemente antes de iniciar um movimento para recalibrar a economia doméstica na direção do aumento do consumo e da diminuição do investimento. Claro que isso leva à perda do poder de compra da população chinesa, mas este efeito não ocupa o topo da lista de preocupações chinesas.

completamente distinta é quando as firmas afetadas são estatais e o governo pode simplesmente retaliar cortando a quase zero a importação de produtos americanos, como a China fez com a soja, óleo e gás, dentre outros, não sendo sequer necessário utilizar tarifas como instrumento. Das quatro principais categorias de exportação dos EUA para a China (aeronaves, soja, automóveis, óleo e gás), em três delas os clientes chineses são estatais (exceção para os automóveis).

O Estado chinês ainda controla a maior parte das importações de bens de capital e consegue influenciar a importação de commodities através das tradings estatais e das estatais de petróleo. O custo interno da guerra comercial, portanto, tem significado diferente para estruturas distintas de poder. Nesse sentido, portanto, a China tem mais margem de manobra que os EUA, e a questão é saber o quanto ela está disposta a “perder” no curto prazo e o quanto ela avalia que a guerra comercial com os EUA pode atrapalhar seus investimentos externos e seus avanços, principalmente em tecnologia, que é o que vai determinar como e quanto país irá modular suas respostas aos americanos.

Gráfico 5: Exportação americana de soja e grãos p/ a China (US\$mi)

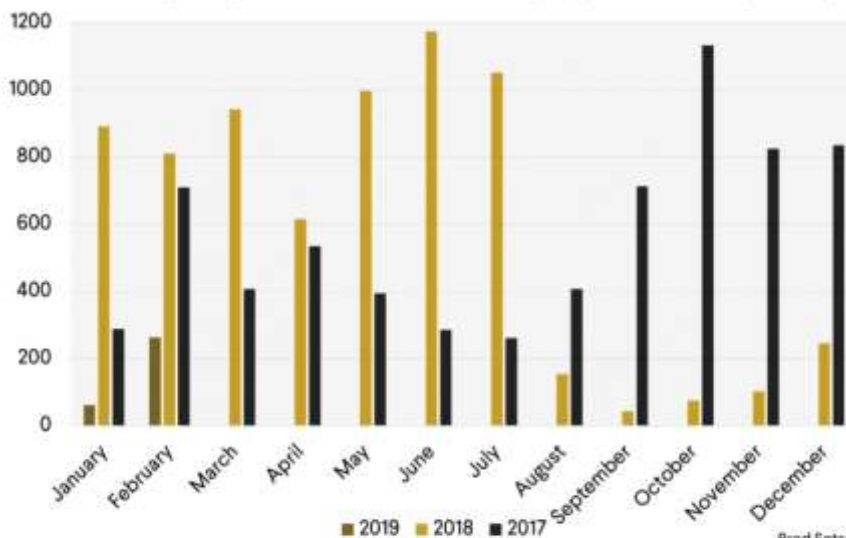


Source: U.S. Census Bureau/Haver Analytics

Brad Setser
cfr.org/blog/Setser

Fonte: Brad W. Sester. “China never stopped managing its trade”, Council on Foreign Relations, Follow the Money blog, mai/2019.

Gráfico 6: Exportação americana de óleo e gás para a China (US\$ mi)



Source: U.S. Census Bureau/Haver Analytics

Brad Setser
cfr.org/blog/Setser

Fonte: Brad W. Sester. “China never stopped managing its trade”, Council on Foreign Relations, Follow the Money blog, mai/2019.

Quanto à previsão de erosão do Partido Comunista e transição para um regime democrático por pressão popular, não há, por hora, qualquer sinal de que isso esteja para ocorrer, pelo menos no curto prazo. Apesar do arrefecimento da economia chinesa, o PC continua forte e o Estado se faz cada vez mais presente na vida do cidadão com controle das telecomunicações, com a implementação do score de crédito social onde o Estado confere pontuação ao comportamento dos cidadãos, além de toda a sorte de espionagem digital dos cidadãos pelo Estado – um dos motivos para a reticência americana com a implementação das novas tecnologias de telecomunicação chinesas nos EUA sob a alegação de se tratar de um problema de segurança nacional (e um jeito prático de tentar retardar o avanço chinês nesse tema).

Não se pode esquecer também que, desde a década de 80, cerca de 850 milhões de chineses saíram da situação de pobreza extrema. A verdadeira prova do pudim em matéria de estabilidade deste arranjo talvez só venha a acontecer quando o crescimento chinês descer para o patamar de 2-3% ao ano.

Em suma, do ponto de vista estritamente econômico, a magnitude das perdas diretas nas duas economias não parece ser tão grande a ponto de “matá-las de guerra comercial”. No entanto, seu impacto existe, é distorcivo, e traz efeitos negativos não só para China e EUA, mas que se propagam pela economia mundial. No curto prazo, uma parte do comércio que deixa de fluir entre EUA e China acaba sendo ocupado por outros países, como vem acontecendo com o Brasil no suprimento de soja para a China e com o Vietnã ocupando mercados chineses no fornecimento de produtos manufaturados aos EUA. Segundo cálculos recentes da OMC sobre o efeito de médio prazo da guerra comercial, o PIB e o volume de comércio global estarão, respectivamente, 1,96% e 17% menores em 2022 em relação a uma situação sem conflito. Para efeito comparativo, o PIB global caiu 2,1% e o volume de comércio, 12,4% na Grande Recessão de 2008. Além disso, ao longo do tempo, ocorre um processo de reajustamento dos fatores de produção dentro da estrutura produtiva global, aumentando a ineficiência alocativa em relação à situação pré-guerra tarifária. Como disse a ex-presidente Dilma, quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar ou quem perder, vai ganhar ou perder. Vai todo mundo perder.

Isso posto, a interpretação mais benigna é que trata-se, antes de tudo, de uma batalha geopolítica cujo instrumento escolhido pelos americanos para tentar frear a dominância chinesa nas tecnologias de ponta (que têm diversas implicações conforme discutido anteriormente) é a tentativa de impor altos custos econômicos de curto prazo para forçar um acordo em termos mais vantajosos, ou simplesmente para retardar o avanço chinês. É um jogo dinâmico que os EUA demoraram a querer jogar. A outra interpretação é que a guerra comercial com a China é apenas um arroubo populista sem muita estratégia de longo prazo embutida.

Para os EUA, a questão mais premente é como se dará a venda política da estratégia adotada e se ela será suficiente para apagar os efeitos econômicos sobre a base eleitoral do partido republicano. A China pode jogar um jogo de horizonte mais longo.

Referências e sugestões

Amiti, M., Redding, S. J. e David Weinstein. *“The impact of the 2018 trade war on u.s. prices and welfare”*, CEPR Discussion Paper 13564, mar/2019.

Amiti, M., Heise, S. e Noah Kwicklis, *“The impact of import tariffs on U.S. domestic prices”* Federal Reserve Bank of New York Liberty Street Economics (blog), January/2019.

Bekkers, E., e Robert Teh, *“Potential economic effects of a global trade conflict: Projecting the medium-run effects with the WTO Global Trade Model”*, OMC, abr/2019.

Tyler Cowen, *“China loses more from this trade war”*, Bloomberg, mai/2019.

Ray Dalio. *“More on trade and other wars”*, LinkedIn (<https://www.linkedin.com/in/raydalio>), abr/2018.

Ray Dalio. “*The ideological war of comparable powers in a small world*”, LinkedIn (<https://www.linkedin.com/in/raydalio>), mai/2019.

Fajgelbaum, P. D., Goldberg, P., Kennedy, P. J. e Amit K. Khandelwal. “*The return to protectionism*”, NBER Working Paper No. 25638, mar/2019.

Fetzer, T. e Carlo Schwarz. “*Tariffs and politics: evidence from Trump’s trade war*”, VoxEu.org, abr/2019.
Kara Frederick. “*The 5G Future Is Not Just About Huawei*”, Foreign Policy, mai/2019.

Douglas A. Irwin. “*Trump’s trade policy is an exercise in futility*”, Chicago Booth Review, ago/2018.

Zhou Jiaquan. “*Drones, facial recognition and a social credit system: 10 ways China watches its citizens*”, South China Morning Post, ago/2018.

Johnson, K. e Elias Groll. “*Report: The improbable rise of Huawei*”, Foreign Policy, abr/2019.

Kee, H. L. e Heiwai Tang. “*How did China move up the global value chains?*”, VoxDev.org, mai/2019.

Lucas L. e Emily Feng. “*Inside China’s surveillance state*”, FT Magazine Artificial Intelligence, Financial Times, jul/2018.

Brad W. Sester. “*China never stopped managing its trade*”, Council on Foreign Relations, Follow the Money blog, mai/2019.

Scott Sumner, “*Who is most vulnerable in a trade war?*”, The Library of Economics and Liberty Blog, mai/2019.

The Economist. “*Why you should never start a trade war with an autocracy*”, abr/2019.

(*) **Patricia Stefani** Mestre em Economia pela Universitat Pompeu Fabra e em Estatística pela Columbia University. Contato: patricia.stefani@gmail.com



Tratado de Parceria do Pacífico (TPP)

(*) **Silvio Y. M. Miyazaki**

Resumo: Dentre os mega-acordos de comércio que tem sido negociado no mundo, um dos que se destaca, sendo o Japão um dos seus membros, é o Tratado de Parceria do Pacífico (TPP). Este artigo analisa as principais características e dados socioeconômicos dos países membros, assim como das suas relações comerciais, comparando-os com outros importantes blocos econômicos.

Os governos dos países negociam acordos preferenciais de comércio para que as mercadorias por eles produzidas possam ser exportadas e ingressar em outros países com a redução ou eliminação de barreiras comerciais, tais como as tarifas, que são impostos de importação que os países impõem quando produtos estrangeiros cruzam as suas fronteiras.

Os acordos preferenciais de comércio podem propiciar um aumento do fluxo de produtos entre os países membros. Quando vários países participam de um acordo, dentre eles alguns de importância econômica mundial, e em suas cláusulas há itens além do comércio de mercadorias, como investimento, serviços e cooperação, é chamado de mega-acordo de comércio.

O Tratado de Parceria do Pacífico¹¹ (TPP), cuja denominação oficial é Completo e Progressivo Tratado de Parceria do Pacífico (CPTPP), é um mega-acordo de comércio entre 11 países, cujas negociações foram concluídas em março de 2018.

Os países membros do TPP são Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Japão, México, Malásia, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Em termos de sub-regiões da Bacia do Pacífico, há países que se encontram no Sudeste Asiático (Brunei, Cingapura, Malásia e Vietnã), no Leste Asiático (Japão), na Oceania (Austrália e Nova Zelândia), na América do Norte (Canadá e México) e na América do Sul (Chile e Peru).

As onze economias que compõem o TPP perfazem 13,41 % do PIB mundial e agregam uma população de cerca de 500 milhões de habitantes. Concernente ao tamanho do PIB, o TPP é muito maior que o MERCOSUL, que participa somente com 3,2 % do PIB mundial. Porém, representa 62% do PIB da União Europeia e é menor do que o PIB do NAFTA (ver tabela 1).

O TPP congrega países muito diversos. Em relação às economias, de um lado há o bloco dos países em que o PIB supera um trilhão, constituído pelo Japão, cujo PIB é de US\$ 4,9 trilhões, pelo Canadá com o PIB de US\$ 1,5 trilhão, pela Austrália com o PIB de US\$ 1,2 trilhão e pelo México com US\$ 1 trilhão aproximadamente; de outro lado, há o bloco das pequenas economias, constituídas pelo Vietnã com o PIB de US\$ 205 bilhões, pelo Peru com o PIB de US\$ 192 bilhões, pela Nova Zelândia com o PIB de US\$ 185 bilhões e por Brunei cujo PIB é de somente US\$ 11 bilhões, sendo a 126ª economia do mundo (ver tabela 1).

Tabela 1- Produto Interno Bruto (PIB) em 2016			Participação %
	US\$ milhões	Ranking	no PIB mundial
Estados Unidos	18.624.475	1	24,55%
Japão	4.949.273	3	6,52%
Canadá	1.535.768	10	2,02%
Austrália	1.204.616	14	1,59%
México	1.046.923	15	1,38%
Cingapura	296.976	37	0,39%
Malásia	296.536	38	0,39%
Chile	247.028	42	0,33%
Vietnã	205.276	45	0,27%
Peru	192.207	49	0,25%
Nova Zelândia	184.971	51	0,24%
Brunei	11.401	126	0,02%
Mundo	75.871.742		100,00%
MERCOSUL	2.421.506		3,2%
NAFTA	21.207.165		28,0%
União Europeia	16.491.323		21,7%
TPP	10.170.975		13,41%

Fonte: World Bank. World Development Indicators

Observação: tabela elaborada pelo autor com dados acessados em 12/05/2018

¹¹ Tradução livre do inglês *Trans-Pacific Partnership* (TPP). Muito embora oficialmente o acordo tenha passado a se denominar *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP), na literatura ainda é utilizada a denominação Tratado de Parceria do Pacífico ou TPP11.

No que se refere à população, o TPP tem um pouco menos que o dobro do MERCOSUL e é equivalente à do NAFTA e à da União Europeia (ver tabela 3). Quanto à população dos países do TPP, há países bastante populosos como o México com 126 milhões de habitantes, o Japão com 127 milhões de habitantes e o Vietnã com 94 milhões de habitantes, que contrasta com países pouco populosos como Cingapura com 5,6 milhões de habitantes, Nova Zelândia com 4,6 habitantes e Brunei com somente 423 mil habitantes (ver tabela 2).

Tabela 2 - População (em mil) 2016	
Austrália	24.211
Brunei	423
Canadá	36.265
Chile	17.910
Cingapura	5.607
Japão	126.995
Malásia	31.187
México	127.540
Nova Zelândia	4.693
Peru	31.774
Vietnã	94.569
Estados Unidos	323.128
Mundo	7.444.027
MERCOSUL	261.669
NAFTA	486.932
União Europeia	511.360
TPP	501.174

Fonte: World Bank. World Development Indicators

Observações: tabela elaborada pelo autor, dados acessados em 12/05/2018

No que se refere à área territorial, de um lado há países com extenso território como a Austrália com 7.741.220 km² e o Canadá com 9.984.670 km² e de outro lado, países com pequenas áreas como Brunei com 5.770 km² e Cingapura com 719 km² (ver tabela 3).

Tabela 3 - Área territorial (km quadrados)	
Austrália	7.741.220
Brunei Darussalam	5.770
Canada	9.984.670
Singapore	719
Chile	756.096
Japão	377.962
México	1.964.380
Malásia	330.800
Nova Zelândia	267.710
Peru	1.285.220
Vietnã	330.967
TPP	23.045.514

Fonte: World Bank. World Development Indicators

Observação: tabela elaborada pelo autor

A disparidade entre os países membros também aparece quando se observa o PIB per capita em termos de paridade de poder de compra, que pode ser um indicador de desenvolvimento econômico de um país, conforme classificação do Banco Mundial. Das economias que compõem o TPP, sete são classificadas como de renda alta, três como de renda média-alta e uma como de renda baixa. Os membros do TPP de renda alta são Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Japão e Nova Zelândia. Evidenciam-se Brunei e Cingapura, com respectivamente US\$ 77,4 mil e US\$ 87,8 mil de PIB per capita, muito superior à média mundial e à média do TPP desse indicador. Os países de renda média alta são a Malásia, o México e Peru e o único país de renda média baixa é o Vietnã com US\$ 6,2 mil de PIB per capita, abaixo da média mundial e da média do TPP (ver tabela 4).

Tabela 4 - PIB per capita em US\$ (2016) - paridade de poder de compra		
	US\$	Classificação
Austrália	46.012,3	Renda alta
Brunei	77.420,6	Renda alta
Canadá	44.819,5	Renda alta
Chile	23.194,0	Renda alta
Cingapura	87.832,6	Renda alta
Japão	42.281,2	Renda alta
Malásia	17.274,8	Renda média-alta
México	27.682,6	Renda média-alta
Nova Zelândia	38.565,4	Renda alta
Peru	13.018,6	Renda média-alta
Vietnã	6.295,6	Renda média-baixa
Mundo (média)	16.216,9	
TPP (média)	20.294,3	

Fonte: World Bank World Development Indicators GDP per capita PPP.

Observação: tabela elaborada pelo autor com dados acessados em 14/5/2018.

Em termos de comércio internacional, o TPP participa com 15,27 % do total do comércio mundial; de 15,55 % das exportações mundiais e 14,99 % das importações mundiais. Fica evidenciado de que, entre os países do TPP, Canadá, Cingapura, Japão e México têm os maiores percentuais nessas atividades. Na participação no comércio mundial, o percentual do TPP é bastante superior ao do MERCOSUL, equivale ao do NAFTA, entretanto é a metade do percentual da participação da União Europeia no comércio mundial (ver tabela 5).

Quanto à participação individual dos países do TPP no comércio internacional, destaca-se o Japão com 4,00 % de participação no comércio mundial, seguido do Canadá (2,53 %), do México (2,43 %) e de Cingapura (1,96 %), enquanto os outros países têm percentuais abaixo desse último; tem percentual menor que um por cento, Chile (0,38 %), Nova Zelândia (0,22 %), Peru (0,23 %) e Brunei com somente 0,02 %. Dessa forma, a inserção dos países no comércio internacional difere bastante (ver tabela 5).

Tabela 5 - Participação no comércio mundial em 2016			
	Exportações	Importações	Comércio total
Austrália	1,21%	1,21%	1,21%
Brunei	0,03%	0,02%	0,02%
Canadá	2,49%	2,57%	2,53%
Chile	0,39%	0,38%	0,38%
Cingapura	2,11%	1,81%	1,96%

	Exportações	Importações	Comércio total
Japão	4,13%	3,88%	4,00%
México	2,40%	2,47%	2,43%
Malásia	1,21%	1,08%	1,14%
Nova Zelândia	0,22%	0,23%	0,22%
Peru	0,23%	0,23%	0,23%
Vietnã	1,13%	1,12%	1,12%
MERCOSUL	1,66%	1,35%	1,50%
NAFTA	14,18%	19,41%	16,80%
União Europeia	33,53%	32,67%	33,10%
TPP	15,56%	14,99%	15,27%

Fonte: World Bank. World Integrated Trade Solution.

Observações: tabela elaborada pelo autor com dados acessados em 10/05/2018.

Classificação HS 2002.

Dois dos principais parceiros comerciais da maioria dos países do TPP não são membros do tratado: China e Estados Unidos. Reflexo do seu dinamismo econômico, a China é o principal destino das exportações da Austrália, Chile, Cingapura, Malásia, Nova Zelândia e Peru; é ainda a principal origem das importações da Austrália, Chile, Cingapura, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru e Vietnã; também é o segundo principal destino das exportações do Canadá, Japão, Malásia e Vietnã e a segunda principal origem das importações do Canadá e México. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações do Canadá, Japão, México e Vietnã; também são as principais origens das importações do Canadá e do México; sendo os principais destinos das exportações quanto das origens das importações, de forma que se pode supor que tem sido consequência do acordo de livre comércio do NAFTA.

No que se refere ao comércio de cada um dos países com total dos membros do TPP, ou seja, o comércio, as exportações e importações intraTPP, as tabelas 6 e 7 mostram as suas participações. Brunei (53,1%), Nova Zelândia (30,0 %) e Malásia (28,2 %) têm as três maiores participações intraTPP, portanto, maior dependência do seu comércio nos membros do bloco; tanto nas exportações, quanto nas importações essas economias também estão entre as três que têm a maior participação (ver tabela 6).

De outro lado, no total do seu comércio, as economias do México (8,4 %), Canadá (8,9 %) e Chile (14,0 %) têm as menores participações intraTPP, de forma a terem uma menor dependência do seu comércio com os países do bloco (ver tabela 7). Desagregando as exportações e as importações, as posições dos países modificam-se ligeiramente. Nas exportações, o Canadá (4,80 %), México (5,50 %) e o Japão (12,80 %) têm as menores participações nas exportações intraTPP e nas importações México (11,30 %), Chile (12,00 %) e Canadá (12,80 %) têm as menores participações nas importações intraTPP (ver tabela 6).

	Exportações totais	Importações totais	Exportações intraTPP	Importações intraTPP	%Exportações intraTPP	% Importações intraTPP
Austrália	189.629.975	189.406.028	45.292.432	40.672.927	23,9%	21,5%
Brunei	4.875.075	2.678.506	2.743.061	1.264.313	56,3%	47,2%
Canadá	389.071.103	402.966.134	18.741.040	51.534.834	4,8%	12,8%
Chile	60.596.534	58.808.229	9.693.034	7.027.586	16,0%	12,0%

Tabela 6 – Comércio intraTPP
(US\$ milhões) em 2016

	Exportações totais	Importações totais	Exportações intraTPP	Importações intraTPP	%Exportações intraTPP	% Importações intraTPP
Cingapura	329.871.042	283.008.816	74.589.998	62.080.815	22,6%	21,9%
Japão	644.932.439	606.924.047	82.456.918	97.152.735	12,8%	16,0%
México	373.892.537	387.064.351	20.631.077	43.618.954	5,5%	11,3%
Malásia	189.414.073	168.375.228	59.132.717	41.591.265	31,2%	24,7%
Nova Zelândia	33.869.936	36.213.018	10.449.972	10.600.938	30,9%	29,3%
Peru	36.039.965	36.185.035	4.944.346	5.360.418	13,7%	14,8%
Vietnã	176.580.787	174.978.350	29.301.807	29.098.301	16,6%	16,6%

Fonte: World Bank. World Integrated Trade Solution.

Observações: tabela elaborada pelo autor com dados acessados em 10/05/2018.

Classificação HS 2002.

Tabela 7 - Comércio total TPP (US\$ milhões) em 2016

	Comércio total	Comércio intraTPP	% Comércio intraTPP
Austrália	379.036.003	85.965.359	22,7%
Brunei	7.553.581	4.007.374	53,1%
Canadá	792.037.237	70.275.874	8,9%
Chile	119.404.762	16.720.620	14,0%
Cingapura	612.879.857	136.670.814	22,3%
Japão	1251.856.486	179.609.654	15,2%
México	760.956.888	64.250.030	8,4%
Malásia	357.789.301	100.723.983	28,2%
Nova Zelândia	7.0082.954	21.050.910	30,0%
Peru	72.225.001	10.304.764	14,3%
Vietnã	351.559.137	58.400.109	16,6%

Fonte: World Bank. World Integrated Trade Solution.

Observações: tabela elaborada pelo autor com dados acessados em 10/05/2018.

Classificação HS 2002.

Em seu conjunto, o TPP, quando considerado pelo tamanho do PIB, pelo número de habitantes e pelos níveis de renda per capita alta e média alta da quase totalidade seus países, com diferentes dotações de fatores entre as suas economias, forma um mercado com grande potencial de crescimento no intercâmbio entre seus membros, com o aprofundamento da integração econômica, levando ao crescimento econômico.

(*) **Silvio Y. M. Miyazaki** - Professor de Economia na Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP. Livre Docente pela USP. Pós-Doutorado na Harvard University. Doutor em Economia pela FGV/SP. E-mail: symiyazaki@usp.br

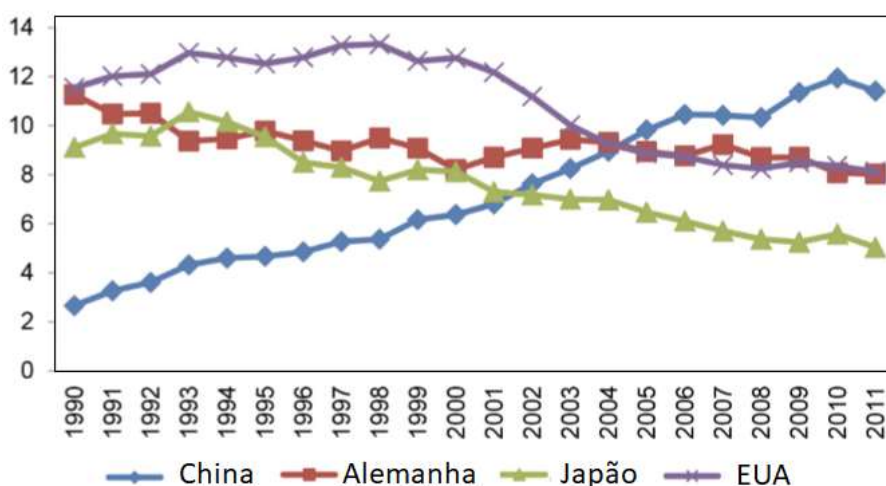


1. Introdução

A aceleração do crescimento econômico da China nos últimos quarenta anos têm tido muita divulgação. Ela começou com uma importante melhora na oferta de alimentos. A principal razão foi permitir ao camponês negociar no mercado a produção que excedesse a quota oficial. Seguiu-se uma bem coordenada abertura para o comércio exterior que, combinada com uma política industrial agressiva, mostrou-se decisiva para transformar um país pobre, com população imensa, com problemas de línguas e etnias, em uma economia de renda média alta. O Japão, um dos parceiros comerciais mais importantes, foi sem dúvida beneficiado pelo desenvolvimento da economia chinesa. Entretanto, tem sido vítima, como outras economias, da forte competição dos produtos manufaturados chineses, inicialmente com predominância dos de tecnologia rudimentar e intensivas em mão de obra, mas nos últimos anos com maior penetração de bens que incorporam tecnologias mais avançadas. Nobuaki Yamashita, da Royal Melbourne Institute of Technology, e Isamu Yamauchi, da Meiji Gakuin University, apontam alguns efeitos da competição das exportações chinesas sobre as empresas manufatureiras japonesas, com destaque para a política de inovações (“The Rise of the People’s Republic of China and its Competition Effects on Innovation in Japan”, ADBI Working Paper 939, março de 2019).

Os autores apontam o avanço das exportações da China no comércio mundial (gráfico 1). Em 1990 a sua participação era da ordem de 3% chegando em vinte anos a um pouco mais de 10%, ultrapassando os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão.

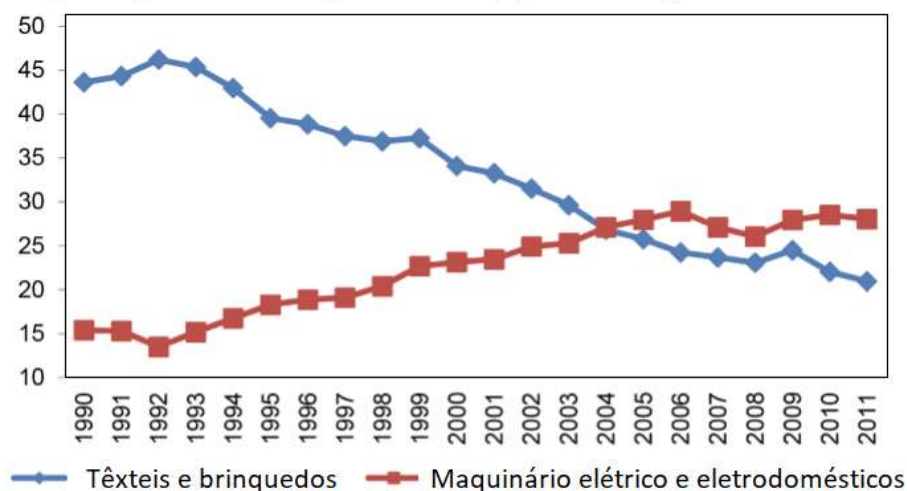
Gráfico 1: China no comércio mundial 1990-2011



Fonte: Yamashita e Yamauchi (2019).

Nesse período houve uma mudança importante na composição das exportações, de produtos manufaturados intensivos em mão de obra, como têxteis e brinquedos, para bens intensivos de capital e tecnologia, como máquinas elétricas e aparelhos eletrodomésticos. Nesta última categoria de produtos existe uma concentração de tecnologia de informação e comunicação. Outro grupo que vem ganhando participação é de máquinas de escritório e equipamentos de telecomunicações, incluindo telefones móveis. Alguns especialistas argumentam que a capacidade tecnológica da China aproxima-se da fronteira tecnológica dos países avançados da OECD. Talvez isto seja uma apreciação apressada porque a vantagem comparativa da China ainda se encontra nos segmentos intensivos de mão de obra em bens de alta tecnologia, que esse país monta e exporta. O grosso das exportações são bens massificados produzidos com baixos custos unitários, com componentes e partes de alta tecnologia importados de economias industrializadas.

Gráfico 2: Mudanças estruturais na composição das exportações da China, 1990-2011, (% do total)



Fonte: Yamashita e Yamauchi (2019).

A tabela abaixo mostra a força da competição chinesa de produtos manufaturados no mercado japonês comparativamente a de outros países. Em 1994, de produtos têxteis importados pelo Japão 48,7% eram provenientes da China, percentual que subiria para 76,5% em 2005. Nesse período a participação chinesa aumentou em todos os itens da lista, daqueles que já eram significativos em 1994 e os que ainda eram insignificantes. Tem perdido espaço os Estados Unidos e o grupo de países mais desenvolvidos do Sudeste Asiático (Taipei, Coreia, Hong Kong e Cingapura).

Tabela 1: Participação nas importações japonesas, por países (%)

	China		NIE*		EUA	
	1994	2005	1994	2005	1994	2005
Produtos têxteis	48,7	76,5	15,1	3,5	5,6	2,0
Cerâmica e outros	34,4	60,4	19,1	5,0	13,6	9,6
Produtos de borracha	33,4	58,4	18,3	6,9	15,7	5,5
Produtos de couro	26,5	46,5	19,9	1,8	5,2	5,6
Geradores...(#)	24,4	47,2	24,1	8,5	19,6	10,2
Máquinas para...(&)	19,4	76,2	16,5	8,2	22,1	2,7
Fibras químicas	1,2	13,9	48,9	34,2	26,4	13,3
Eletrônicos e...(\$)	0,6	10,5	3,1	3,5	63,9	38,8
Semicondutores...(+)	0,4	7,9	41,7	48,2	49,1	18,9

(*) NIE = Taipei, Hong Kong, Coreia e Cingapura.

(#) geradores elétricos, transmissão, distribuição e aparelhos industriais

(&) máquinas para escritório e para indústria de serviços

(\$) equipamentos eletrônicos e instrumentos para medição elétrica

(+) dispositivos de semicondutores e circuitos integrados

Fonte: Yamachita e Yamauchi (2019).

2. A hipótese da “inovação defensiva”

Essa hipótese tem sido levantada como reação dos países desenvolvidos à competição das importações provenientes de países de baixos salários. As economias industrializadas introduzem melhorias nas suas atividades inovadoras, conhecidas como “defensive skill-biased innovation”. Trabalho de Bloom, N., Draca, M., e Van Reenen, J (2016) encontrou nas empresas europeias uma

variedade de inovações em virtude da intensificação da competição chinesa (patentes, pesquisa e desenvolvimento, utilização de computadores e aumento da produtividade total dos fatores).

Yamashita e Yamauchi concentram a sua pesquisa sobre a maneira como as empresas utilizam as patentes. As estatísticas sobre patentes tornaram-se amplamente disponíveis nos anos recentes. É conhecido que nem todas as patentes estão em uso pelas firmas, muitas podem estar inativas esperando por uma oportunidade, ou mesmo servindo para bloquear uma competição tecnológica. Pesquisas conduzidas por Nagaoka, S., Motohashi, K., e Goto, A., (2010) mostram que no Japão aproximadamente 60% das patentes farmacêuticas não estavam em uso.

As informações sobre a utilização das patentes pelas firmas combinadas com a exposição à competição das importações chinesas ao nível da indústria permitem analisar a relação entre essas duas variáveis. Simplificadamente, para cada firma é possível distinguir o número de patentes que possui, de patentes em uso e de patentes que não estão em uso. A análise econométrica consistiu em avaliar os efeitos do acirramento da competição chinesa (principal variável explicativa) sobre as formas como as patentes são utilizadas por cada empresa (variáveis dependentes). A competição chinesa é definida, para cada setor industrial japonesa, como o quociente (importação da China) / (importação total).

3. Principais resultados

Abstraindo-se de detalhes econométricos, a pesquisa sugere que:

- a) a competição de produtos chineses tem induzido em geral o aumento da atividade inovadora entre as firmas japonesas;
- b) a competição dos produtos chineses tem aumentado o número de patentes não utilizadas, uma indicação de que as empresas japonesas vêm tomando medidas defensivas;
- c) em relação às características das empresas:
 - i) empresas de menor porte (em número de funcionários) obtêm mais patentes;
 - ii) empresas mais antigas (idade das firmas) desenvolvem mais atividades inovadoras;
 - iii) empresas globais, que exportam e importam, têm respondido positivamente à competição das importações da China, em comparação às empresas com foco no mercado interno, intensificando os gastos em pesquisa e desenvolvimento. Provavelmente essas firmas construíram suas capacidades de inovação deixando de produzir bens manufaturados de baixo custo em que a China tem vantagens comparativas.
 - iv) as empresas japonesas têm reagido à competição chinesa, mas não às outras fontes de competição como países de desenvolvimento recente da Ásia (Coreia, Cingapura, Taipei e Hong Kong) e de economias desenvolvidas da OECD.

(*) **Akihiro Ikeda** - foi funcionário do banco América do Sul; economista da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai; secretário executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda; chefe da coordenadoria econômica do Ministro da Agricultura; secretário especial de assuntos econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; presidente da diretoria executiva do Hospital Santa Cruz; presidente do conselho deliberativo do Hospital Santa Cruz; e professor assistente de estatística econômica e econometria da FEA/USP.



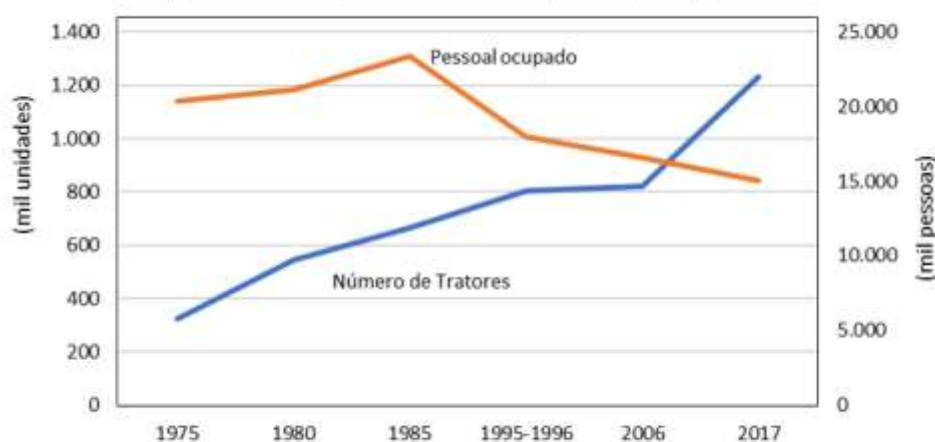
NOTAS DIVERSAS

Notícias do Brasil

1. Produtividade da agricultura brasileira

Pesquisadores do Ministério da Agricultura Jose G. Gasques e Eliana Teles Bastos, do CEPEA/USP Mirian R. P. Bacchi e do USDA Constança Valdes, atualizaram os cálculos da produtividade do setor agrícola (“Produtividade da Agricultura Brasileira, algumas atualizações”, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, fevereiro de 2019). O gráfico abaixo mostra a relação entre a mecanização (número de tratores) e o pessoal ocupado, um dos fatores decisivos na transformação da agricultura brasileira.

Pessoas ocupadas e estoque de tratores (1975/2017)



Fonte: Censo Agro IBGE e Ministério da Agricultura.

Os resultados da atualização da produtividade encontram-se na tabela abaixo:

Taxa anual de crescimento da produtividade, 1975/2017

	%
Produto	3,82
Insumos	0,38
Produtividade total dos fatores	3,43
Mão de obra	4,23
Terra	3,83

2. Potencial da piscicultura

A piscicultura tem se expandido de maneira até surpreendente no país. Segundo a Associação Brasileira da Piscicultura a produção do peixe cultivado teve a seguinte evolução, em 1000 toneladas:

	2014	2015	2016	2017
Produção (1.000 t)	579	638	641	692

A tilápia é a espécie mais cultivada com 51,7% da produção em 2017 e os peixes nativos (tambaqui e outros) com 43,7%. O estado que lidera a produção é o Paraná com 112 mil toneladas, Rondônia com 77, São Paulo com 70 e Mato Grosso com 62. Segundo o presidente da Associação, Francisco Medeiros, “o Brasil tem potencial para triplicar a produção anual. O problema é a demora governamental em analisar os pedidos, algumas dessas solicitações estão tramitando há dez anos”.

3. Crise industrial na região do ABC

A jornalista Marli Olmos comenta os problemas que a região vem enfrentado com a saída de indústrias que ocorre há alguns anos, e que piorou com a crise econômica recente (Valor, 26 de março de 2019). Ela cita levantamento da Universidade Municipal de São Caetano (USCS): o PIB industrial das sete cidades que compõem a região passou de R\$28,9 bilhões em 2013 para R\$24,3 bilhões em 2016, em valores nominais. Se descontado efeito da inflação houve uma diminuição de 39%, acima das quedas do Brasil de 11,5% e do Estado de São Paulo de 14,7%.

Segundo Glauco Arbix, professor da USP, a forte dependência da indústria automobilística é um dos motivos do enfraquecimento da indústria no ABC. Diz que a entrada de competidores de outros setores, como os de tecnologia no mercado mundial, desafia as montadoras ao provar que são igualmente capazes de desenvolver o carro do futuro e novos conceitos de transporte. Há uma mudança de paradigmas num setor que durante um século reinou, absoluto, na produção de veículos movidos a motores a explosão. A descentralização industrial no setor automobilístico movida a incentivo fiscal é também outro fator negativo que atingiu o ABC, comenta Jefferson José da Conceição da USCS. Outro fator é o processo de adensamento urbano que espremeu a indústria e a proximidade com São Paulo estimulou a especulação imobiliária.

4. Aumenta a exportação de eucalipto

A jornalista Stella Fontes comenta que a China se tornou o maior importador do eucalipto brasileiro (Valor 11 de abril de 2019). O volume é ainda reduzido, 234 mil toneladas em 2018, mas um crescimento de 122% sobre o ano anterior. Lembra que esse país é o principal importador de celulose, mas tem limitação de oferta interna de matéria prima para manter suas fábricas em funcionamento. De um lado é bom para o produtor de eucalipto que tem na exportação nova e promissora fonte de demanda, provavelmente com preços melhores, mas de outro lado deixa-se de exportar, adicionalmente, um produto mais elaborado. Outros países também importam eucalipto como Vietnã, Camboja, França, Taiwan, Hong Kong e Tailândia. O Japão é tradicional importadora de cavaco brasileiro.

5. Maçã catarinense vai receber royalties

A jornalista Vanessa da Rocha informa que uma nova variedade de maçã em Santa Catarina obtida pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural) vai começar a receber royalties dentro de alguns anos dos 23 países que fazem parte da União Europeia (Folha de São Paulo, 19 de maio de 2019). A “monalisa”, nome que ela recebeu, resulta do cruzamento da maçã gala com outra muda mais resistente desenvolvida pelo pesquisador Anísio Pedro Camilo. Outros pesquisadores contribuíram para melhorar a qualidade da fruta como a firmeza da polpa, nível de acidez, teor de açúcar e a capacidade de conservação.

A variedade é resistente a algumas doenças. Significa que seu custo de produção é menor. A empresa francesa *Mondial Fruit Selection*, que vai representar a maçã no exterior concluiu, após uma série de testes, que a “monalisa” tem elevado potencial de comercialização na Europa. Com a propriedade intelectual de criação já reconhecida vai ser cultivada nesse continente.

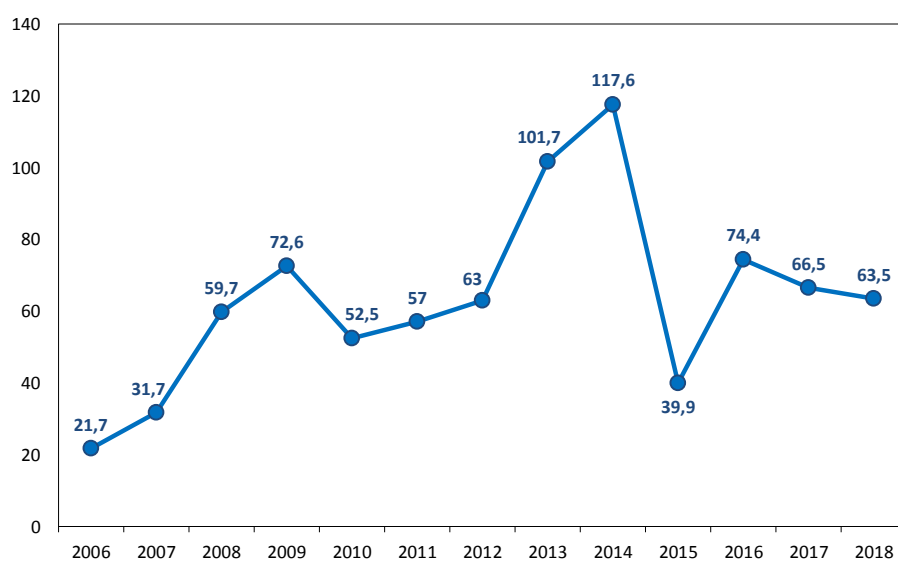
6. Seguro rural

Os riscos da atividade agrícola são elevados, principalmente em virtude de condições meteorológicas desfavoráveis como secas, chuvas em excesso, inundações, granizos etc. O seguro rural é um instrumento importante para dar certa tranquilidade ao produtor ao minimizar as flutuações negativas de renda. O problema é que como os riscos são altos os prêmios também os são, o que requer um sistema

de subsídios para repartir esses custos. No Brasil esse seguro teve início efetivo em 2003 quando se criou o programa federal de subvenção ao prêmio. Em alguns estados como São Paulo, Paraná e Santa Catarina existem subsídios estaduais que complementam o subsídio federal. Desde 1973 existe outra modalidade de seguro, o PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), que garante o pagamento das operações de crédito de custeio nos casos que suas liquidações são dificultadas pela ocorrência de fenômenos naturais e pragas. Assim, tem cobertura somente dos produtores que utilizam crédito rural.

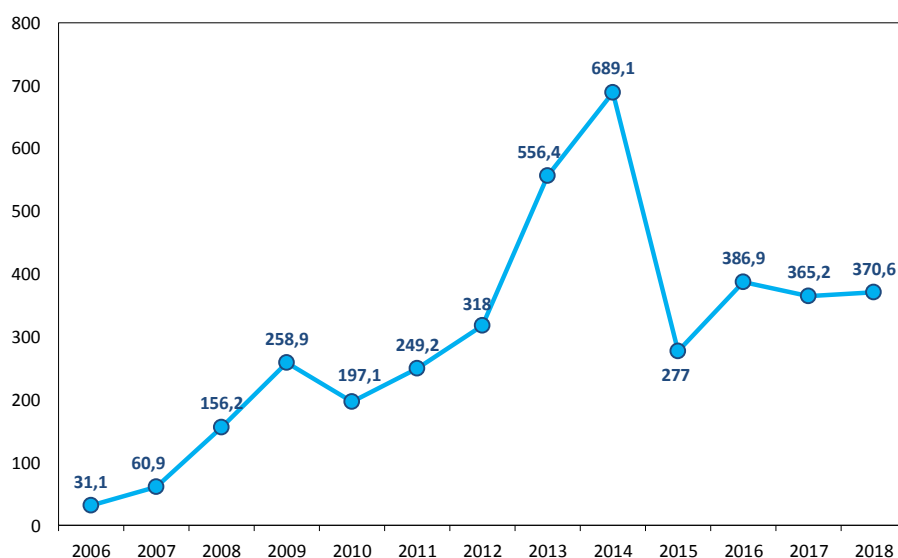
Felippe Anibal traz uma série de informações sobre o assunto (“Produção rural protegida”, Boletim Informativo FAEP, 25/3 a 31/3/2019). De 2006 a 2014 houve uma evolução significativa do seguro rural passando o número de apólices contratadas de 21,7 mil para 117,6 mil, mas nos anos subsequentes ocorreram quedas importantes, destacando-se o ano recessivo de 2014 como o mais negativo com apenas 39,9 mil contratações. Naturalmente o volume de contratações de apólices depende da existência de recursos de subvenções.

Gráfico a: Brasil - apólices contratadas, em mil



Fonte: Felippe Anibal

Gráfico b: Brasil - volume de subvenções, em R\$ milhões



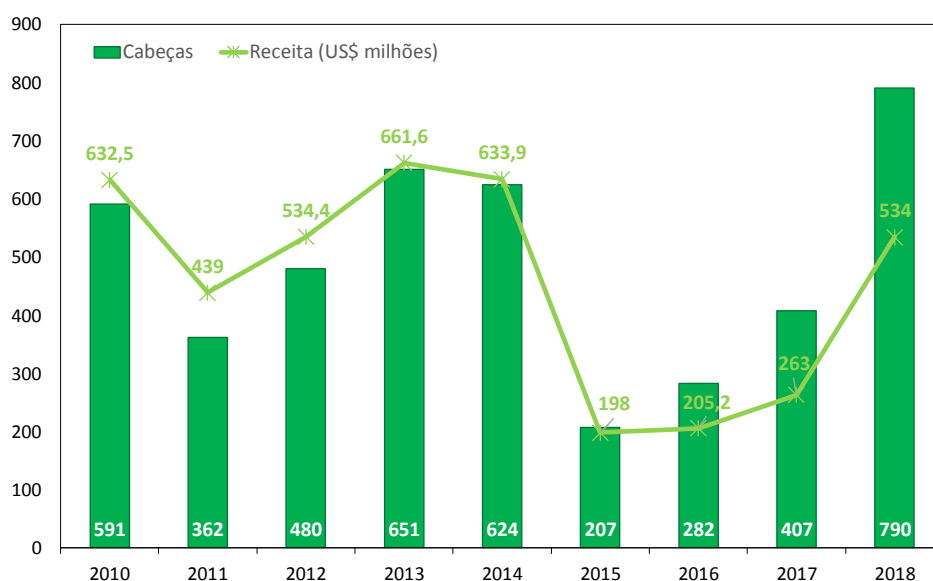
Fonte: Felippe Anibal

O autor cita que na safra 2018/19 cerca de 1/6 da área cultivada no Brasil encontrava-se protegida por seguro, enquanto nos Estados Unidos ele abrange 90% de suas lavouras. A China e a Índia, países onde o seguro é recente, têm subsídios da ordem de US\$2,5 e US\$1,5 bilhões, respectivamente. Assim, no Brasil certamente existe uma grande demanda reprimida por essa modalidade de seguros.

7. Etanol de milho

De acordo com AGROANALYSIS da FGV (abril de 2019) a produção de etanol de milho no Brasil vem evoluindo a passos largos. Atualmente 10 usinas encontram-se em produção (5 em Mato Grosso, 3 em Goiás, 1 no Paraná e 1 em São Paulo), 4 em construção e 6 em processo de obtenção de licença ambiental. Alguns fatores positivos estimulam essa produção: abundância de milho, aproveitamento de biomassa para gerar energia na usina e a demanda por grãos de destilaria secos com solúveis utilizados para a alimentação bovina. A taxa de conversão é de 420 litros por 1 tonelada de milho.

Produção de etanol de milho (milhões de litros)



Fonte: Agroanalysis, abr/2019.

8. A cachaça é nossa

A pinga é bebida típica brasileira, tem uma longa história. Artigo da Talita Priscila Pinto (Agroanalysis, abril de 2019) aponta uma série de dificuldades internas que contribuem para inibir uma maior participação no mercado mundial. Ela cita dados do IBRAC (Instituto Brasileiro da Cachaça): 40 mil produtores, capacidade instalada de produção de 1,4 bilhão de litros e mais de 4 mil marcas. A produção é pulverizada por grande número de pequenos produtores artesanais dificultando a padronização e o controle da qualidade. Observa-se que para a venda no mercado interno a carga tributária representa 81,9% do preço de venda, exceto para micro e pequenas destilarias que desde 2017 podem ser incluídas no simples nacional.

No México o principal destilado é a tequila, uma bebida com grande presença no mercado internacional. Em meados da década de noventa o México (governo e produtores) criou o Conselho Regulador de Tequila, uma organização privada, sem fins lucrativos, que busca promover a cultura e a qualidade da bebida. A exportação que era de 105 milhões de litros em 1995 saltou para 211 milhões em 2017.

Os dados abaixo referentes a 2017 mostram a grande diferença na exportação entre a cachaça e a tequila.

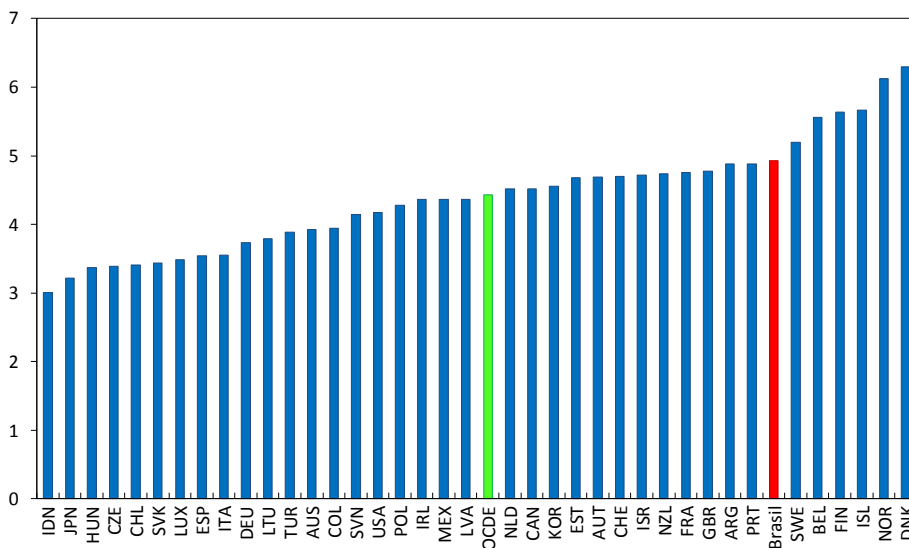
	Cachaça	Tequila
Exportação em milhões de litros	8,7	211,0
Exportação/produção, (%)	1,0	70,0
Varição da exportação em relação a 2016, (%)	4,3	7,1
Número de países que importam	60	120

Fonte: Talita Priscila Pinto.

9. Desperdício de recursos na educação

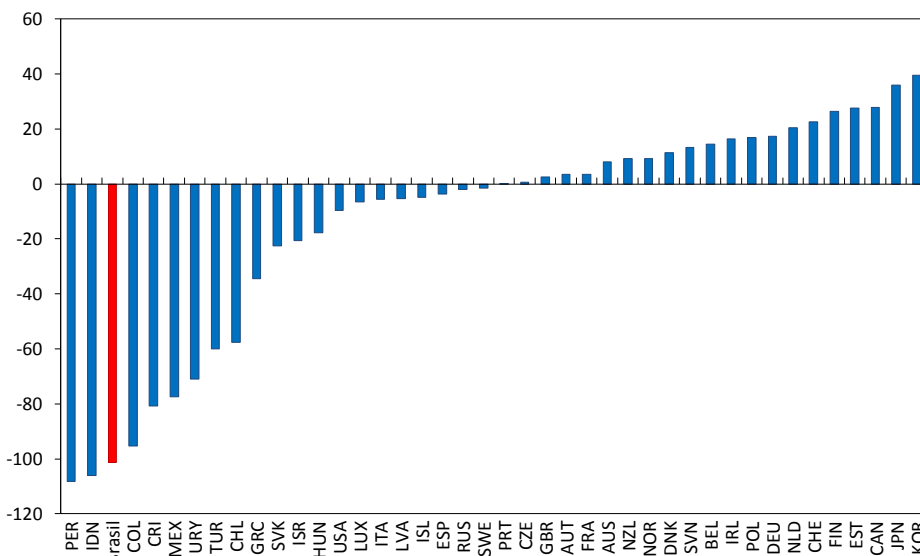
Relatórios Econômicos da OECD mostram que recursos públicos são mal utilizados em educação no Brasil (fevereiro de 2018). Os governos gastam 5,4% do PIB, acima dos países da América Latina como Chile, Colômbia e México, mas os resultados são mais fracos.

Gráfico 1: Gastos com educação pública (% PIB, 2014)



Fonte: OECD

Gráfico 2: Resultados do exame PISA, desvio da média da OECD (2015)



Fonte: OECD

Notícias do Japão

1. Exportações do Japão caem novamente com a política comercial de Trump

As exportações japonesas em abril encolheram pelo quinto mês pela queda nos embarques de equipamentos para a China, mostrando os problemas ao Japão da guerra comercial China-EUA.

Os dados também mostraram que o superavit comercial do Japão com os Estados Unidos subiu pelo segundo mês com a aceleração das exportações de automóveis, o que pode atrair a ira do Presidente dos EUA Donald Trump antes das novas negociações comerciais EUA-Japão.

O governo Trump está tentando renegociar acordos comerciais com grandes economias para reduzir o déficit comercial dos EUA e abordar o que considera serem práticas comerciais desleais.

2. 2018 registra a menor taxa de natalidade no Japão

O número de recém-nascidos no Japão atingiu um recorde de baixa de 918 mil em 2018, permanecendo abaixo de 1 milhão pelo terceiro ano consecutivo. O país de rápido envelhecimento postou a maior margem de diminuição em sua população em 444 mil desde o início da medição em 1899.

A taxa de fertilidade total do país (número médio de crianças por mulher) caiu para 1,42, tornando improvável a meta do governo do primeiro ministro Shinzo Abe de elevar a taxa para 1,8 em 2026. A taxa de fertilidade tem estado em torno de 1,4 desde 2012. Okinawa foi a única província onde o número de nascimentos superou o de mortes. Tokyo com 1,20 teve a mais baixa taxa. Câncer segue sendo a maior causa de morte, seguido de doenças cardíacas.

3. Panasonic suspende envio de alguns componentes para a Huawei

Panasonic do Japão parou embarques de certos componentes para a Huawei curvando-se às restrições dos EUA sobre a empresa chinesa.

4. Japão testa novo trem-bala

Um protótipo da próxima geração do *Shinkansen* (trem-bala), definido para ser o trem mais rápido sobre rodas quando entrar em operação, atingiu velocidades de 320 Km/hora em um teste recente. O trem, denominado ALFA-X, atingirá 360 Km/hora, quando iniciar sua operação.

A empresa planeja introduzir o trem em 2030-31, quando os serviços Shinkansen serão estendidos até Sapporo. O ALFA-X alcançará a velocidade comercial mais rápida do mundo para um trem-bala de rodas, de acordo com a empresa.

5. Microsoft e Sony fazem parceria na área de jogos, chips e IA

Microsoft e Sony farão uma parceria estratégica em que a Sony usará a nuvem da Microsoft para streaming de jogos e mídia e os dois trabalharão juntos para desenvolver novos sensores de imagem.

O negócio está em fase inicial, com muitas questões ainda a serem definidas. As plataformas Xbox da Microsoft e PlayStation da Sony irão colaborar para o streaming de jogos e fornecimento de conteúdo para os usuários e oferecer novas ferramentas de desenvolvimento aos criadores de jogos. A parceria reforça o negócio de computação em nuvem do Azure da Microsoft, que ajudou a elevar o valor de mercado da Microsoft.

6. “Start-ups” japonesas na área aero-espacial buscam competir com rivais americanos

Uma start-up japonesa que lançou um foguete ao espaço em abril planeja fornecer serviços de foguete de baixo custo e competir com rivais americanos, como SpaceX. O foguete não tripulado MOMO-3 da Interstellar Technology atingiu 113 quilômetros de altitude antes de cair no Oceano Pacífico.

A empresa planeja lançar um primeiro foguete orbital nos próximos anos. O negócio de foguetes de baixo custo do Japão poderia acomodar necessidades científicas e comerciais da Ásia.

7. Amazon lança máquinas que embalam pedidos e substituem mão de obra

A Amazon está lançando máquinas para automatizar um trabalho de embalar pedidos dos clientes realizado por milhares de trabalhadores. A empresa começou a usar nova tecnologia que escaneia mercadorias que passam em uma esteira transportadora e as embala segundos mais tarde em caixas personalizadas para cada item.

A Amazon considerou a instalação de máquinas em outras dezenas de centros de distribuição, efetuando 1.300 cortes em 55 centros de atendimento nos EUA. A Amazon espera recuperar os custos em menos de dois anos. As máquinas novas, conhecidas como o CartonWrap embalam muito mais rapidamente do que seres humanos. Eles produzem 600 a 700 caixas por hora, ou quatro a cinco vezes a taxa de um empacotador humano.

8. “Japan Display” segue com prejuízos e cortará 1.000 empregos

A Japan Display teve a nona perda trimestral consecutiva, devido a uma demanda mais fraca do que o esperado da Apple, seu maior cliente. Para o ano inteiro, a perda totalizou 109 bilhões de ienes, muito pior do que uma estimativa anterior. Foi o quinto ano consecutivo de perda.

A empresa está buscando socorro de um grupo taiwanês. Os resultados estão sendo cuidadosamente observados pelos pretendentes taiwaneses, que adiaram um investimento de até 80 bilhões de ienes, a fim de reavaliar as perspectivas da empresa. O resgate permitiria que os compradores, a fabricante de tela plana TPK Holding Co Ltd e empresa de investimento, Harvest Group da China, se tornem os maiores acionistas da Japan Display com uma participação de 49,8 por cento, substituindo o Fundo INCJ do governo japonês.

A empresa tem sofrido pelas baixas vendas dos iPhones da Apple e sua incapacidade de se adotar rapidamente a telas OLED, que têm crescente demanda de fabricantes de smartphones chineses.

9. SoftBank estuda “IPO” de seu “Vision Fund”

SoftBank Group Corp do Japão está considerando uma oferta pública inicial de US\$ 100 bilhões de seu Vision Fund. O fundo, criado em 2017, tornou-se o maior fundo de investimento tecnológico do mundo. Seus investimentos incluem Uber, ARM (chip designer) e WeWork (escritório de trabalho compartilhado). A Softbank pretende estabelecer um segundo fundo de investimento e está agora conversando com bancos para ajudá-la a arrecadar dinheiro, confirmando uma notícia anterior do Wall Street Journal.

10. Uma nova tecnologia permite alimentar energia elétrica sem fio

Minna-Denryoku está desenvolvendo um serviço que permite transmitir e receber eletricidade sem fios. Tal serviço requer uma tecnologia que suporte com precisão várias transmissões e recepções e tenha alta segurança. Minna-Denryoku iniciou a pesquisa e desenvolvimento para testar o conceito de tecnologia em colaboração com a Universidade de Kyoto e já aplicaram patentes relacionadas.

A tecnologia que os dispositivos móveis usam para alterar os pontos de acesso pode ser uma das principais tecnologias para a transmissão sem fio de eletricidade, de acordo com Minna-Denryoku.

11. NTT avança no negócio de "energia inteligente"

A Nippon Telegraph and Telephone Corp (NTT) planeja estabelecer uma empresa para promover o negócio de energia no primeiro semestre do 2019 com o objetivo de duplicar as vendas das empresas relacionadas à energia do grupo NTT.

A NTT citou três campos (geração de energia, transmissão/distribuição/armazenagem e varejo/eletricidade por atacado) e cinco componentes (fornecer energia renovável, desenvolver usina virtual, negócios relacionados a veículos elétricos, negócios de energia de transmissão /distribuição/ armazenagem e fornecimento de eletricidade).

12. O Aeroporto Internacional de Saga em Kyushu terá área de teste de tecnologias de ponta

All Nippon Airways (ANA) tem parceria com a província de Saga no Japão, para transformar o Aeroporto Internacional de Saga em um dos mais inteligentes e bem conectados aeroportos do mundo.

A ideia é tornar o aeroporto de Saga em um campo de prova para as últimas tecnologias conectadas, transformando-o em um viveiro de inovação e um hub de logística de ponta.

13. Espelho eletrônico ajuda a gerenciar a saúde

A AGC (Asahi Glass Co.) desenvolveu um espelho com um computador e display embutidos. O nome do espelho é "Mirrorge". Pelo uso de câmeras e sensores, avalia as condições de saúde com base na frequência cardíaca, pressão arterial e expressões faciais para a gestão diária da saúde.

A principal função do espelho é a estimar, sem contato físico, a frequência cardíaca, a pressão sanguínea, a respiração etc., usando micro-ondas. Com a autenticação facial usando câmeras, o espelho registra as condições físicas dos indivíduos e armazena os dados na nuvem via conexão Wi-Fi.

Com diferentes aplicações de software, o espelho pode ser usado de várias maneiras como exibir notícias e várias outras aplicações.

14. Fujifilm desenvolve material de reparo de concreto usando nanotecnologia

A Fujifilm Corp está desenvolvendo um material de reparo que penetra facilmente no concreto, aplicando a tecnologia de partículas ultrafinas (nanotecnologia) desenvolvida para filmes fotográficos e cosméticos.

Um material líquido de impregnação infiltra no concreto através das microfissuras e impede a deterioração do concreto retardando os avanços de danos do sal, de reações alcalinas e outras. Atualmente, a empresa está testando o desempenho antes de iniciar a produção em massa.

15. O negócio de smartphone é indispensável para a Sony

A Sony entende que o negócio de smartphones é indispensável para o seu portfólio de marcas, contrariando a opinião de alguns investidores que desejam eliminar um negócio que perde dinheiro. O negócio de smartphones teve uma perda operacional de quase US\$900 milhões no último exercício, pesando sobre o lucro recorde do grupo.

A Sony entende que o negócio de smartphones como hardware para entretenimento e um componente necessário para tornar a sua marca de hardware sustentável. Como as gerações mais jovens já não assistem TV, seu primeiro ponto de contato é o smartphone.

16. A tecnologia da NEC reconhece pessoas com base em imagens parciais

A NEC anunciou o desenvolvimento de uma tecnologia de identificação de pessoa que é capaz de combinar imagens de pessoas cujas figuras estão parcialmente ocultas, mesmo que a imagem seja tirada por trás ou pelo lado.

Esta tecnologia analisa toda a aparência da imagem da foto de uma pessoa, como suas roupas e forma do corpo, para determinar se eles combinam com outras imagens de pessoas. Usando a análise de imagem e tecnologias de “deep learning” que a NEC tem desenvolvido através da tecnologia de reconhecimento facial e outras tecnologias. A NEC foi capaz de estabelecer essa tecnologia de alta precisão que não depende exclusivamente de imagens faciais.

Em muitos casos, a tecnologia de reconhecimento facial por si só pode não ser suficiente para corresponder a uma pessoa cujo rosto é parcialmente escondido. Convencionalmente, uma vez que uma pessoa foi identificada usando esta tecnologia, a aparência dessa pessoa pode então ser coletada a partir de imagens tiradas por várias câmeras. No entanto, quando há muitas pessoas e objetos em uma área, como cadeiras, as pessoas que aparecem em imagens dessas áreas não podem ser totalmente identificadas.

A nova tecnologia permite que uma vasta gama de pessoas possa ser reconhecida, mesmo em lugares onde há muitas pessoas ou obstruções visuais que impedem o rosto de uma pessoa ou corpo de ser plenamente visto.

17. Cultivo digital torna a agricultura sustentável

Existem várias preocupações crescentes sobre a sustentabilidade agrícola, incluindo a escassez de água prevista para 2030. A fim de abordar esta questão, uma tecnologia de cultivo digital foi desenvolvida no Japão. Os agricultores experientes são capazes de usar água e fertilizantes de forma mais eficiente, graças às suas extensas experiências e conhecimentos. Ao utilizar IoT e IA (inteligência artificial) para coletar e analisar dados de suas práticas agrícolas e do ambiente circundante, essas tecnologias permitem que até mesmo produtores inexperientes implementem tais técnicas. E podem melhorar a produtividade agrícola mesmo em áreas com acesso limitado à água. Essas tecnologias deverão trazer uma enorme mudança no futuro da agricultura sustentável.

Água, fertilizante, experiência e conhecimento são essenciais para a agricultura. IoT e IA estão entrando em um uso mais amplo no Japão como uma forma de popularizar a agricultura sustentável. A escassez de água é o maior problema para a agricultura em todo o mundo.

Agricultores inexperientes têm uma tendência de usar água e fertilizante em excesso, e deixam o fertilizante desperdiçado fluir em águas subterrâneas. Essa água é um perigo para a saúde. Agricultores com conhecimento superior e experiência podem julgar a quantidade certa de água e fertilizante para usar. Isso permite que eles controlem rendimentos e qualidade. A ideia é usar IoT e IA para transformar esse know-how em dados para permitir ser usado mais amplamente.

Esta é a agricultura digital que evoluirá da experiência e a intuição, para uma agricultura sustentável otimizada com dados.

18. Microalgas para abastecer aviões a jato

Euglena, um tipo de algas, é um micro-organismo raro que combina as características das plantas e dos animais. Cresce pela fotossíntese e produz gordura em seu interior e é adequado à produção de combustível para aviões a jato. No Japão, onde os pesquisadores foram os primeiros no mundo a ter sucesso em grande escala de cultivo de Euglena, a pesquisa está em andamento para usar o óleo extraído do microrganismo como um biocombustível.

19. Fibras sintéticas japonesas têm características surpreendentes

Feitas a partir de matérias-primas como o petróleo, fibras sintéticas com várias características adicionadas são usadas em roupas de alta tecnologia, e têm ganhado crescente atenção.

Camisas que dão sensação de frescor no verão ou camisetas que aquecem no inverno são alguns desses produtos. Vestuários feitos das fibras sintéticas dão sensação de frescor, são absorventes e com secagem rápida ou têm a função de reter o calor. No Japão, eles se tornaram uma parte normal da

vida das pessoas nos últimos anos. As fibras sintéticas de capacidade elevada têm uma variedade de características adicionadas.

20. Compartilhamento de carros cresce

O compartilhamento de carros, um sistema de associação para o uso conjunto de carros, está crescendo. O sistema está se tornando popular, porque se pode usar um carro a qualquer hora que precisar, e experimentar carros com frenagem automática e outras opções exclusivamente japonesas que atendem a um amplo espectro de necessidades do cliente.

Os jovens no Japão estão perdendo o interesse em carros. Estão considerando que o estacionamento é muito caro e difícil de encontrar, e que o custo do combustível, seguro e manutenção também são problema. Além disso, muitas pessoas trabalham ou vão para a escola durante a semana usando transporte coletivo, precisando de um carro apenas no fim de semana. A partilha de carro é uma configuração perfeita para as pessoas que não querem comprar um carro, mas gostaria de usar um ocasionalmente.

O número de veículos de compartilhamento no Japão já passa de 12 mil (40% aumento sobre o ano anterior), e o número de adeptos passa de 465 mil (61% de aumento). Eles estão aumentando a cada ano.

Quem precisar usar um carro pode alugar um, mas o compartilhamento pode ser mais conveniente do que alugar. O compartilhamento de carro é um sistema de associação em que você seleciona um local perto de sua casa ou na frente de uma estação de trem e usa um carro em incrementos de 10 a 15 minutos. O cartão de sócio ou smartphone funciona como a chave do carro, não havendo necessidade de ir a uma loja para pegar a chave, e se pode facilmente dirigir o carro que gostar sempre que quiser, 24 horas por dia. Os usuários deste serviço estão aumentando rapidamente.

21. O cultivo de algas mudará o mundo

Em 1981 um grupo de fabricantes de produtos químicos japoneses começou o cultivo artificial da microalga "*Spirulina*" nos desertos da Califórnia, EUA, onde há luz solar forte. O grupo produz 500 toneladas de algas comestíveis por ano nas maiores lagoas de cultivo do mundo para plantas ao ar livre, medindo 180 mil metros quadrados na área total. Juntamente com a planta estabelecida em Hainan Island, China em 1997 (que tem uma área total de 100 mil metros quadrados), o grupo produz 850 toneladas de *Spirulina* um ano e é conhecido por ser o maior fornecedor do mundo, fornecendo produtos para 30 países, etc.

Spirulina é frequentemente usado em Goma de mascar e sorvete pelo seu pigmento azul natural e em forma de comprimido para suplementos dietéticos, e espera-se que seja um "alimento do futuro", pois contém mais de 50 nutrientes saudáveis, incluindo vitaminas, minerais e aminoácidos. Ao mesmo tempo, tem o potencial de reduzir os gases de efeito estufa.

22. Cuidados de alta tecnologia

Camas de alta tecnologia desenvolvidas pela Paramount Bed incorporam um sistema de controle de movimento baseado na engenharia humana.

O Japão tornou-se a sociedade mais envelhecida do mundo, com idosos acima de 65 anos representando 23% de toda a população. Prevê-se que em 2050 a população idosa se eleve a 40%.

O Japão tem um sistema público de cuidados ao qual todos os idosos podem aderir. O esquema fornece uma variedade de serviços para pessoas idosas que incluem suporte para compras e outros meios de subsistência e para ir para a cama, mudando as posições de dormir e subindo na cama, bem como para o uso de instalações de cuidados com forte subsídio do governo. A alta tecnologia está sendo empregada na assistência de cuidados no Japão, em produtos como o aumento automático/reclinável das camas (com base na engenharia humana) e cuidados com robôs, para ajudar

a viver mais confortavelmente. Essas tecnologias, que também ajudam a reduzir a carga física dos cuidadores, devem ser uma parte importante do sistema de cuidados do Japão em um futuro próximo. O envelhecimento da sociedade não se limita ao Japão; é um desafio comum em todos os países avançados do mundo. As altas tecnologias do Japão podem ser instrumentais na formação de um novo tipo de sociedade envelhecida no futuro.

Algumas pessoas são obrigadas a permanecer na cama devido à velhice ou doença. As pessoas acamadas muitas vezes sofrem de escaras ou piores condições de saúde, a menos que eles mudam constantemente a sua posição na cama. No entanto, conseguir uma pessoa para se sentar na cama requer alguma força física por parte de um cuidador. Uma cama de alta tecnologia de fabricação japonesa tem um sistema de controle de movimento destinado a resolver esse problema. A empresa analisou 6.500 combinações de movimentos de leito para encontrar o posicionamento do corpo menos doloroso na cama com base na engenharia humana.

23. Alimentos fermentados japoneses

Os alimentos fermentados japoneses são feitos tirando proveito do funcionamento dos micro-organismos e das enzimas em ingredientes de alimento. Os japoneses têm uma longa história de fazer alimentos fermentados e hoje é parte da vida cotidiana. Na verdade, esses alimentos são uma parte essencial da dieta diária no Japão. Dois condimentos essenciais, por exemplo, são misso (pasta de soja fermentada) e molho de soja, ambos feitos de soja. Da mesma forma, *natto* é feito de soja fermentada e comido com arroz quente. O *Tsukemono* (picles japoneses) é feito por fermentação de legumes em "Nuka", ou farelo de arroz. O *Shiokara* é uma iguaria de frutos do mar fermentados com entranhas de peixe.

Uma das razões pelas quais o Japão tem tantos alimentos fermentados é que os níveis de temperatura e umidade do país são propícios para a reprodução de bactérias e outros micro-organismos que estimulam a fermentação. Através de micro-organismos fermentativos, um sabor salgado é produzido e extraído, tornando possível a produção de alimentos saudáveis e ricos em nutrientes que podem ser preservados por longos períodos. O povo japonês tem sido há muito tempo consciente deste fato através da experiência.

24. É o Japão, não os EUA quem lidera em tecnologia séria

Por quase 25 anos a imprensa não tinha nada negativo a dizer sobre os negócios no Japão. Depois que o mercado de ações de Tóquio caiu no início da década de 1990, isso mudou com uma percepção de perda de competitividade do Japão frente aos EUA.

A ilusão da liderança tecnológica americana continuada é sustentada em parte por uma falha dos meios de compreender o que o termo "tecnologia avançada" realmente significa. O termo é frequentemente usado para descrever o menor, mesmo trivial e evanescente, desenvolvimentos na *aplicação* da tecnologia. Já no final da década de 1990, o termo tinha se tornado ridículo como a imprensa americana ajudou a inflar a bolha tecnológica. Empresas como Pets.com e Webvan foram aclamadas como as mais recentes expoentes de uma tradição americana de liderança tecnológica. Em vez disso, com poucas exceções, eles foram à falência dentro de meses.

Então, o que exatamente é tecnologia avançada? Descobertas espetaculares na criação de novos produtos certamente contam, mas, na competição nação-nação, novos produtos raramente fornecem tanto de uma vantagem como é geralmente acreditado. Isso é porque eles muitas vezes podem ser rapidamente copiados por concorrentes estrangeiros. Mais importantes são avanços nas tecnologias de produção. Estas muitas vezes permitem uma nação impulsionar a sua eficiência em produtos já estabelecidos. Um exemplo é o sucesso do Japão no uso de robôs para reduzir custos na indústria automobilística.

Uma evidência de que o Japão está fazendo melhor do que os Estados Unidos em geral é o sucesso no comércio internacional. O comércio de bens industriais nos EUA tem enfraquecido consistentemente ao longo dos anos, com um déficit na conta de exportação/importação. Em contrapartida, com a

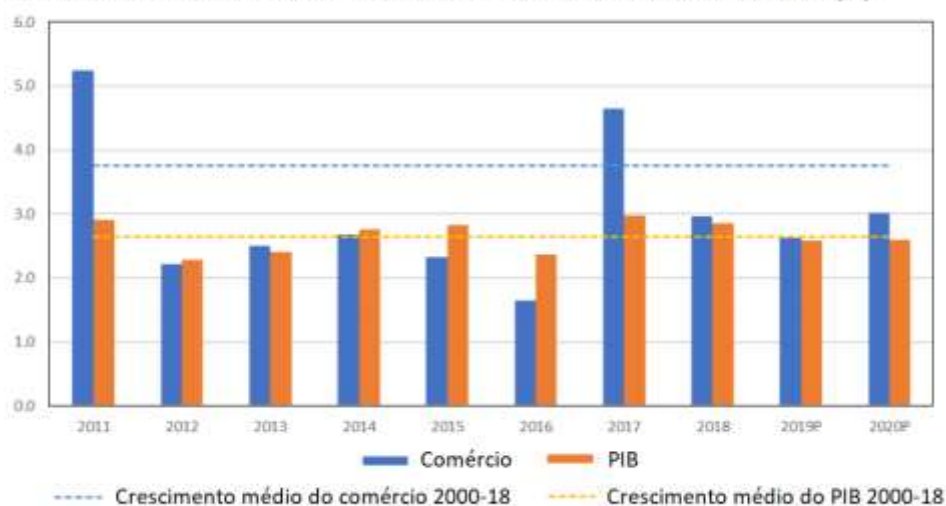
continuação das fortes exportações de produtos de alta tecnologia (especialmente para as nações como a China, Taiwan e Coreia, cujas indústrias mais avançadas são fortemente dependentes de componentes, materiais e equipamentos de produção feitos no Japão), o Japão tem gerado consistentes excedentes na conta corrente. Tão mais importante é a conquista desses superávits concomitantemente com a redução da força de trabalho pelo envelhecimento da população (20% de 1989 a hoje).

Notícias Internacionais

1. *Press release da OMC*

Release de 2 de abril de 2019 prevê um crescimento de 2,6% em 2019 e de 3,0% em 2020 no volume de comércio mundial de mercadorias. Mostra ainda a relação entre a expansão do PIB e do comércio nos últimos anos.

Comércio mundial do volume de mercadorias e crescimento do PIB real (%)



Fonte: OMC

Maiores exortadores e importadores de mercadorias em 2018

	US\$ bilhões	(%) sobre o total
Exportação		
China	2.487	12,8
Estados Unidos	1.664	8,5
Alemanha	1.561	8,0
Japão	738	3,8
Holanda	723	3,7
Coreia	605	3,1
França	582	3,0
Hong Kong*	569	3,0
Itália	547	2,9
Importação		
Estados Unidos	2.614	13,2
China	2.136	10,8
Alemanha	1.286	6,5
Japão	749	3,8
Reino Unido	674	3,4
França	673	3,4
Holanda	646	3,3
Hong Kong	628	3,2
Coreia	535	2,7
Índia	511	2,6

*Inclui reexportação. O Brasil ficou em 27^o na exportação e 28^o na importação.

2. Carne bovina do Uruguai tem acesso a cobiçados mercados mundiais

O rebanho bovino do Uruguai é reduzido, somente de 12 milhões de cabeças, mas em 2018 exportou US\$1,6 bilhões escreve o jornalista Luiz Henrique Mendes (*Valor*, 5 de abril de 2019). Cerca de 70% de sua produção é exportada para os Estados Unidos, União Europeia, China e mais recentemente Japão. Qual o segredo? Há cinco décadas que o país vem montando uma sólida estrutura sanitária em trabalho conjunto do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Carnes, entidade pública de direito privado financiada por pecuaristas e frigoríficos. Há mais de dez anos existe um programa obrigatório de rastreabilidade do rebanho, o que ajuda na certificação de importadores exigentes. Detalhe: a China compra carne com osso, e neste caso o osso vale mil dólares a tonelada. O Brasil, segundo o jornalista, só consegue exportar o osso em separado a cem dólares a tonelada.

3. Preocupações com a diminuição de insetos

Nos últimos anos cientistas tem reportado declínio de insetos de todos os tipos (The Economist, 23 de março de 2019). Isso é alarmante porque segundo a FAO 87% das plantas em flor são polimerizadas por insetos. Eles ainda quebram e reciclam os nutrientes que as plantas necessitam para fotossíntese. Eles decompõem os desperdícios orgânicos e alimentam uma grande proporção de pássaros e morcegos. Para o biólogo americano E. O. Wilson os insetos são “o centro da vida na terra”. Os estudos indicam que esse mundo é ainda pouco conhecido, mas todos acreditam que a sua redução pode provocar uma crise ambiental. Falam numa terrível situação da biodiversidade dos insetos e que 40% das espécies de insetos serão extintos em poucas décadas. Caspar Hallmann da Universidade de Radbound na Holanda encontrou que de 1989 a 2016 a biomassa dos insetos voadores na região caiu 77%. Francisco Sanchez-Bayo da Universidade de Sydney e Kris Wyckhuys da Queensland ao analisarem os estudos existentes concluíram que 53% das borboletas e mariposas, 49% dos besouros e

46% das abelhas, vespas e formigas estavam em declínio. Os maiores declínios têm se verificado nos Estados Unidos e na Europa.

Em termos do número de espécies os insetos são a mais abundante das formas, acerca de 1 milhão identificadas. Lembrem que mamíferos chegam a 6.000 e pássaros a 18.000. Mas, Nigel Stork da Universidade de Griffith com base em modelos de computador estima que existem 5,5 milhões de espécies de insetos, o que mostra que uns 80% dos insetos ainda não foram descobertos.



Foto publicada no artigo da *The Economist*.

4. A China diversifica a produção de alimentos

Release de 2 de abril de 2019 prevê um crescimento de 2,6% em 2019 e de 3,0% em 2020 no volume de comércio mundial de mercadorias. Mostra ainda a relação entre a expansão do PIB e do comércio nos últimos anos.

Uma das primeiras medidas de Deng Xiaoping em 1978 foi permitir aos agricultores a escolha do que plantar nas terras comunitárias e vender o excedente das quotas obrigatórias. Foi o início da “revolução” agrícola da China dominada por pequenos agricultores o que dificulta, mas não impede, a utilização de equipamentos modernos e eficientes. Em 2008 esse país deu outro passo importante permitindo que pequenos lavradores, usuários de terras comunitárias, possam arrendar as suas áreas. Isso propiciou o surgimento de empresários agrícolas que em áreas maiores podem diversificar a produção obtendo retornos mais elevados. Ao lado dessas inovações da legislação o uso de técnicas avançadas como irrigação, fertilização, densidade das plantas, profundidade da sementeira etc., tem resultado em aumentos da produtividade do solo.

Texto publicado pelo Xinhua, jornal oficial da China, (13 de abril de 2019) mostra que alimentos orgânicos produzidos por hidroponia, utilizando os avanços da inteligência artificial, começam a surgir. O artigo faz referência à uma fábrica de 10 mil metros quadrados em “vinil house” resistente à forte luz ultravioleta, com temperatura, umidade e concentração de dióxido de carbono controladas onde são produzidas várias espécies, incluindo alface e espinafre. As sementes são isoladas por um período para garantir a boa germinação. Utilizam-se lâmpadas de *led* para acelerar o crescimento. Esse sistema permite um cultivo eficiente, por exemplo, o ciclo do crescimento do espinafre foi reduzido para 19 dias, podendo-se obter 19 colheitas por ano. Essa modalidade de produção já se encontra em locais perto de grandes centros urbanos, como Shenzhen, Suzhou, Quanzhou, Dalian e Changchun. A distribuição também é feita utilizando-se o que de mais moderno existe em tecnologia.

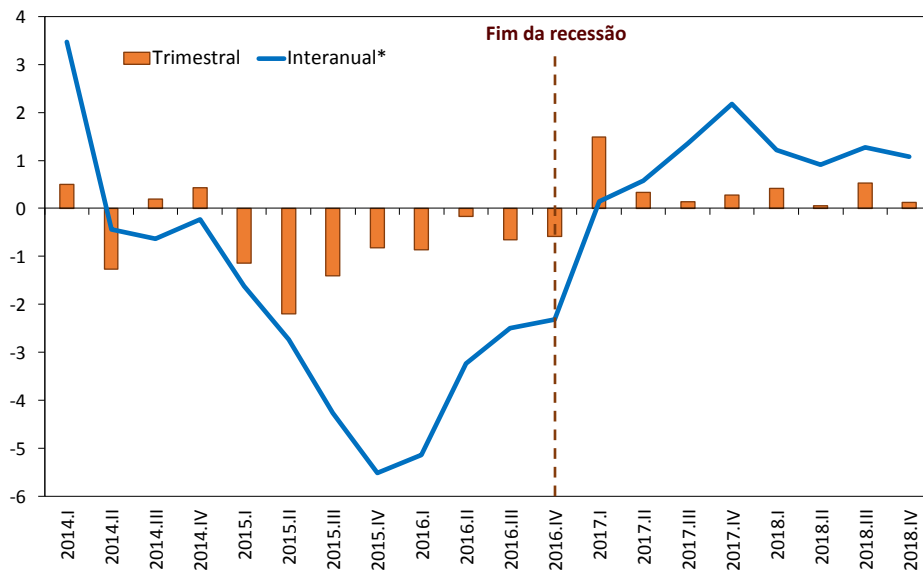
Akihiro Ikeda - Notícia do Brasil e Notícia Internacional

Paulo Hirai – Notícia do Japão



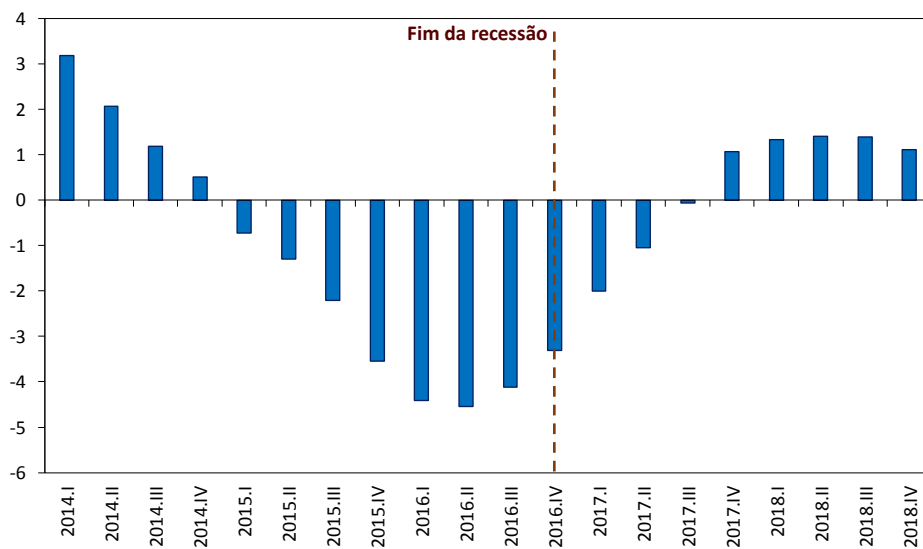
Conjuntura brasileira

Gráfico 1a: Crescimento do PIB (%)



*Trimestral: variação em relação ao trimestre anterior; interanual: variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Fonte: IBGE

Gráfico 1b: PIB - variação acumulada em 4 trimestres em relação ao mesmo período do ano anterior (%)



Fonte: IBGE

Gráfico 1c: PIB - índice com ajuste sazonal (média 2014=100)

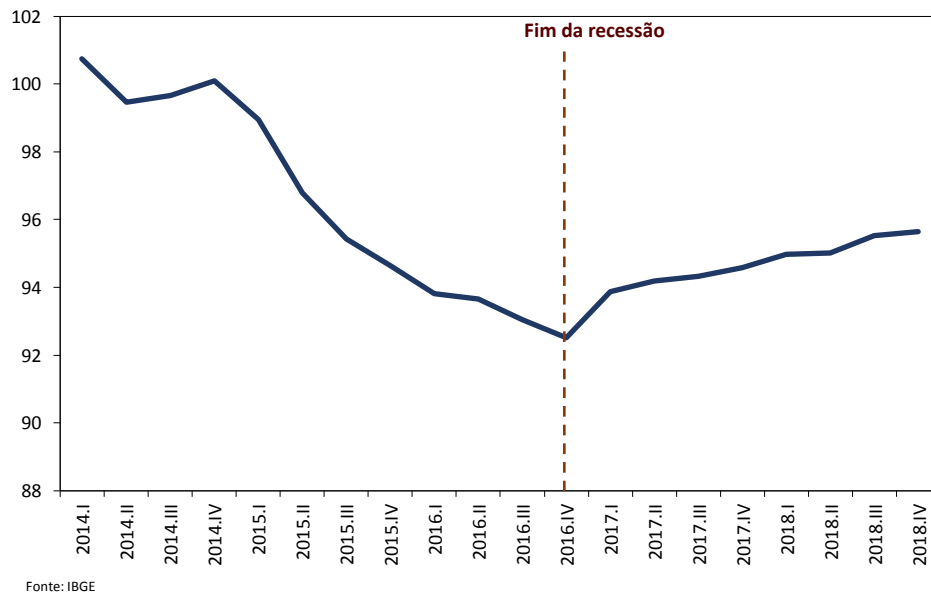


Gráfico 2: IPCA - Variação mensal e em 12 meses

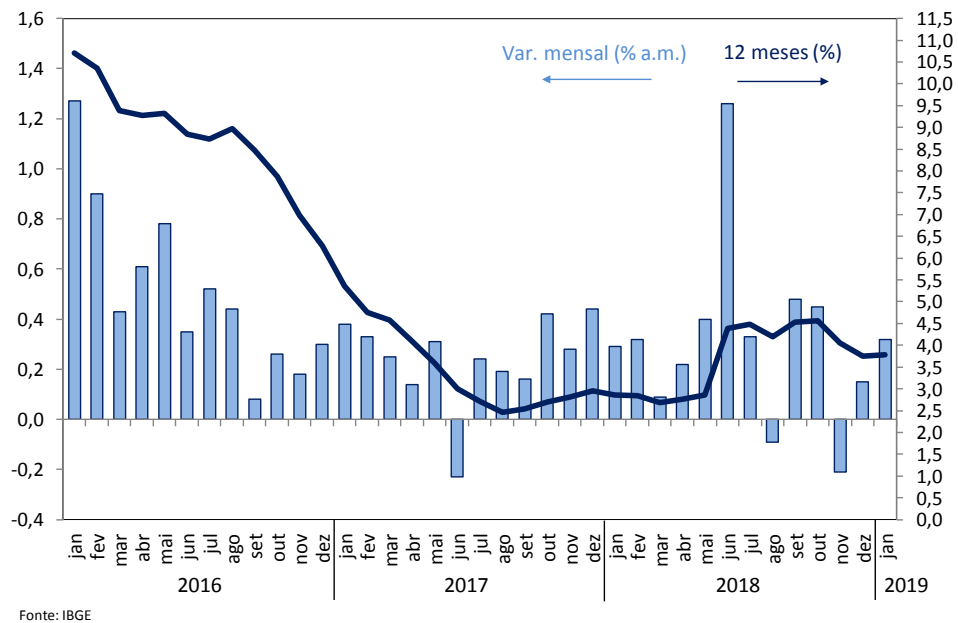
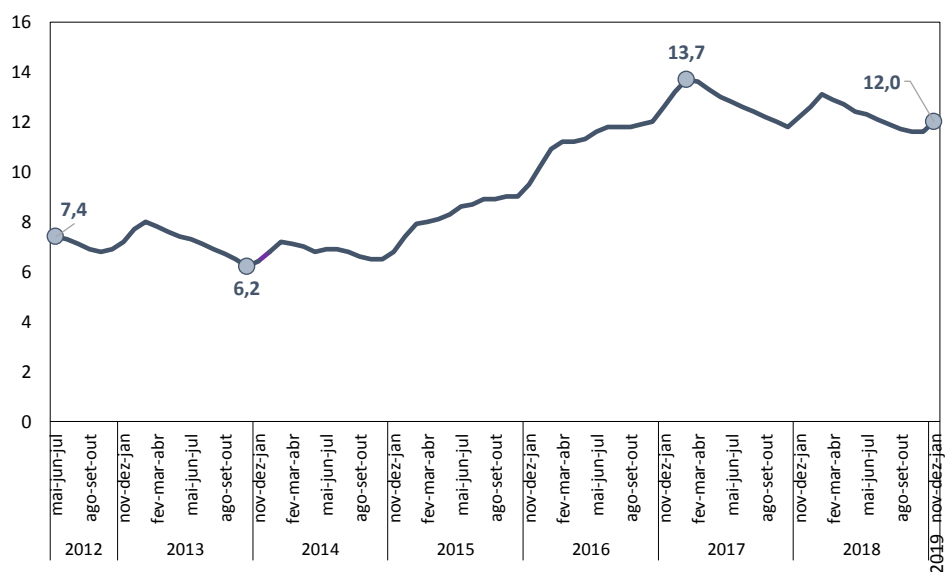


Gráfico 3a: Taxa de desocupação, média móvel de 3 meses (%)*



*no gráfico o mês indicado refere-se ao terceiro mês da média móvel. Fonte: IBGE

Gráfico 3b: Taxa de desocupação, variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)

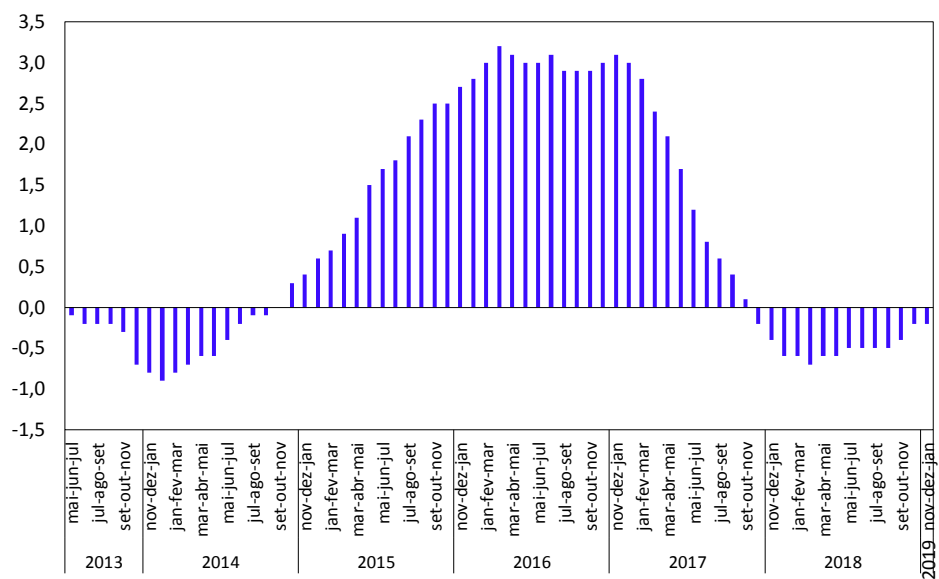
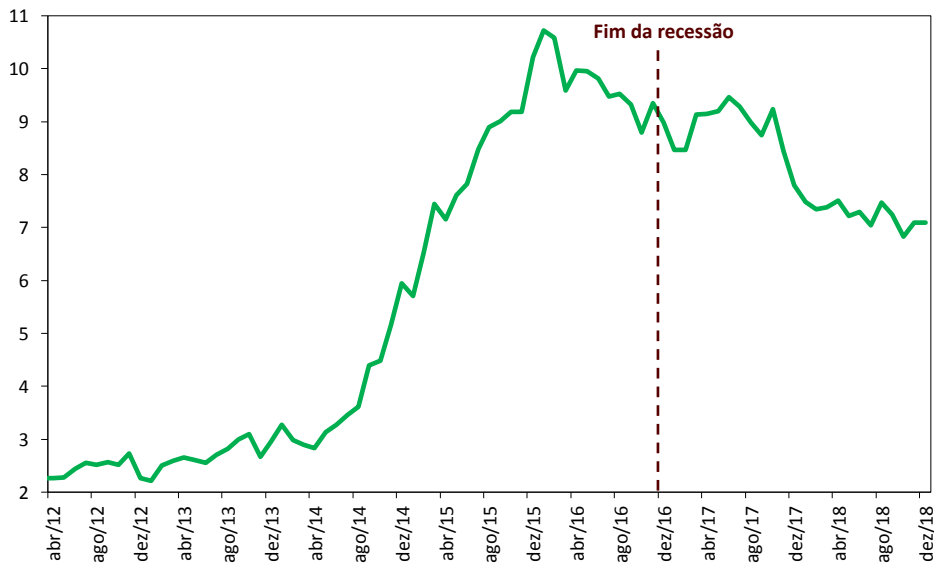
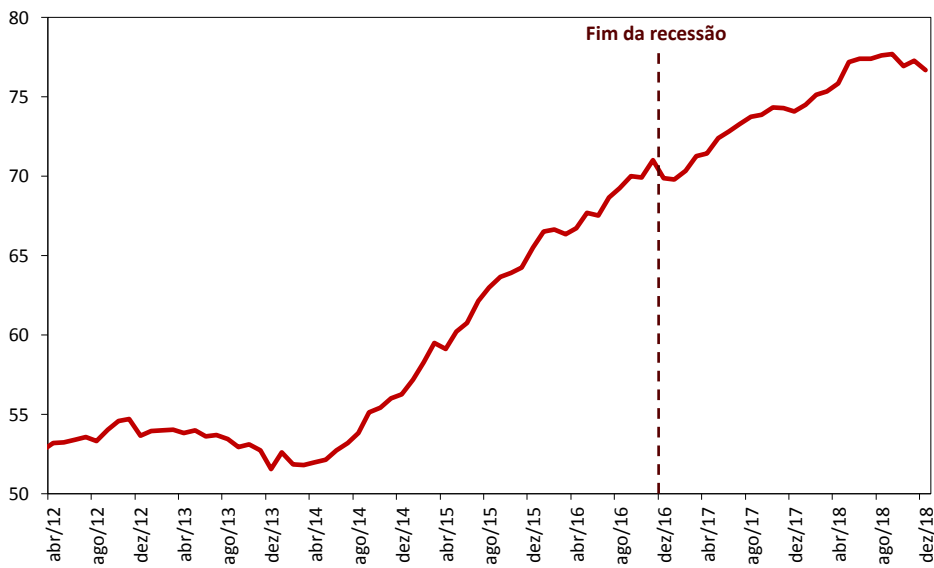


Gráfico 4a: Setor público - déficit nominal, acumulado em 12 meses (%PIB)



Fonte: BCB

Gráfico 4b: Setor público - dívida bruta (%PIB)



Fonte: BCB

Gráfico 5a: Setor externo - exportações, importações e saldo comercial acumulados em 12 meses (US\$ bilhões)

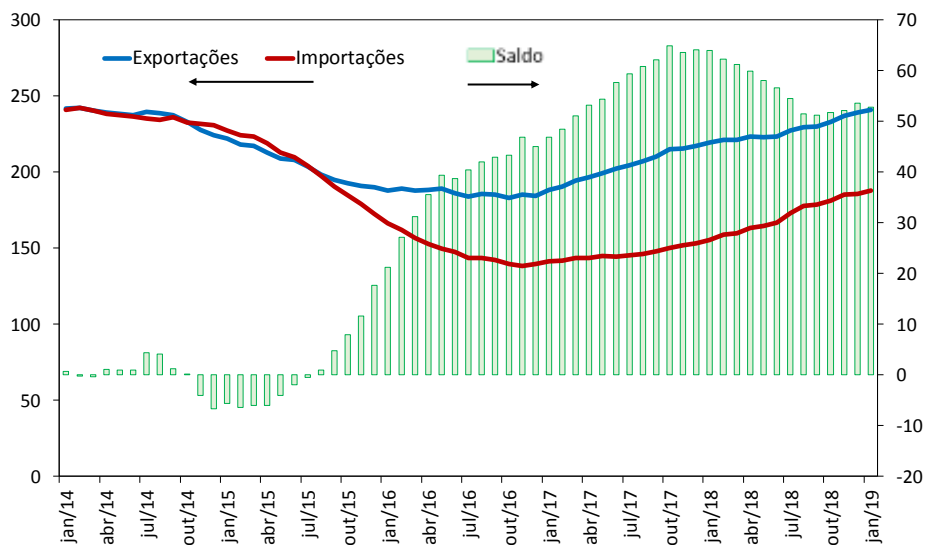
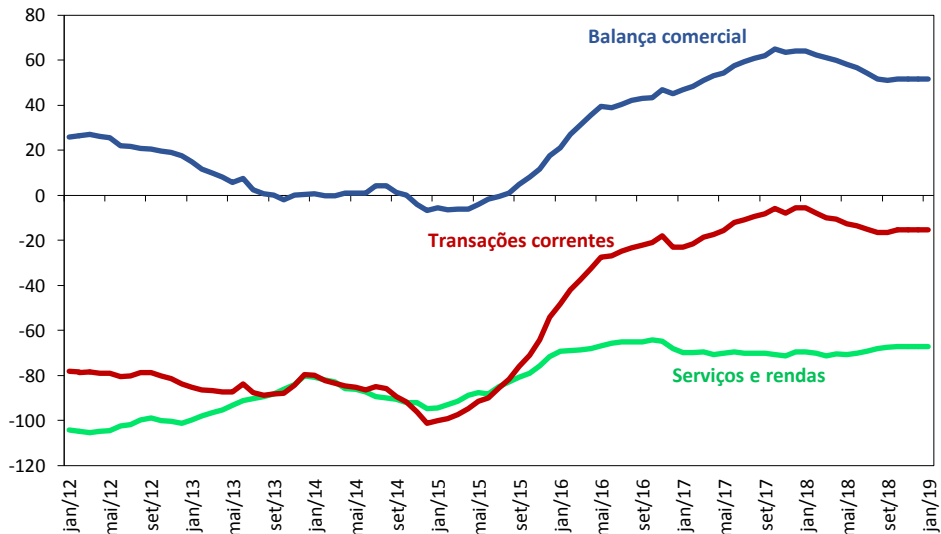
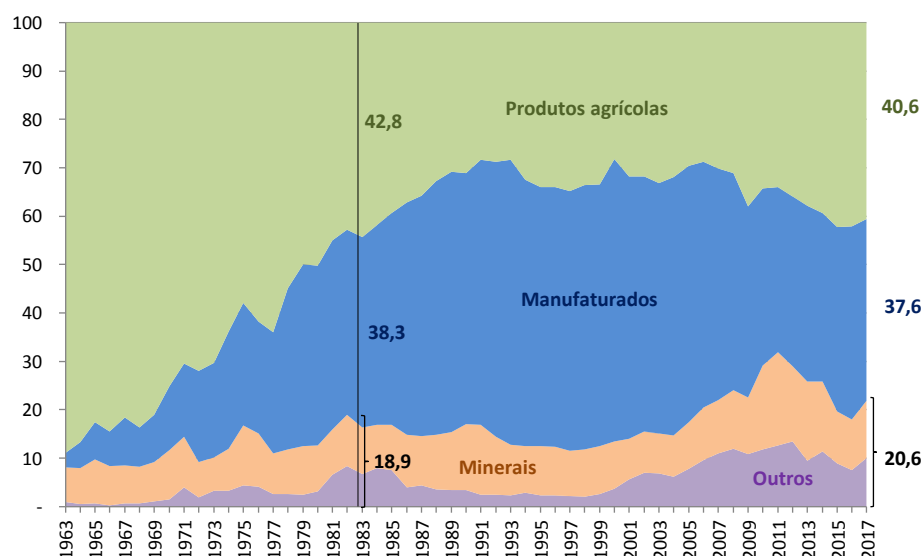


Gráfico 5b: Setor externo - saldo em transações correntes acumulado em 12 meses (US\$ bilhões)



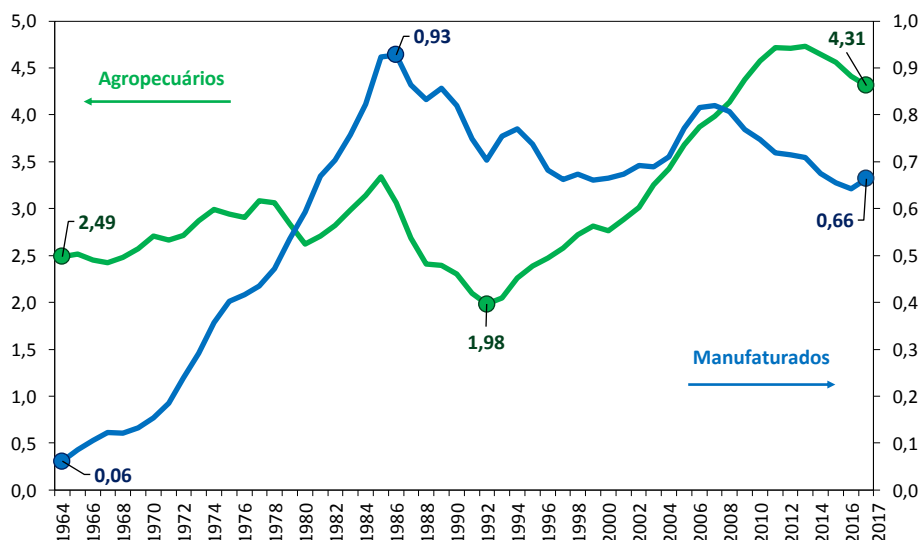
(*) a renda tem dois componentes, a primária referente à remuneração dos investimentos e a secundária, de pequena monta, que se refere às transferências pessoais e outras. Fonte: BCB (Metodologia BPM6)

Gráfico 6a: Exportações brasileiras - composição das exportações brasileiras (%)



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 6b: Exportações brasileiras - participação do Brasil nas exportações mundiais, em valor, de produtos manufaturados e agropecuários (% média móvel 5 anos)



Fonte: Banco Mundial

Os gráficos (1-a, 1-b e 1-c) mostram o desempenho recente da economia brasileira (produto interno bruto real). A recuperação se processa de forma lenta.

A inflação encontra-se dentro da meta (gráfico 2). A ligeira queda do desemprego (gráficos 3-a e 3-b) confirma a recuperação. A situação das finanças públicas é péssima (gráficos 4-a e 4-b) e constituem a maior preocupação no curto prazo. A situação externa continua tranquila (gráficos 5-a e 5-b). A composição das exportações brasileiras vem sendo dominado pelos produtos agrícolas como acontecia até meados da década dos oitenta (gráfico 6a), com a deterioração da indústria de transformação. O Brasil perde espaço no grande mercado mundial de bens manufaturados. Ele é efeito e causa da deterioração da indústria de transformação. A agricultura continua aumentando a sua participação no mercado internacional (gráficos 6a e 6-b)



ANEXO ESTATÍSTICO

1. Brasil: população residente (1000 habitantes)

Censo	Urbana	Rural	Total	Crescimento anual (%)*
1872	-	-	9.930,5	
1890	-	-	14.333,9	2,06
1900	-	-	17.438,4	1,98
1920	-	-	30.635,6	2,91
1940	12.880,2	28.356,1	41.236,3	1,49
1950	18.782,3	33.161,5	51.944,4	2,39
1960	31.303,0	38.767,4	70.070,5	2,99
1970	52.097,3	41.037,6	93.134,8	2,89
1980	80.437,3	38.573,8	119.011,1	2,48
1990	108.714,7	36.110,4	144.825,2	1,93
2000	137.954,0	31.845,2	169.799,2	1,64
2010	160.925,8	29.830,0	190.755,8	1,17
2020 #			212.077,4	1,1
2030			223.126,9	0,5
2040			228.153,2	0,2
2050			226.347,7	-0,1
2060			218.173,9	-0,4

Fonte: IBGE; (*) em relação ao censo anterior, (#) 2020-60 projeção IBGE

2. Brasil: população por grupos de idade (1000)

Ano	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 anos e mais
1950	22.432,0	29.937,2	1.452,9
1960	31.479,8	38.894,8	2.139,1
1970	40.676,0	51.815,6	3.120,9
1980	45.339,9	68.464,2	4.758,5
1991	52.022,0	90.418,5	6.653,7
2000	52.107,1	111.619,1	9.722,2
2010	49.934,1	132.310,3	13.253,4
2020	44.315,0	147.780,0	19.982,3
2030	39.256,9	153.881,5	29.988,5
2040	35.441,1	152.595,2	40.116,9
2050	31.849,2	143.233,8	51.264,7
2060	28.332,8	131.429,5	58.411,6

Fonte: IBGE

3. Brasil: Produto Interno Bruto Real, taxas anuais de variação (%)

Ano	Variação %	Ano	Variação %	Ano	Variação %
1948	9,7	1949	7,7	1950	6,8
1951	4,9	1952	7,3	1953	4,7
1954	7,8	1955	8,8	1956	2,9
1957	7,7	1958	10,8	1959	9,8
1960	9,4	1961	8,6	1962	6,6
1963	0,6	1964	3,4	1965	2,4
1966	6,7	1967	4,2	1968	6,6
1969	9,5	1970	10,4	1971	11,3
1972	11,9	1973	14,0	1974	8,2

Ano	Varição %	Ano	Varição %	Ano	Varição %
1975	5,2	1976	10,3	1977	4,9
1978	5,0	1979	6,8	1980	9,2
1981	-4,3	1982	0,8	1983	-2,9
1984	5,4	1985	7,8	1986	7,5
1987	3,5	1988	-0,1	1989	3,2
1990	-4,3	1991	1,0	1992	-0,5
1993	4,7	1994	5,3	1995	4,4
1996	2,2	1997	3,4	1998	0,3
1999	0,5	2000	4,4	2001	1,4
2002	3,1	2003	1,1	2004	5,8
2005	3,2	2006	4,0	2007	6,1
2008	5,1	2009	-0,1	2010	7,5
2011	4,0	2012	1,9	2013	3,0
2014	0,5	2015	-3,5	2016	-3,3
2017	1,1	2018	1,1		

Fonte: IBGE

4. Brasil: taxas anuais de inflação (%)

Ano	IGPDI - FGV	IPC - FIPE	IPCA - FIBGE	INPC - FIBGE
1950	12,4	3,7	-	-
1951	12,3	11,3	-	-
1952	12,7	27,2	-	-
1953	20,5	19,3	-	-
1954	25,9	22,6	-	-
1955	12,1	18,4	-	-
1956	24,5	26,5	-	-
1957	7,0	13,7	-	-
1958	24,4	22,6	-	-
1959	39,4	42,7	-	-
1960	30,5	32,2	-	-
1961	47,8	43,5	-	-
1962	51,6	61,7	-	-
1963	79,9	80,5	-	-
1964	92,1	85,6	-	-
1965	34,2	41,2	-	-
1966	39,1	46,3	-	-
1967	25,0	25,3	-	-
1968	25,5	25,2	-	-
1969	19,3	22,6	-	-
1970	19,3	17,5	-	-
1971	19,5	20,6	-	-
1972	15,7	17,5	-	-
1973	15,5	14,0	-	-
1974	34,5	33,0	-	-
1975	29,3	29,3	-	-
1976	46,3	38,1	-	-
1977	38,8	41,1	-	-
1978	40,8	39,9	-	-
1979	77,2	67,2	-	50,1
1980	110,2	84,7	99,3	99,7
1981	95,2	90,9	95,6	93,5
1982	99,7	94,6	104,8	100,3
1983	211,0	164,1	164,0	178,0

1984	223,8	178,6	215,3	209,1
1985	235,1	228,2	242,2	239,0
1986	65,0	68,1	79,7	59,2
1987	415,8	367,1	363,4	394,7
1988	1.037,6	891,7	980,2	993,2
1989	1.782,9	1.635,8	1.972,9	1.863,6
1990	1.476,7	1.639,1	1.621,0	1.585,3
1991	480,2	458,6	472,7	475,1
1992	1.157,8	1.129,4	1.119,1	1.149,0
1993	2.708,2	2.491,0	2.477,1	2.489,1
1994	1.093,9	941,2	916,4	929,3
1995	14,8	23,2	22,4	22,0
1996	9,3	10,0	9,6	9,1
1997	7,5	4,8	5,2	4,3
1998	1,7	- 1,8	1,7	2,5
1999	20,0	8,6	8,9	8,4
2000	9,8	4,4	6,0	5,3
2001	10,4	7,1	7,7	9,4
2002	26,4	9,9	12,5	14,7
2003	7,7	8,2	9,3	10,4
2004	12,1	6,6	7,6	6,1
2005	1,2	4,5	5,7	5,0
2006	3,8	2,2	3,1	2,8
2007	7,9	4,4	4,5	5,2
2008	9,1	6,2	5,9	6,5
2009	-1,4	3,7	4,3	4,1
2010	11,3	6,4	5,9	6,5
2011	5,0	5,8	6,5	6,1
2012	8,1	5,1	5,8	6,2
2013	5,5	3,9	5,9	5,6
2014	3,8	5,2	6,4	6,2
2015	10,7	11,1	10,7	11,3
2016	7,2	6,5	6,3	6,6
2017	-0,4	2,3	2,9	2,1
2018	7,1	3,0	3,7	3,4

IGP-DI: índice geral de preços, disponibilidade interna, FGV

IPC-FIPE: índice de preços ao consumidor, FIPE/USP

IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, IBGE

INPC: índice nacional de preços ao consumidor, IBGE

5. Brasil: Contas externas (US\$ bilhão)*

Ano	Exportações	Importações	S. Comercial	Serv. + rendas	Saldo C/C
1945	0,6	0,3	0,3	0,1	0,2
6	1,0	0,6	0,4	0,2	0,2
7	1,2	1,1	0,1	0,3	-0,2
8	1,2	1,0	0,2	0,3	-0,1
9	1,1	1,0	0,1	0,3	-0,1
1950	1,3	0,9	0,4	0,3	0,1
1	1,8	1,7	0,1	0,5	-0,5
2	1,4	1,7	-0,3	0,4	-0,7
3	1,5	1,1	0,4	0,4	-0,0
4	1,6	1,4	0,2	0,4	-0,2
5	1,4	1,1	0,3	0,3	-0,0
6	1,5	1,1	0,4	0,4	-0,0

Ano	Exportações	Importações	S. Comercial	Serv. + rendas	Saldo C/C
7	1,4	1,3	0,1	0,4	-0,3
8	1,2	1,2	0,1	0,3	-0,3
9	1,3	1,2	0,1	0,4	-0,3
1960	1,3	1,3	-0,0	0,5	-0,5
1	1,4	1,3	0,1	0,4	-0,3
2	1,2	1,3	-0,1	0,4	-0,4
3	1,4	1,2	0,1	0,3	-0,2
4	1,4	1,1	0,3	0,3	0,1
5	1,6	0,9	0,7	0,4	0,9
6	1,7	1,3	0,4	0,5	-0,0
7	1,6	1,4	0,2	0,6	-0,3
8	1,9	1,8	0,1	0,6	-0,6
9	2,3	2,0	0,3	0,7	-0,4
1970	2,7	2,5	0,2	1,1	-0,8
1	2,9	3,2	-0,3	1,3	-1,6
2	4,0	4,2	-0,2	1,4	-1,7
3	6,2	6,2	0,0	2,1	-2,1
4	7,9	12,6	-4,7	2,8	-7,5
5	8,7	12,2	-3,5	3,5	-7,0
6	10,1	12,4	-2,3	4,2	-6,4
7	12,1	12,0	0,1	4,9	-4,8
8	12,7	13,7	-1,0	6,0	-7,0
9	15,2	18,1	-2,8	7,9	-10,7
1980	20,1	23,0	-2,8	10,1	-12,7
1	23,3	22,1	1,2	13,1	-11,7
2	20,2	19,4	0,8	17,0	-16,3
3	21,9	15,4	6,5	13,4	-6,8
4	27,0	13,9	13,1	13,2	0,1
5	25,6	13,2	12,5	12,9	-0,2
6	22,3	14,0	8,3	13,7	-5,3
7	26,2	15,1	11,2	12,7	-1,4
8	33,8	14,6	19,2	15,1	5,2
9	34,4	18,3	16,1	15,3	1,0
1990	31,4	20,7	10,8	15,4	-3,8
1	23,3	22,1	1,2	13,1	-1,4
2	35,8	20,6	15,2	11,3	6,1
3	38,6	25,3	13,3	15,6	-0,7
4	43,5	33,1	10,5	14,7	-1,8
5	46,4	51,0	-4,6	17,8	-18,7
6	47,7	54,3	-6,6	19,6	-23,8
7	52,8	60,8	-8,0	24,7	-30,8
8	51,1	58,8	-7,7	27,6	-33,9
9	48,3	50,4	-2,1	25,4	-25,9
2000	55,3	56,9	-1,6	24,7	-24,8
1	58,3	56,7	1,5	26,9	-23,7
2	60,4	48,4	12,0	22,5	-8,1
3	73,1	49,4	23,7	22,9	3,8
4	96,4	63,9	32,5	24,4	11,3
5	118,2	74,8	43,4	33,4	13,5
6	137,8	92,7	45,1	36,4	13,0
7	160,7	122,2	38,5	42,1	0,4
8	198,4	174,6	23,8	58,7	-30,6
9	153,6	128,6	25,0	54,6	-26,3

Ano	Exportações	Importações	S. Comercial	Serv. + rendas	Saldo C/C
2010	201,3	182,8	18,5	97,2	-75,8
1	255,5	227,9	27,6	107,6	-77,0
2	242,3	224,9	17,4	94,5	-74,2
3	241,6	241,2	0,4	78,9	-74,8
4	224,1	230,7	-6,6	100,3	-104,2
5	190,1	172,4	17,7	79,9	-59,4
6	184,4	139,4	45,0	71,5	-23,5
7	217,8	150,7	67,1	76,4	-9,8
8	239,1	185,0	54,1	70,6	-14,5

*Dados a partir de 1995 correspondem à nova metodologia de apuração (BPM6). Fonte: Secex/MDIC

6. Japão: população (1.000), composição por idades (%) e projeção*

Ano	População Total	0-14 anos	15-64 anos	+ 65 anos	Crescimento anual (%)
1872	34.806	-	-	-	-
1900	43.847	33,9	60,7	5,4	0,83
1910	49.184	36,0	58,8	5,2	1,16
1920	55.963	36,5	58,3	5,3	1,30
1930	64.450	36,6	58,7	4,8	1,42
1940	71.933	36,7	58,5	4,8	1,10
1950	84.115	35,4	59,6	4,9	1,58
1955	90.077	33,4	61,2	5,3	1,38
1960	94.302	30,2	64,1	5,7	0,92
1965	99.209	25,7	68,0	6,3	1,02
1970	104.665	24,0	68,9	7,1	1,08
1975	111.940	24,3	67,7	7,9	1,35
1980	117.060	23,5	67,4	9,1	0,90
1985	121.049	21,5	68,2	10,3	0,67
1990	123.611	18,2	69,7	12,1	0,42
1995	125.570	16,0	69,5	14,6	0,31
2000	126.926	14,6	68,1	17,4	0,21
2005	127.768	13,8	66,1	20,2	0,13
2010	128.057	13,2	63,8	23,0	0,05
2015	127.095	12,6	60,7	26,6	- 0,15
2016	126.933	12,4	60,3	27,3	- 0,13
Projeção					
2020	125.325	12,0	59,1	28,9	- 0,32
2030	119.125	11,1	57,7	31,2	- 0,51
2040	110.919	10,8	53,9	35,4	- 0,71
2050	101.923	10,6	51,8	37,7	- 0,8

Fonte: Statistics Bureau, MIC, Japan

(*) 1872, 1900 e 1910, 1 de janeiro; demais 1 de outubro.

7. Japão - estrangeiros registrados segundo principais nacionalidades (1.000)

Ano	Total	Coreia	China	Brasil	Filipinas	Peru
1950	598,7	544,9	40,5	0,2	0,4	0,2
51	622,0	560,7	43,4	0,2	0,5	0,2
52	594,0	535,1	42,1	0,2	0,3	0,1
53	619,9	556,1	43,8	0,4	0,4	0,1
54	620,0	556,2	43,3	0,4	0,5	0,1

Ano	Total	Coreia	China	Brasil	Filipinas	Peru
55	641,5	577,7	43,9	0,4	0,4	0,1
56	638,1	575,3	43,4	0,3	0,4	0,0
57	667,0	601,8	44,7	0,3	0,4	0,0
58	677,0	611,1	44,8	0,3	0,4	0,0
59	686,6	619,1	45,3	0,3	0,4	0,0
1960	650,6	581,3	45,5	0,2	0,4	0,0
61	640,4	567,5	46,3	0,2	0,4	0,0
62	645,0	569,4	47,1	0,2	0,5	0,1
63	651,6	573,3	47,8	0,3	0,5	0,1
64	659,8	578,5	49,2	0,3	0,5	0,1
65	666,0	583,5	49,4	0,4	0,5	0,1
66	668,3	585,3	49,4	0,4	0,5	0,1
67	676,1	591,3	49,6	0,5	0,5	0,1
68	685,1	598,1	50,4	0,6	0,6	0,1
69	697,5	607,3	50,8	0,7	0,8	0,1
1970	708,5	614,2	51,5	0,9	0,9	0,1
71	718,8	622,7	52,3	1,1	0,9	0,1
72	735,4	629,8	48,1	1,3	2,3	0,2
73	738,4	636,3	46,6	1,3	2,4	0,2
74	745,6	643,1	47,7	1,4	2,8	0,3
75	751,8	647,2	48,7	1,4	3,0	0,3
76	753,9	651,3	47,2	1,3	3,1	0,3
77	762,1	656,2	47,9	1,3	3,6	0,3
78	766,9	659,0	48,5	1,3	4,3	0,3
79	774,5	662,6	50,4	1,4	4,8	0,3
1980	782,9	664,5	52,9	1,5	5,5	0,3
81	792,9	667,3	55,6	1,7	6,7	0,4
82	802,5	669,9	59,1	1,6	6,6	0,4
83	817,1	674,6	63,2	1,8	7,5	0,5
84	841,8	680,7	69,6	2,0	11,2	0,5
85	850,6	683,3	74,9	2,0	12,3	0,5
86	867,2	678,0	84,4	2,1	18,9	0,6
87	884,0	673,8	95,5	2,3	25,0	0,6
88	941,0	677,1	129,3	4,2	32,2	0,9
89	984,5	681,8	137,5	14,5	38,9	4,1
1990	1.075,3	687,9	150,3	56,4	49,1	10,3
91	1.218,9	693,1	171,1	119,3	61,8	26,3
92	1.281,6	688,1	195,3	147,8	62,2	31,1
93	1.320,7	682,3	210,1	154,7	73,1	33,2
94	1.354,0	676,8	218,6	159,6	86,0	35,4
95	1.362,4	666,4	223,0	176,4	74,3	36,3
96	1.415,1	657,2	234,3	201,8	84,5	37,1
97	1.482,7	645,4	252,2	233,3	93,3	40,4
98	1.512,1	638,8	272,2	222,2	105,3	41,3
99	1.556,1	636,5	294,2	224,3	115,7	42,8
2 000	1.686,4	635,3	335,6	254,4	144,9	46,2
01	1.778,5	632,4	381,2	266,0	156,7	50,1
02	1.851,8	625,4	424,3	268,3	169,4	51,8
03	1.915,0	613,8	462,4	274,7	185,2	53,6
04	1.973,7	607,4	487,6	286,6	199,4	55,8
05	2.011,6	598,7	519,6	302,1	187,3	57,7
06	2.084,9	598,2	560,7	313,0	193,5	58,7

Fonte: Ministry of Justice, Japan

8. Países com área superior a um milhão de km²

Países	Área 1000 km ²	População 2017 milhões habitantes
Rússia	17.098	144,5
Canadá	9.985	36,8
China	9.597	1.386,4
Estados Unidos	9.371	325,7
Brasil	8.516	209,3
Austrália	7.692	24,6
Índia	3.288	1.339,2
Argentina	2.780	44,3
Cazaquistão	2.725	18,0
Argélia	2.382	41,3
República Democrática do Congo	2.345	5,3
Arábia Saudita	2.150	32,9
México	1.964	129,6
Indonésia	1.905	264,0
Sudão	1.886	18,5
Líbia	1.760	6,4
Irã	1.629	81,2
Mongólia	1.564	3,1
Peru	1.285	32,2
Chade	1.284	14,9
Niger	1.267	21,5
Angola	1.247	29,8
Mali	1.240	40,5
África do Sul	1.221	56,7
Colômbia	1.142	49,1
Etiópia	1.104	105,0
Bolívia	1.099	11,9
Mauritânia	1.031	4,4
Egito	1.002	97,6

Fonte: área Wikipedia e população Banco Mundial



Períodos da história do Japão

- I. Período pré-histórico
 - Cultura Neolítica Jômon: segundo milênio A.C. - terceiro século A.C.
 - Cultura de Bronze Yayoi: terceiro século A.C. - terceiro século D.C.
 - Período de Grandes Tumbas: terceiro - sexto século D.C.
- II. Período Asuka: 538 - 671
- III. Período Nara: 672 – 780
- IV. Período Heian: 781 – 1184
- V. Período Kamakura: 1185 – 1338
- VI. Período Ashikaga: 1338 – 1568
- VII. Período Momoyama: 1568 – 1614
- VIII. Período Tokugawa: 1615 – 1867
- IX. Período Meiji: 1868 – 1911
- X. Período Taisho: 1912 – 1926
- XI. Período Showa: 1926 - 1989
- XII. Período Heisei: 1989 – 2019
- XIII. Período Reiwa: 2019

Em 01/05/2019 o Príncipe Herdeiro Naruhito, sucedeu ao pai Imperador aAkihito, que abdicou ao trono imperial. Iniciou-se assim a Era “Reiwa” que significa “bela harmonia”. A escolha do nome da nova Era para o povo japonês é um fato histórico que demanda vários meses de reflexão dos especialistas e personalidades. A denominação vem da mais antiga antologia de poemas “waka” existente no Japão chamada “Manyôshi” da era Heian há 1200 anos. O nome “Reiwa” traz vários desejos do povo japonês como esperança, beleza, resiliência, prosperidade, paz e união.

Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente
Isidoro Yamanaka – Vice-Presidente
Kazuo Watanabe – Vice-Presidente
Mitie Nagoshi Mantoku - Secretária
Eiki Shimabukuro
Harumi Arashiro Goya
Henrique Shiguemi Nakagaki
Paulo Hirai
Pedro Paulo Cardoso de Melo
Roberto Yoshihiro Nishio
Tuyoci Ohara

Comitê de Redação: Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku

Revisor: Roberto Yoshihiro Nishio

Consultas, dúvidas e comentários

Encaminhar para: Mitie Nagoshi Mantoku - e-mail: comissao.empresarial@bunkyo.org.br

Nota: as opiniões emitidas nos artigos são exclusivas dos autores.